



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1899/05	DATA: 24/11/2005
INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 16h12min	DURAÇÃO: 05h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h39min	PÁGINAS: 130	QUARTOS: 67

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOÃO PAULO CUNHA – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções fora do microfone, inaudíveis. A reunião foi suspensa e reaberta. Há retirada de trecho da fala do Relator, Deputado Cezar Schirmer, por determinação da Presidência do Conselho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre a bancada cópia da ata da 65ª reunião.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como nós já temos a ata, eu pediria que não fosse lida, com autorização dos outros membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Aqueles que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aqueles que forem favoráveis à ata da 65ª sessão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pela ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, sem querer inclusive abusar da paciência do Deputado João Paulo Cunha e dos seus advogados e daqueles que comparecem a esta sessão para acompanhar seu depoimento, é imperioso agora, quando o Conselho se reúne — ontem, íamos fazê-lo extraordinariamente, mas não houve oportunidade — destacar que este Conselho deve produzir uma nota de esclarecimento, que também deve ser enviada aos doutos Ministros do Supremo Tribunal Federal, lembrando que o nosso procedimento, pautado no Regulamento do Conselho, no Regimento deste Poder Legislativo autônomo, independente e harmônico em relação aos demais, tem sido de total correção. O Deputado Júlio Delgado dedicou-se a produzir um relatório muito circunstanciado; o amplo direito de defesa foi assegurado; no processo — e é evidente que os Ministros do Supremo Tribunal, não apenas aqueles 5 que já definiram uma posição sobre a inteira correção e plena continuidade desse processo disciplinar do Deputado José Dirceu entenderam, mas nós temos este entendimento



também —, o amplo direito de defesa está assegurado; o processo aqui, como nos ensinam sempre o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Nelson Trad e outros juristas, é um processo judicialiforme, que, evidentemente, tem interface com qualquer processo judicial, mas não está pautado nem no procedimento exclusivamente jurídico, nem no Código Penal. O que se julga aqui não é crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Peço silêncio ao Plenário e aos assistentes.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E eu queria — temos este direito — manifestar uma estranheza no procedimento lá do Supremo em relação ao voto do próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, que normalmente é o voto arbitral, é o voto de Minerva, é o voto na decisão de um empate. Como o julgamento não acabou ainda, eu fiquei surpreso, provavelmente em função da minha ignorância dos procedimentos lá — e jamais vamos querer interferir em procedimentos internos do Supremo — com o Ministro Nelson Jobim já tendo votado e tendo entendido — e falo do Ministro Nelson Jobim, e não do árbitro de futebol Márcio Rezende de Freitas — que houve um empate. Ora, se 5 Ministros votaram pelo indeferimento da liminar, portanto, pela continuidade plena do nosso processo disciplinar aqui, em função da arguição da defesa lá do Deputado José Dirceu; em segundo lugar, se um dos outros 5 Ministros que já votaram disse que o que cabe apenas é um reparo, isto é, a retirada na leitura do relatório final em plenário aqui na Casa da questão do depoimento, do derivado do depoimento da Sra. Kátia Rebelo, e 4 quiseram acolher a liminar para que este Conselho refaça a oitiva de testemunhas de defesa — vamos ouvir a obra literária de Fernando Morais e os argumentos já sabidos e conhecidos dos nossos colegas Aldo Rebelo, Arlindo Chinaglia —, o meu entendimento claro é que foi ou 6 a 4, ou 5, 4 e 1. O 5 a 5 eu também não entendi. Mas vamos torcer para que o voto do Ministro Sepúlveda Pertence pertença ao bom senso. E vamos aqui, além dessa nota de esclarecimento, que acho imperiosa — do Conselho — ser produzida ainda hoje, vamos dar seguimento ao nosso trabalho normalmente. Este Conselho não tem com o que se preocupar, não tem do que se envergonhar, não pode ser por ninguém acusado de parcialidade, de atropelo, de equívoco. Não. Jamais vi na minha vida — é claro que cresci na ditadura militar —, na democracia, que muitos dos representados aqui ajudaram a construir, eu jamais tão amplo direito



de defesa nesse processo que não é penal, nem exclusivamente judicial, como aqui no Conselho. Então, estou perplexo com essa procrastinação, que acaba acontecendo, efetivamente. Mas é bom lembrar que o julgamento não está concluído e que temos que seguir o nosso caminho com presteza. Nós temos prazo, mas não temos pressa.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Um momentinho só.

Deputado Chico Alencar, eu gostaria de convocá-los para uma reunião às 15h no gabinete da Presidência do Conselho de Ética para discutirmos exatamente sobre essa nota. Então, às 15h, eu gostaria de convocar V.Exas. para comentarmos o processo do Supremo Tribunal Federal e a posição do Conselho de Ética.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de dizer que concordo linha por linha com o que foi dito pelo Deputado Chico Alencar. Aliás, a estranheza dele não decorre da falta de saber jurídico. Ao contrário, é em razão do seu saber jurídico que ele fez as afirmações que fez, porque, em que pese não ser um jurista, tem-se esmerado em acompanhar todas as questões técnico-jurídicas deste Conselho. Não teria como, Deputado Chico Alencar, não teria o menor sentido declarar-se, como se declarou o Ministro Nelson Jobim e, se não bastasse ter votado, quando, na verdade, só poderia votar pelo desempate, ele ter votado para o empate. É o primeiro caso em que um Presidente do Supremo vota para dar empate. O Presidente do Supremo, que deve votar para dar o desempate, votou para dar o empate. Se não bastasse essa estranheza, causa estranheza ainda maior o fato de ele já decidir que o voto do Ministro Peluso acompanhou aqueles que deram guarida, aqueles que deram, portanto, ganho de causa ao ex-Ministro José Dirceu. E por que isso causou estranheza? Porque colocou muito bem o Deputado Chico Alencar: Foram 5 votos pelo indeferimento e pelo prosseguimento total e pleno, na expressão do Deputado Chico Alencar, do procedimento junto a esta Casa, 4 votos contrários à continuidade e 1 voto, do Ministro Peluso, que foi pela continuidade, suprimindo-se o depoimento da Sra. Kátia Rabelo. Na pior das hipóteses, a interpretação deveria ser de que o Ministro Peluso, ao dar continuidade ao prosseguimento, assim como os outros 5, se somasse a



eles, ficando 6 a 4. Agora, suponhamos a hipótese de estar 5 a 4 e a 1, que esta seria tecnicamente também aceitável. O Ministro Pertence vota hoje. Suponhamos que ele venha a votar a favor do impetrante, daquele que impetrou o mandado de segurança, o Deputado José Dirceu. Teríamos a seguinte situação, Deputado Chico Alencar: 5 a 5 a 1. E como ficaríamos? O próprio Presidente do Supremo, que foi aquele que já demonstrou parcialidade no seu voto, não no seu proceder, mas no seu voto já demonstrou o que pensa, porque inclinou-se por um lado, é este, que é parcial, que vai decidir se o voto do Ministro Peluso inclina-se para o impetrante ou para o Conselho de Ética? Qual é a lógica que se tem nisso?

Conversei ontem com o Prof. Michel Temer. Além de professor de Direito Constitucional, autor de inúmeros livros, ele mesmo concordou com esta tese e disse que não teria o menor sentido deixar ao Presidente do Supremo definir para que lado inclina-se o voto do Ministro Peluso. Talvez, então, Deputado Chico Alencar, além de uma nota esclarecedora por parte deste Conselho, tenhamos que impetrar um mandado de segurança para evitar que esta decisão sobre para onde deve seguir o voto do Ministro Peluso seja dada pelo Ministro Nelson Jobim. Esta Casa tem de se posicionar e, se for o caso, entrar com um mandado de segurança contra o Presidente do Supremo. E é provável que tenhamos que fazer isso. Por quê? Porque, na pior das hipóteses, a última das hipóteses, 5 a 5 a 1, quem decide para que lado foi o voto do Ministro Peluso? A Câmara Federal. Se o voto diz respeito a procedimento desta Casa, esta Casa é que vai entender: Olha, o voto do Ministro Peluso inclinou-se pelo prosseguimento do feito e não pela procrastinação ou pelo retardamento do feito. Então, a Câmara Federal é a única instituição, é o único Poder legítimo para declinar, para definir se o voto do Ministro Peluso foi por A ou foi por B.

Então, são 2 as medidas, Sr. Presidente: um eventual mandado de segurança, ou que a Casa traga para si, através do Deputado Aldo Rebelo, esta definição, porque a Câmara Federal é que vai decidir se o voto do Ministro Peluso foi por A ou foi por B, e não pode ser aquele que já declinou seu voto, que é o Ministro Jobim.

Então, eu faço esse registro a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a Sra. Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Apesar de V.Exa. ter colocado que estava já chamando uma reunião dos membros do Conselho para as 15 horas, insistiu, até a discussão, inclusive, com defesa de posição e de outras atitudes que este Conselho tomaria.

Eu achei também estranho — eles estranharam, mas eu também estranho — que ontem os discursos que ocorreram no plenário da Câmara e agora, que o Supremo estaria interferindo nas ações da Câmara, quando a compreensão é que qualquer cidadão... No caso, o Deputado José Dirceu entrou para exigir a legalidade do processo, não para interferir se nós, aqui, no Conselho, a votação foi de 13 a 1. Na realidade, ele não pediu retirada da votação nem questionou a votação dos membros do Conselho. Ele questionou respeito ao Regimento e à legalidade dos procedimentos.

Ao mesmo tempo em que algumas pessoas alegam interferência do Supremo nos atos da Câmara, querem que o Conselho faça uma nota para mandar ao Supremo, questionando também a ação do Supremo e dos Ministros. Fica mais estranho ainda.

Na minha posição, eu acho que nós temos de aguardar. Qualquer decisão é precipitada no sentido de posicionamento deste Conselho. Eu já me posicionei em outros momentos sobre o que acontece com a precipitação. A gente acaba tendo que refazer as nossas ações, os nossos atos, as nossas reuniões, porque foram atropelando a legalidade, o Regimento. E acaba a gente tendo de fazer de novo.

Se houve compreensão, por parte do Deputado Chico Alencar e por parte do Deputado Carlos Sampaio, que 5 Ministros votaram de um jeito, houve compreensão de que 5 Ministros votaram de outro. Então, o empate é exatamente nessa questão. Houve 5 que compreenderam que estava correto, houve 5 que compreenderam que estava errado.

Nós temos de tomar cuidado com as afirmações, porque, novamente, a gente pode estar incorrendo em ilegalidade. Eu acho que o respeito, nós, da Comissão, já



apreendemos. Tivemos de fazer diversas vezes reunião, chamar de novo, fazer leitura, pedir vistas novamente, exatamente porque, no calor da discussão, achávamos importante dar continuidade, mostrar nossa força, o Conselho de Ética faz e atropela, mata e esfolia.

Novamente, chamo a atenção dos nobres colegas do Conselho de Ética de que a pressa é inimiga da perfeição. Nós devemos ser prudentes e agir de acordo para não termos de refazer o processo todo de novo, porque estamos atropelando a decisão do Supremo.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, queria só reforçar a solicitação do Deputado Chico Alencar — obviamente já convocada por V.Exa. uma reunião — e lembrar que essa nota deve ser no aspecto esclarecedor de que o Regimento do Conselho de Ética é um Regimento da Casa Legislativa. Quem achar que deve fazer mudança, deve apresentar um projeto para fazer sua alteração. Da mesma forma como nós não podemos nos imiscuir no Regimento Interno do Supremo Tribunal, a minha concepção é que também não há possibilidade de que o Supremo se imiscua nos nossos Regimentos Internos. No caso, aqui, do Conselho de Ética. Por quê? Primeiro, o Conselho de Ética não é um tribunal judicial ou um tribunal penal. É um tribunal político; não tem testemunha de acusação. É só ler o Regimento do Conselho de Ética. Nós só temos a possibilidade de testemunhas da defesa. E o Relator — diz bem claramente, no nosso procedimento — procederá às diligências para a instrução processual. O contraditório foi amplamente assegurado, porque tanto o Deputado recorrente quanto seus advogados se fizeram presentes e tiveram oportunidade de contraditar todas as testemunhas. Todas, sem exceção. Todas. Todas as testemunhas foram contraditadas pelo Deputado denunciado ou por seu advogado neste Conselho.

Portanto, Sr. Presidente, não aceito dizer que aqui fizemos um atropelo, porque o Conselho diz que faz e acontece e tudo bem. Nunca presenciei nenhum ato dessa natureza neste Conselho. Não sei a qual Conselho a Deputada Angela estava se referindo, mas, neste Conselho de Ética, jamais presenciei... E apelo, inclusive, para as atas deste Conselho, se houve qualquer entrevero dessa



natureza. Então, é bom que a gente restabeleça a verdade dentro do Conselho, para não vendermos uma imagem para a sociedade de que somos aqui um conjunto de autoritários procurando passar por cima do Regimento desta Casa e das legislações, para fazer justiça pelas próprias mãos. Isso nunca aconteceu neste Conselho, nunca. E apelo também à consciência dos demais membros do Conselho de Ética se, alguma vez aqui, alguma decisão foi no “faço, aconteço e arrebento”. Jamais. Todas tomadas de forma democrática, inclusive decisões que caberiam única e exclusivamente ao Presidente deste Conselho, a V.Exa., V.Exa. sempre estendeu ao debate e à deliberação do Plenário do Conselho.

Portanto, não posso me calar diante de argumentações de que nós aqui fazemos, acontecemos e arrebentamos no afogadilho ou na pressa. E quem faz de qualquer jeito faz mal feito. O Conselho tem seguido estritamente o que diz o Regimento do Conselho de Ética. Se o Supremo tem uma interpretação diferenciada, acredito que nos cabe esclarecer essa interpretação. Por isso, sou favorável a que façamos uma reunião para podermos dar todos os esclarecimentos para que o Supremo possa tê-los e, em os tendo, querendo manter a decisão, é um direito legítimo do Supremo. E também, posteriormente, acho que a Casa adotará as medidas que entender legítimas em razão da autonomia e independência entre os Poderes e da não-possibilidade de intervenção de um Poder em outro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, eu queria dar só uma última palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Se, no nosso processo de discussão, de ouvir as testemunhas — pode não ter esse bonito nome ou feio nome de testemunha de acusação e defesa —, há testemunhas indicadas pelo Representante e testemunhas indicadas pelo Representado. Se não se der o nome de defesa e acusação, de qualquer forma tem um que veio para afirmar que o Representante está falando a verdade, ou tem consigo as informações e que precisa dessa testemunha para confirmar o que ele está falando. E o Representado, ao chamar testemunhas, também chama pessoas que, de alguma forma, vão dizer as informações que ele está falando. Então, pode não se chamar de defesa ou



acusação, mas tem essa característica de reforçar a acusação do Representante e reforçar a defesa do Representado.

Acho importante deixar claro aqui, quando fazemos algumas afirmações mais para um lado ou mais para um outro: se estamos legalmente respeitando de forma correta todos os passos do Regimento, da Constituição, do Código Civil e de todas as leis que regem este País, não seriam inúmeras as vezes que o Supremo entendeu diferentemente. Ele não interpretou a nossa votação, não interpretou as nossas ações. O Supremo interpretou a legalidade do processo. E quando o Supremo recusou a liminar do Deputado José Dirceu — e não precisamos refazer uma das ações —, foi aplaudida por membros deste Conselho essa decisão do Supremo.

Então, em alguns momentos, o Supremo age, no entender dessas pessoas, de acordo com o respeito ao Conselho e o respeito à Casa. Em outros momentos, o Supremo desrespeita o Conselho e a participação dos membros deste Conselho. Então, é importante interrogar: será que todos os Ministros do Supremo, todas as vezes que declaram que uma liminar tem de ser acatada e determinam que o Conselho refaça uma ação, nós todos estamos certos, seguimos a legalidade, e o Supremo que tem essa definição constitucional de cumprir as leis, fazer cumprir a Constituição deste País, no caso individual do Deputado José Dirceu ou de qualquer cidadão brasileiro, ele está errado e nós é estamos certos? Repetidas vezes o Supremo determinou que o Conselho de Ética refizesse uma ou outra ação. É nesse sentido que eu falei que nós fizemos intempestivamente, porque tivemos que refazer, apesar dos avisos e dos anúncios feitos durante as reuniões.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, só uma questão para concluir.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu só queria lembrar, Sr. Presidente, que as testemunhas arroladas pela Relatoria no caso Sandro Mabel serviram inclusive para ajudar na sua absolvição. Portanto, eu acho que nós temos de esclarecer. E eu tenho falado aqui de esclarecimento. Eu não tenho posições no



passado quando era Oposição e achava que o Supremo julgava favorecendo quem estava no Governo. E hoje, sendo Governo, eu acho que o Supremo está fazendo uma ação correta. Eu mantenho a mesma posição que eu tinha no passado e a que eu tenho hoje.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, concluindo...

O SR. DEPUTADO BENEDITO DE LIRA - Presidente Izar, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, o próximo a falar é o Deputado Nelson Trad, mas eu quero esclarecer algumas coisas.

Em primeiro lugar, o Conselho de Ética mandou todas as informações ao Supremo Tribunal Federal, todas. São 4 informações. As 4 informações o Relator do Supremo acolheu, e o parecer do Relator do Supremo foi baseado nas 4 informações e, em momento algum, o Conselho de Ética errou. Essa é a verdade. Agora, são diversas as interpretações. Infelizmente, isso acontece numa democracia e num Poder Judiciário ativo. É o que está acontecendo. Agora, também nós do Conselho de Ética precisamos lutar pelo bom nome do Conselho de Ética, porque, a bem da verdade, eu não gostei de algumas atitudes de alguns Deputados. Nunca se trabalhou tanto aqui no Conselho de Ética. Esta é a 66ª reunião. Nós estamos trabalhando todos os dias e inclusive eu faço reuniões com os Srs. Deputados aos sábados de manhã. Eu não aceito quando alguém fala que o Conselho de Ética não está trabalhando. E todos os Srs. Deputados estão presentes. Essa é a verdade. Agora, infelizmente isso está acontecendo. É papel do Deputado José Dirceu lutar. Ele vai lutar até o fim, dentro das possibilidades. E é também o nosso papel fazer a nossa defesa. E estamos cumprindo o Regimento da nossa Casa. O Deputado Orlando Fantazzini e a Deputada Angela colocaram uma coisa que deve ser dita. Infelizmente, Deputada, alguns Ministros — não todos, alguns Ministros — não conhecem o funcionamento do Conselho de Ética. O Conselho de Ética não é um tribunal do Judiciário, não é um Supremo. Na verdade existe testemunha, sim, do processo. Quantas e quantas testemunhas de defesa foram indicadas pelos Srs. Deputados do Conselho de Ética? O processo aqui nesta Casa é político-partidário, político-parlamentar e político-judicial também. Essa é a verdade. Então, nós vamos lutar. A nota do Conselho vai ser uma nota de esclarecimento, como funciona o



Conselho, o que o Conselho deseja. Essa é a verdade e é o que vamos fazer hoje às 15 horas.

Gostaria de ouvir o Deputado Nelson Trad, por favor.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, já deveríamos ter iniciado a nossa sessão normal. Acontece que, pelo menos em relação aos meus 48 anos de militância profissional na área criminal, embora na província, uma das afrontas que eu recebo neste momento, integrante de um Conselho que julga — ou pelo menos é uma instância de julgamento —, jamais ouvi de alguém — eu que já fui réu na época da ditadura — ou senti uma afronta desta natureza de que este Conselho é parcial, de que este Conselho atropela direitos de cidadãos que receberam seu mandato da mesma forma que os homens honestos desta Casa receberam. E sinto que o eruditismo do voto de um Ministro poderia ser consagrado nas grandes bíblias de Direito Penal, mas nos casos que não se aplicam, em absoluto, aos julgamentos que este órgão da Câmara Federal tem produzido. Não se afrontou a dignidade, porque não se afrontou o direito de um cidadão igual a nós, aqui nesta Casa. Até o momento em que ele praticou um delito e que, por isso mesmo, no aspecto político está sendo julgado por nós.

Aqui neste Conselho observa-se, sim, uma tendência para politizar, de forma partidária, julgamentos. Eu não entro nesta, Sr. Presidente. Eu me submeto à minha consciência e não à estrela ou à sigla de um partido, porque não defendo canalhas que aviltam a democracia e o respeito ao juramento desta Casa.

Eu tenho passagens na minha vida, Sr. Presidente, que demonstram perfeitamente o quanto é sofrido aquele que é acusado de agredir direitos individuais. Eu era advogado do Padre François Jacques Jentel, juntamente com o Prof. Heleno Cláudio Fragoso. No dia do seu julgamento, na auditoria militar, fui apanhar o Prof. Heleno Cláudio Fragoso no 10º andar do hotel. No 8º andar, Sr. Presidente, entram alguns circunstantes, pessoas bem vestidas, que não conheciam a mim e não conheciam o Prof. Heleno Fragoso. E um cochicha para o outro: Tudo resolvido. O Padre vai ser condenado. Fomos para a sessão na auditoria militar, conversamos com o Padre e perguntamos: Você quer participar da sessão? Ele falou: Vou. A autoridade moral dele nos impregnou de honra e, sobretudo, da grandeza do advogado quando tem um cliente nesse aspecto moral. E lá se



apresentou. Foi condenado a 10 anos de reclusão. Depois o arranjo da ditadura o fez voltar para a sua terra.

Este Conselho não está julgando partidária nem ideologicamente e, muito menos, com a consciência gravada pelo sinete da parcialidade. Eu entendo o que o Supremo Tribunal Federal fez ontem de elevar às raias do absurdo um formalismo para sustentar que houve violação do princípio constitucional.

É a minha indignação, Sr. Presidente. Eu tenho vontade até de sair desta Casa antes da conclusão do meu mandato, porque não posso conviver com certos peixes podres que ainda se encontram aqui, aparceirados com uma solidariedade que não dignifica mandato de ninguém.

É o que eu tenho a falar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Izar) - Pela ordem, o Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Primeiro, solidarizar com a indignação do Deputado Trad, que retrata o sentimento, creio, independentemente do partido, das pessoas de bem desta Casa e que querem o bem desta Casa. Querem o bem, acima de tudo, desta instituição.

Eu quero rememorar, Deputado Trad, fatos ocorridos aqui neste processo, antes da decisão que o Conselho vai tomar hoje à tarde, depois da fala dos nobres companheiros, inclusive da Deputada Angela. Sabe quantas vezes o ex-Deputado André Silva foi ao Supremo, Sr. Presidente? Duas vezes. Não teve abrigo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - André Luiz.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - André Luiz.

Sabe quantas vezes o ex-Deputado Roberto Jefferson foi ao Supremo? Duas vezes. Não teve abrigo. Sabe quantas vezes o Deputado José Dirceu foi ao Supremo? Três vezes. Por uma vez ele não teve abrigo, na decisão da competência. Competência essa que estava no nosso voto, bem como estava a inversão das testemunhas. Nas outras 2, tivemos que reler, tivemos que refazer, tivemos que votar novamente, em função da interpretação monocrática do Ministro Eros Grau.

Não quero neste momento entrar na discussão da decisão de ontem, até porque, como bem disse o Deputado Carlos Sampaio e tem defendido, advogados têm deixado muito claro uma interpretação absolutamente clara com relação à



votação de ontem. Não houve empate. Haverá empate se o Ministro Sepúlveda Pertence, que não votou, determinar de forma com o impetrante. Mas não houve empate. Falta a interpretação do voto do Ministro Peluso, que é de acordo com o Relator, pela continuidade do processo, contanto que se retire o texto de Kátia Rabello.

Mas eu gostaria de entrar nesse caso. Além das 3 ações no Supremo, houve 3 outros recursos na Comissão de Constituição e Justiça, que pode ser o maior órgão revisor desta Casa, do Poder Legislativo, da Casa menor, que é a Câmara dos Deputados. E as pessoas se ativeram muito ao voto do eminente Deputado Sérgio Miranda, quando acolheu o efeito suspensivo na manhã de terça-feira, mas não se ativeram ao mérito do seu voto. O Item 5 foi o mérito, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que decidiu que a inversão não trouxe prejuízo para o fato. Era um recurso impetrado aqui. A esse recurso, o Conselho deveria subordinar uma prévia votação ao Plenário da Casa. O voto do Deputado Sérgio Miranda, no mérito, foi aprovado por unanimidade. É importante deixar claro isso. O efeito suspensivo, o Item I, é que foi votado e passou a ser a peça principal do voto do nobre Deputado, enquanto que o mérito, que era a matéria principal, não há nulidade sem gravame. Utilizado o termo, não houve nulidade se não trouxe prejuízo. E este voto foi desconsiderado inclusive pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo Supremo Tribunal Federal, um voto dado por aquela Comissão.

O Deputado José Dirceu falou por último. E eu gostaria de fazer uma última lembrança: por que não contestaram ontem, arrolado como testemunha por esta Relatoria, o Deputado José Genoíno? Ele falou pela defesa, Deputado Carlos Sampaio, ou falou para poder acusar o Deputado José Dirceu? Ele falou posteriormente, mas eles querem que volte só o depoimento da Sra. Kátia, sendo que as testemunhas de defesa sequer conheciam a Sra. Kátia ou de que ela tratava. O Sr. Fernando Moraes conhece e conhecia bem o Deputado José Dirceu, nunca tinha ouvido falar da Sra. Kátia Rabello. Isso foi perguntado a ele. Isso foi perguntado a ele.

Nosso voto foi atestado e foi aprovado pelo Conselho, constando a inversão, incluída no nosso voto a questão da inversão das provas.



E eu gostaria por último, Sr. Presidente, de lembrar reunião ocorrida, a 47ª reunião, realizada em 11 de outubro: “(...) *Em seguida o advogado...*” — estou lendo a ata do nosso Conselho — “(...) *Em seguida o advogado José Luís de Oliveira solicitou que este Conselho forneça, à defesa, cópias dos documentos sigilosos enviados das CPMIs dos Correios e da Compra de Votos e solicitou também uma nova oitiva das testemunhas de defesa (...)*”. Isso foi feito dia 11 de outubro. “O Presidente deferiu somente o primeiro...”, a cópia dos requerimentos. V.Exa. sabe quem estava presidindo a reunião naquele momento, Sr. Presidente? A Deputada Angela Guadagnin. Indeferiu a oitiva das testemunhas de defesa novamente. Quem presidia a reunião? A Deputado Angela Guadagnin, representando V.Exa. Indeferiu um pedido do advogado, Sr. José Luís. Naquele momento, se tivesse indeferido — e o Supremo não levou em consideração —, ele deveria ter recorrido. A lei não protege quem cochila. O caso estava precluso. Ele não poderia esperar o final do julgamento, o final da decisão, a votação, a remessa do recurso à Comissão de Constituição e Justiça, que decidiu pelo Conselho, para apresentar um novo recurso ao Supremo. Estava precluso, e o Supremo não levou isso em consideração. É importante deixar claro às pessoas que querem postergar, que querem protelar, que querem deixar para a sociedade uma culpa neste Conselho. E pessoas importantes desta Casa têm assumido isso. Não podemos permitir.

Este relatório não mais me pertence, pertence ao Conselho como um todo, foi votado por 2 vezes. E votado por 2 é para restaurar a dignidade da nossa Casa, não os nossos mandatos. Companheiros estão aqui, em solidariedade àqueles que estão sendo representados, que têm direito à sua defesa. Só pedimos a prorrogação preventiva, Sr. Presidente, porque por mais que nós tivéssemos feito não foi cerceada a defesa. Já estamos a 101 dias do início do processo do Deputado José Dirceu. E temos prazo diferentemente da Justiça.

Quero, só para terminar, porque o Conselho vai tomar a decisão à tarde, dizer, não com caráter partidário, político ou ideológico, que a gente tenta fazer um trabalho com muita correção, com muita dedicação, respeitando o direito de todos. Não podemos ser atropelados por aqueles que convivem conosco — como disse o Deputado Nelson Trad —, que convivem conosco e que infelizmente não querem o mesmo resultado que as pessoas de bem desta Casa. Não nos misturemos, não nos



misturemos. Vamos demonstrar para a sociedade brasileira, para a esta Casa, para os Deputados, quem quer corretamente buscar o seu direito e quem não quer buscar o seu direito ou a sua defesa, ou a sua integridade, ou o seu mandato, ou o que quer que seja, porque a instituição brasileira Câmara dos Deputados está violentamente vilipendiada, está desmoralizada. Esta Legislatura está comprometida, e nós não podemos querer resguardar sob a pena... proteção e abrigo de alguns.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, entendo que V.Exa. está querendo seguir a sessão e, inclusive, ouvir o depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - ...mas tenho que fazer 2 esclarecimentos. Primeiro, eu quero deixar muito claro para os membros deste Conselho, que em nenhum momento, eu tentei manchar, macular a imagem do Conselho ou dos membros deste Conselho ou desta Casa. Tenho muita dignidade, muita honradez para defender o meu nome, o nome desta Casa, o meu mandato e as minhas ações.

A segunda coisa. Foi lembrado pelo Deputado Júlio Delgado que eu presidi a sessão. V.Exa. se retirou por segundos, por minutos e me pediu: indefira essa questão de ordem. Então, eu fiz o que foi solicitado em nome de V.Exa., Presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - E eu confirmo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Ann Pontes, espero que seja a última oradora para darmos início a Ordem do Dia.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bastante breve e objetiva, retorno depois de uma cirurgia e aproveito o momento para fazer um apelo aos integrantes deste Conselho: serenidade. Não vamos deixar que este ambiente contamine os trabalhos desta Casa. Também não vamos colocar por terra tudo o que foi feito até então. Com a máxima devida vênias, eu reafirmo que em momento algum os nossos trabalhos foram atrapalhados ou açodados na busca insana da punição. Por favor, não vamos nos dividir. Não vamos jogar horas a fio de



trabalho, de noites em claro, lendo inúmeros processos. Precisamos manter-nos unidos nesse trabalho. Nada de desistir, Deputado Nelson Trad. Nada de colocar em cheque o trabalho de qualquer Conselheiro. É o apelo que eu faço. Nós temos consciência, cada integrante deste Conselho, de que tudo foi observado, de que nós temos as nossas limitações. Seja na questão do chamamento das testemunhas, se algum trabalho foi refeito, foi em função de um acatamento da justiça, e vamos acatá-lo. Mas nós não podemos nos dividir, não podemos rechaçar o trabalho do outro. E o relatório do Deputado Júlio Delgado é o relatório deste Conselho. Não vamos jogá-lo por terra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, vou deixar o expediente para colocar em votação no final desta reunião e vamos à Ordem do Dia.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Deputado João Paulo Cunha, Representado no Processo nº 9, de 2005, tendo como Relator o Deputado Cezar Schirmer.

Comunico ainda que está presente o advogado do representado, Dr. Alberto Toron. Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso, inclusive o advogado poderá também utilizá-la. Em seguida será dada a palavra ao Deputado Cezar Schirmer, Relator do Processo nº 9, de 2005, para suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirirem o depoente, de acordo com a lista de inscrição, inicialmente os titulares, posteriormente os suplentes e os Líderes de bancada.

Dando início aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Deputado João Paulo Cunha.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, antes de o Deputado João Paulo falar, gostaria de saber se um não-membro da Comissão, inscrito, pode fazer uso da palavra.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pode se inscrever posteriormente, Deputado, depois de ouvirmos todos os membros titulares, suplentes e Líderes de bancada.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - A inscrição é *a posteriori*? Porque eu já fiz a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Há uma norma do Conselho que determina que primeiro falam os membros titulares, depois os suplentes, a seguir os Líderes e por último os não-membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado João Paulo Cunha.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Sr. Relator, Deputado Cezar Schirmer, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, companheiros presentes, queria iniciar destacando uma frase que eu carrego sempre na minha vida: "*O homem é universal se ele amar a sua própria aldeia*". E eu tenho uma relação muito próxima, íntima, com a minha cidade de Osasco e queria saudar a presença do Prefeito da minha cidade, Emídio de Souza, que muito me honra. E queria também, Sr. Presidente, iniciar agradecendo, de forma particular, ao Líder Rodrigo Maia, do PFL, o que veio participar desta oitiva e que muito também me enaltece; ao Deputado Dimas Ramalho, Líder do PPS, que também passou por aqui; e aos demais Deputados e Deputadas, que não são membros, mas que também vieram aqui participar. Um Filósofo espanhol, morto em 1955, traçou um paralelo entre a circunstância e a vida, que é utilizado no mundo todo, que diz que o homem é o homem e as suas circunstâncias. Nesse mesmo discurso ele complementou dizendo que a circunstância e o homem formam e integram a vida. E depois ele sintetiza de forma brilhante dizendo que "*viver é viver em alguma circunstância*". Eu tenho, Sr. Presidente, 22 anos de mandato. Eu fui Vereador na minha cidade, fui Deputado Estadual, estou no terceiro mandato de Deputado Federal. Eu tenho 30 anos de militância política. Eu nunca fui de outro partido, assim como o Relator Cezar Schirmer nunca foi de outro partido. Eu sempre fui do PT. Ajudei a fundá-lo e estou nele até agora. Fui Vereador e fui líder da bancada na minha cidade; fui Deputado Estadual e fui líder da bancada no meu



Estado. Liderei em São Paulo o Ministro Palocci, o Professor Luizinho, que está presente aqui, Arlindo Chinaglia, Ivan Valente, Roberto Gouveia, uma quantidade grande de Deputados importantes para o nosso partido. Vim para Brasília e esperei com tranqüilidade para assumir a Liderança da minha bancada e a assumi. E acabei virando Presidente da Casa. Em todos esses anos, Sr. Presidente, eu nunca pisei em um órgão de correição, eu nunca fui convocado para nenhum órgão que tratasse de ética, eu nunca fui convocado, em nenhuma instância, nesses 30 anos de militância, para responder sobre qualquer questão relacionada à ética, porque a ética, do meu ponto de vista, Sr. Presidente, não é algo circunstancial. O sujeito não vira ético num momento para posteriormente deixar de ser ético. Muito menos é aético a vida toda e passa a ser ético em determinado momento. Não! A ética é uma condição inerente, em particular ao homem público. E eu carrego isso, Sr. Presidente, desde o início da minha vida política — e carrego com muito orgulho. E as pessoas que convivem comigo sabem que não é somente na palavra que eu sou conseqüente a falar isso; é na minha vida cotidiana, nas relações que eu estabeleço e nas relações que eu vou formando durante a minha caminhada. Mas, em momentos assim, Sr. Presidente, que nos põe à prova essa condição humana, que confronta um pouco essa posição de homem público, nós somos sempre carregados rapidamente a um questionamento do porquê eu estou passando por essa questão. Por que estou passando por este momento? Eu me permito aqui, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, alterar esse questionamento. Permito-me aqui dizer o seguinte: para quê? Para que eu passo por esta provação? Para que eu passo por este momento, que é cruel, que é duro, que é doloroso para mim, para os meus amigos e para a minha família. Mas eu tenho certeza que esta pergunta “*para quê*” é para que sirva, esta provação, para que eu tire lições e para que eu me aperfeiçoe, e para que eu reconheça erros, porque o reconhecimento de erro é um ato de grandeza. E eu sei reconhecer erros, sempre soube, e reconheço os meus erros, que é exatamente para eu poder melhorar, para eu poder continuar esta minha caminhada. Nós estamos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, no meio de uma crise. É uma crise, do meu ponto de vista, diferente do que muita gente fala, não ética. É uma crise de natureza política. O meu partido, eu, os nossos dirigentes, erramos em determinado momento pela política. Estamos pagando e vamos pagar; estamos pagando e



vamos pagar, mas nós não vamos abaixar a cabeça. Nós vamos continuar de cabeça levantada. Vamos continuar dialogando com o povo, com as pessoas de bem, porque nós queremos, independentemente do reconhecimento do erro, buscar acertar com as pessoas que querem ajudar a gente a acertar. Muita gente, Sra. Presidenta, acha que esse tipo de guerra vale a pena, porque vira efetivamente uma guerra esse tipo de crise; vira efetivamente uma guerra. E, muitas vezes, esse monstro que se constrói acaba comendo o criador. Muitas vezes, esse tipo de guerra, esse tipo de monstro, atropela as próprias pessoas que, em determinado momento, sorriem. Eu, o contrário. Eu não me delicio com a desgraça alheia. Ao contrário; ao contrário, eu não me delicio. Eu não dou risada com isso. Acho que a disputa política tem que fazer. Acho que ela é da nossa natureza, mas eu acho que ela tem parâmetro. E é exatamente dentro desse parâmetro que eu trago às senhoras e aos senhores a minha defesa. E a minha defesa é uma defesa simples, objetiva e carregada daquilo que eu acho que são as coisas corretas. Eu trago às senhoras e aos senhores aquilo que é a verdade dos acontecimentos. Eu trago aqui a minha consciência, eu trago aqui a minha verdade, a minha disposição de dialogar com os senhores. E, principalmente, pedi rapidez: pedi ao Sr. Relator, mais de uma vez; pedi ao Sr. Presidente, mais de uma vez, porque eu quero decidir essa questão rapidamente. Agradei ao Sr. Relator, que quase não apresentou testemunhas, porque eu não apresentei testemunhas e não vou apresentar. Os 512 Deputados e Deputadas que conviveram comigo nos 2 anos da Presidência sabem de mim, conhecem o meu caráter, sabem do meu jeito de lidar, do meu jeito de viver. Quem está há mais tempo aqui, desde 1995, me conhece mais ainda. Por que eu vou trazer testemunhas? Para testemunhar o quê? Eu gostaria que os 512 Deputados e Deputadas fossem minhas testemunhas, porque as coisas que eu fiz foram coisas claras, coisas transparentes. Então, eu trago, Sr. Presidente, esta minha defesa baseada naquilo que eu vivi nos últimos 2 anos. E veja, Sr. Presidente, o Relator Deputado Osmar Serraglio, junto com o Relator Deputado Ibrahim Abi-Ackel, depois com a corroboração do Deputado Robson Tuma, adota uma quantidade de preceitos da Constituição e da legislação infraconstitucional para tentar dizer que eu quebrei o decoro. Mas como que eu quebrei o decoro? O art. 55 diz: *“Perderá o mandato o Deputado ou Senador: (...) II - cujo procedimento for declarado incompatível com o*



decoro parlamentar”. O meu procedimento foi declarado incompatível com o decoro, nesses 2 anos? Onde? Diz que, nos casos, a perda será decidida pela Câmara, mas fundamentalmente é esse inciso. O Código de Ética, adotado pelos Relatores e pelo Deputado Robson Tuma, diz que constitui procedimento incompatível com o decoro abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas. Eu abusei? Eu abusei da minhas prerrogativas? É só perguntar aos servidores da Casa, aos Diretores, aos Líderes dos partidos, aos empresários que vieram conversar comigo, aos dirigentes sindicais. É só perguntar. Diz que eu fraudei, por qualquer meio ou forma, o regular andamento dos trabalhos legislativos para alterar o resultado da deliberação. Eu fraudei? Mas onde eu fraudei? As nossas votações, os nossos encaminhamentos eram os mais claros e transparentes. E fazia questão de fazê-los assim, às vezes criticado inclusive por ser muito tolerante, e que eu dizia que era uma tolerância agradável, porque era vinculada e amarrada à democracia. Depois diz: *“Omitir intencionalmente informação relevante, ou, nas mesmas condições, prestar informação falsa nas declarações de que trata o art. 18”*. Quais? Então, do ponto de vista dos preceitos adotados então pelos Srs. Relatores das CPMLs para me enquadrar na Representação aqui, desculpem-me os Srs. Relatores e o Relator da Corregedoria da Casa, desculpem-me, mas não corresponde à minha conduta. Não me alcançam esses preceitos. Mas deixemos então esses preceitos; vamos aos pressupostos políticos adotados então pelos Relatores para dizer que eu quebrei o decoro, que eu pratiquei o mensalão, porque é disso que se trata, de que eu pratiquei o mensalão. O que os Relatores dizem? Mas não são só os Relatores. O próprio 1º Vice-Presidente da Casa, Deputado José Thomaz Nonô, no calor do debate, deixou claro o que configurou o mensalão. Agora podem mudar, agora podem dar o conceito que quiserem para o mensalão, mas ele tem um conceito original, ele tem um conceito na gênese, que todo mundo ficou sabendo. *“Mensalão é o Deputado que recebeu para votar com o Governo.”* Eu recebi para votar com o Governo? E parte grande das matérias, Sr. Presidente, sequer votava. *“Não, mensalão configura os Deputados que receberam para mudar de partido.”* Ah, eu mudei de partido? *“Não, mensalão são os Deputados que perceberam vantagens para praticar caixa 2.”* Só faz caixa 2 quem tem caixa 1. Eu não era candidato, não tinha caixa 1, como praticar caixa 2? *“Praticou mensalão o Deputado que utilizou o*



seu poder para, junto às empresas estatais, fazer tráfico de influência.” Em todo o processo não há uma linha que me vincule a qualquer questão dessa natureza. E não há porque é verdade, porque não existe mesmo. Então, onde me encaixar? Nos preceitos políticos determinados pelos Srs. Relatores? Também, desculpe, eu não me encaixo nisso. Eu não me encaixo nisso. Há o episódio do saque dos 50 mil. É verdade, é verdade. Há, não quero fugir e sei que tenho que responder por ele. E vou responder. E peço às pessoas que não cobrem minha mulher, porque ela não tem culpa de nada. Se há alguém culpado nisso, sou eu. Responsabilizem a mim. Podem botar a culpa sobre mim, a responsabilidade sobre mim, porque ela simplesmente cumpriu um pedido meu. E eu só pedi a minha mulher para ir ao Banco Rural por determinação do tesoureiro do meu partido. Se nós vivêssemos num sistema em que os partidos tivessem efetivamente força, tivessem estrutura partidária para valer, fossem daqueles partidos — vamos pegar um exemplo — de características européia, que têm de fato comando, se nós vivêssemos num país assim, eu teria que ser absolvido de pleno. Essa ação seria inepta. Porque recurso você busca no tesoureiro no seu partido. Você vai buscar aonde? É normal ir buscar no empresário? É normal ir buscar em outro canto? Isso é que é anormal. Isso é que é anormal. O normal é você buscar no tesoureiro do seu partido. E eu fui buscar lá. Fui falar lá com o tesoureiro do meu partido. E ele disse: *“Vamos fazer essas pesquisas”*. E disponibilizou recurso. E eu pedi à minha mulher ir buscar os recursos, e gastei exatamente naquilo que eu combinei com o tesoureiro: as pesquisas eleitorais em 4 cidades da minha região, inclusive Osasco. Se a origem está definida e a destinação está aprovada, qual é o crime que eu cometi? Cadê? A origem está provada. Eu não peguei dinheiro escuso, de origem indeterminada, de sujeito oculto. Não. Eu peguei de um lugar que eu sabia, que era a tesouraria do Diretório Nacional do PT. Há uma outra questão que apareceu no meio desta crise, no dia 4 de setembro de 2003. Aproveito, por um cuidado da jornalista Luciana, de *O Estado de S.Paulo*, há uma data, na minha defesa, que está errada, por erro de digitação, que lá consta 2004 e é 2003. Depois, no meio da crise, apareceu a história do contrato da Câmara. Esse contrato, companheiras Deputadas e companheiros Deputados, eu defendo com a maior tranquilidade do mundo. Muita gente veio, preocupada, falar comigo: *“Mas tem o contrato”*. Eu falei: *“O contrato pode deixar. O contrato explica*



por si só.” Eu mexi aqui, gente — vocês sabem —, nos 2 anos, o Orçamento da Câmara era 5 bilhões: 2,5 bilhões por ano. São dezenas de contratos que a Casa tem. Eu, para não ter dúvida de contrato, mandei colocá-los todos na Internet. É só acessar a página da Câmara, você vai ver. Do contrato que limpa a piscina na residência oficial ao contrato da SMP&B. Estão todos lá, todos os contratos. Se eu tivesse medo do escuro, se eu tivesse medo de alguma coisa, não poria, apesar do alerta de vários companheiros Deputados, na Internet, a prestação de conta da verba indenizatória. Se eu tivesse receio, não pediria aos Srs. Deputados que viajam para colocar os seus relatórios e quanto que cada um recebeu de diária. Então, eu tenho medo de discutir o contrato? Não precisa confiar na minha palavra. Pergunte para qualquer servidor da Casa, do Dr. Sérgio, que é o Diretor-Geral, ao mais simples funcionário, se algum dia eu perguntei sobre algum contrato, se eu perguntei sobre o pagamento de qualquer agulha. Foram 2 anos em que eu nunca — nunca — tratei de contrato com a estrutura da Casa, porque eu confio na estrutura. Aqui nós temos um dos melhores servidores do Brasil. O Dr. Sérgio Sampaio veio do Presidente anterior, continuou comigo e continua até agora. A Comissão de Licitação, se vocês me perguntarem sobre 3 membros, eu não conheço até agora; se ele estiver aqui eu não sei quem é; o Presidente da Comissão, não sei quem é. A licitação foi a mais transparente da Esplanada, foi precedida de 2 seminários, seminários com os assessores dos gabinetes, com os assessores da Secretaria de Comunicação; foi precedida de uma pesquisa com 102 Deputados; foi precedida de todo um manancial que a gente tinha na SECOM sobre como melhorar a imagem da Câmara. E, graças a Deus, não só por obra minha, nem da Mesa, nem dos nobres Deputados, eu entreguei a Câmara com uma imagem melhor. Durante o meu período nós melhoramos um pouco. Tem conjuntura, tem tudo, mas nós ajudamos e a Comunicação ajudou, ajudou. Esse foi o edital. Foi o edital. Um edital público, que todo mundo sabia, teve concorrência e ganhou a melhor agência. E a melhor agência era a SMP&B, que não era um agência de fundo de quintal, uma agência vagabunda, não. Era uma agência boa, grande, a maior agência de Minas Gerais, uma das maiores do Brasil. E só sabe o que é uma agência grande quem conhece o que é uma agência média e pequena. E quem discutiu isso? A estrutura da Casa. O contrato anterior do Presidente Aécio Neves continuou durante o ano de 2003. Só foi



feito porque era exigência da lei. Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho com a maior tranquilidade neste Conselho. Quero pedir aos nobres Deputados que leiam na medida do possível a minha defesa. Quero pedir aos nobres Deputados, às nobres Deputadas, que se puderem me ajudar a restabelecer a justiça para o meu mandato e para a minha vida eu vou agradecer muito. Fiz uma opção de silêncio, porque eu aprendi 3 coisas com o Deputado José Roberto Arruda, que passou por um martírio como esse, e que eu fiz uma opção de silêncio. Ele me disse que em crise assim há 3 questões básicas que afloram com rapidez. A primeira é que não há conforto material, não há conforto material que te sossegue e tranquilize. Não há conforto material, somente o conforto espiritual. Por isso que via de regra as pessoas que entram em crise se apegam mais a Deus. É verdade isso. É verdade. A segunda é que os amigos da circunstância vão embora, ficam os verdadeiros. E é com esses que você faz a guerra. E a terceira é que em crise assim você é um grão de areia, você fica com os braços abertos, tentando conter a crise, e ela vai passando por cima de você. Quero utilizar, para ilustrar isso, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, 3 episódios da imprensa que são ilustrativos para os senhores e para as senhoras, para que eu justifique o meu silêncio. *(Pausa.) A ISTOÉ* dessas últimas semanas trouxe a minha foto em destaque, com o título *A verdadeira lista de Marcos Valério*, dizendo que eu tinha recebido não 50 mil, mas 200 mil. Essa lista, se alguém teve o olho clínico de ver, reparou aqui que é do dia 1º de agosto. Quer dizer que essa é a verdadeira lista do 1º de agosto? Que no dia que ele foi à Procuradoria Geral ele retificou. Era só pegar o depoimento dele na Procuradoria para ver que retificou. Falou: *“Eu errei. Não é 200 mil. É 50 mil”*. Aliás, o único erro que ele retificou. Veio na CPI e retificou também, ato contínuo ao dia 1º. Essa revista saiu agora, no dia 2 de novembro, dizendo que essa é a verdadeira lista. Então, você se sente tão impotente que você acha melhor, de fato, permanecer em silêncio. O *Correio Braziliense*, no dia 2 de setembro, traz assim: *“Rogério Buratti é a conexão com a cúpula do PT”*. Eu nunca neguei que o Rogério Buratti foi meu Chefe de Gabinete quando eu era Deputado Estadual em São Paulo. Ele foi meu Chefe de Gabinete em 1991; depois, em 1992, o Palocci virou candidato a Prefeito de Ribeirão e ele foi coordenar lá. Nunca neguei. Depois disso os meus encontros com o Buratti foram absolutamente raros que eu nem lembro mais. No entanto, está



aqui a minha foto numa conexão com a cúpula do PT. Sabem por quê? Escutem: “O lobista Rogério Buratti recebeu uma ligação em seu celular que partiu de um ramal do gabinete da Presidência da Câmara, no dia 25 de fevereiro de 2003, já no comando do petista João Paulo Cunha, que nega o contato. O telefonema durou 59 segundos” — 59 segundos — “de um ramal da Presidência”. Eu estou na conexão. Está aqui minha foto estampada. Porque passa a valer tudo. A *Folha de S.Paulo*, que é um jornal muito lido no meu Estado, me condenou: “João Paulo causou dano de 252 mil, vê TCU”. Eu estou condenado pela *Folha de S.Paulo*. Eu vou ter que pagar 252 mil. Muito bem. Eu vou pagar então, se eu estou condenado. Cadê o processo? Por que eu não fui notificado? Por que a Câmara não foi notificada? Mas cadê a apuração do TCU? Não saiu do TCU ainda, gente, e eu já fui condenado! Então, como eu vou enfrentar um negócio desses? Então, é melhor o silêncio, porque o silêncio, no mínimo, você faz acerto de conta com a tua consciência; no mínimo, você faz a conversa com os teus amigos. E, se você tiver que morrer politicamente, você morre politicamente, mas você morre de pé, por aqueles que confiam em você, por aqueles que acreditam em você, e eu não tenho receio. Se a Câmara resolver aplicar a pena capital por causa desse episódio sobre o meu mandato, eu vou aceitar, eu vou aceitar. Eu vou me resignar perante a decisão da Câmara, mas eu vou tranquilo para a minha casa, tranquilo, tranquilo, porque eu tenho certeza que os Deputados que me conhecem, que as pessoas que me conhecem, que a minha família, minha filha principalmente, me conhece bem; o povo de Osasco me conhece bem. Outro dia disseram que o meu patrimônio, Deputado Nelson Marquezelli, cresceu. Vocês sabem qual é o meu patrimônio? Eu tenho 22 anos de mandato. Meu patrimônio é de 300 mil reais. Eu tenho uma casa de 183 mil reais junto com o terreno, tenho mais um terreno, um carro e uma fração de um apartamento. Esse é o meu patrimônio! Que dobrou! Que ficou espetacular! Porque eu consegui fazer uma poupança em 2003, 2004, por causa do exercício da Presidência, que todos vocês sabem, que agora está reduzindo e que o ano que vem será decrescente o meu patrimônio. Eu morei em 2 casas em Osasco: casa do meu pai e da minha mãe, e na minha casa depois que eu casei. Foram fotografar a casa da minha mãe, porque a minha mãe mora numa rua chamada Rua Flor de Amoras. Pensaram que era um loteamento, Jardim das Flores. Foram lá, viram que



ela mora numa viela. Não estou falando isso para pedir piedade, não. Não estou falando isso para pedir piedade. Eu estou falando para que quem não me conhece, conheça um pouquinho. A casa que eu moro é a casa que eu comprei quando eu casei. Moro em 2 lugares: na periferia de Osasco. Foram fotografar, acho que foi um repórter da *Globo* filmar minha casa, que depois tive oportunidade de conversar com ele e ele disse que se dependesse dele não teria matéria. Mas esta é a minha ética. Esta é a minha ética. Não é ética da circunstância e do momento; é a ética da minha vida. E é por ela, Sr. Relator, é por ela, nobre Presidente, é por ela, nobres Deputados, que peço, sem nenhum receio, sem nenhuma dúvida, mas com muita humildade, eu peço a minha absolvição neste Conselho. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) - Antes de passar a palavra ao Deputado Cezar Schirmer, informo aos integrantes deste Conselho que o Deputado Edmar Moreira pede que justifique a ausência dele em função de um problema no joelho que o está impossibilitando de se locomover e vir até este Conselho.

Com a palavra o Deputado Cezar Schirmer, Relator do Processo nº 09, de 2005, para as suas indagações.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Prezada Presidenta Ann Pontes, eminente Deputado João Paulo Cunha, eminente advogado, Dr. Alberto Zacharias Toron, prezados Deputados, senhores da imprensa. Eminente Deputado João Paulo Cunha, V.Exa. não é um Deputado como os demais Deputados desta Casa. Sobre os ombros de V.Exa., em determinado momento, por decisão dos seus pares, que o transformaram em ímpar, V.Exa. foi eleito, por mais de 90% dos votos dos Deputados, Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil. Esse fato, por si só, dá a este procedimento do Conselho de Ética uma dimensão superior, porque se a todos os Deputados que integram o Parlamento é exigido o cumprimento pleno de uma conduta ética compatível com as exigências do decoro parlamentar, mais ainda aquele que, por decisão de mais de 90% dos seus pares, se transforma em ímpar por ser o Presidente de todos nós.

Saiba V.Exa. que entre tantos quantos o elegeram Presidente desta Casa estava lá o meu voto. Igualmente, V.Exa. não está sendo julgado pelo que fez ao longo da vida pública, que V.Exa. relatou com tanta propriedade. O passado de V.Exa. — e eu poderia ser seu testemunho, ao que eu sei — é inatacável. No



entanto, as circunstâncias, os fatos, a realidade fazem com que estejamos neste Conselho com V.Exa., um ex-Líder desta Casa, um ex-Presidente desta Casa, um Deputado ímpar, vivendo estes momentos que, tenho certeza, o constrangem e constrangem também a família de V.Exa.

Estou aqui, um modesto Deputado da província, um Deputado do Rio Grande do Sul, não sofrendo o mesmo constrangimento de V.Exa., mas saiba sofrendo o constrangimento que todos nós, neste Conselho, temos de apreciar a conduta, de apreciar fatos que, em determinado momento, envolveram este ou aquele Deputado Federal.

Insisto em destacar estes aspectos porque V.Exa. é integrante de um partido, o PT. V.Exa. disse que só teve um partido. E eu sou integrante também de um partido, o PMDB, e eu só tive um partido. Os nossos partidos se digladiam com muito vigor no Rio Grande do Sul, mas eu disse a V.Exa. pessoalmente, e quero dizer aqui: isto nem de longe... não há nenhuma hipótese de que esse fato possa influenciar as questões que me envolvem, como Relator do processo de V.Exa. Esses fatos, as convicções partidárias, as convicções políticas, as posições ideológicas, os antagonismos próprios da vida pública de forma alguma alteram, submetem, vinculam não só minha posição pessoal relativamente a V.Exa., mas de qualquer dos membros deste Conselho sobre qualquer um dos processos que estão sendo apreciados.

V.Exa. fez referência aos pareceres dos eminentes Relatores da CPI e do Corregedor desta Casa. Gostaria, como preliminar, de dizer a V.Exa. que V.Exa. não está se defendendo de artigos da Constituição, não está se defendendo de artigos de lei, não está se defendendo de artigos do Código de Ética. V.Exa. está se defendendo de fatos. Fatos imputados a V.Exa.

Sinteticamente, esses fatos são os seguintes: V.Exa. teria recebido recursos da SMP&B através do Banco Rural. V.Exa. teria omitido informações relativamente a esse saque. E o contrato da Câmara dos Deputados, com a SMP&B, na gestão de V.Exa., como Presidente, e o gerenciamento desse contrato são passíveis no mínimo de uma investigação, não só feita pela auditoria interna desta Casa mas também pelo próprio Tribunal de Contas da União.



São esses os fatos, em síntese. E é disso que V.Exa. deve se defender, e são essas as questões que nos vinculam neste processo. Nada mais do que isso. Não o passado de V.Exa., não a vida pública de V.Exa., não o partido de V.Exa. Exclusivamente esses fatos. E é sobre esses fatos que eu vou perguntar a V.Exa., da forma mais impessoal possível. Lastimo até que tenha de citar o nome de V.Exa. Se fosse qualquer outro Deputado as perguntas seriam as mesmas. Não está sentado aqui o Deputado João Paulo Cunha. Está sentado aqui um Deputado sobre o qual pesam fatos que precisam ser esclarecidos. Esse é o meu papel e quero que V.Exa. entenda. Esse é o papel deste Conselho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Nobre Relator, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) - Pois não, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço desculpas, porque não tenho o direito de interromper V.Exa., mas é uma preocupação que me assiste nessa hora quanto à fonte dos recursos mencionada por V.Exa. Aqui neste Plenário, nós somos magistrados. No relatório da Comissão de Sindicância, eu não identifico precisamente que a origem seja esta empresa. É importante para ficarmos fiéis à acusação que foi produzida.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) - Fica o registro do Deputado Jairo Carneiro.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu peço a V.Exa., eminente Deputado, que permaneça até o fim da nossa sessão, e verá que a afirmação que fiz teve razões para ser feita da forma como foi feita.

A primeira pergunta que gostaria de fazer a V.Exa. diz respeito aos procedimentos adotados por este Conselho em relação ao seu processo. V.Exa. tem alguma questão, ponderação, reclamação, queixa, enfim, preocupação no que diz respeito à defesa ou à garantia de ampla defesa, que é meu desejo e é compromisso deste Conselho, até este momento?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Ann Pontes) - Com a palavra o Representado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Até o presente momento, não.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Vamos aos fatos.

Quando V.Exa. conheceu o Sr. Marcos Valério e em que circunstância?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Conheci o publicitário Marcos Valério em dezembro de 2002, na Liderança do PT, da Câmara dos Deputados. Fui apresentado pelo Deputado Virgílio Guimarães e pelo Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E essa apresentação foi de que forma: está aqui um amigo meu; está aqui um empresário; está aqui alguém que quer prestar serviços? V.Exa. já era um nome cogitado como candidato a Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi apresentado como um publicitário, um empresário de Minas Gerais. Exatamente assim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Como V.Exa. define o seu relacionamento com o empresário Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi um relacionamento, no primeiro período, bastante intenso, até... não sei precisar, mas eu diria que foi um relacionamento intenso. Depois reduziu bastante, e aí praticamente sumiu ou, pelo menos, vamos dizer assim, ficou residual.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas essa intensidade — desculpe, intensidade pode ser muitas vezes ou pode ser de grande proximidade. Eu gostaria de precisar, se V.Exa. puder.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - No início, Deputado Cezar Schirmer, eu diria que foi relativamente intenso. Eu diria, com muitos contatos telefônicos e tal. Depois foi reduzindo, aí eu diria que passou a ser casual.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E as relações pessoais de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não tinha relações pessoais.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tem conhecimento de que a Sra. Karina (*pausa*)... Desculpe. V.Exa. tinha conhecimento de que o Sr. Marcos Valério disse o seguinte: *"O Deputado João Paulo eu tive o prazer de conhecer depois que a minha empresa ganhou a conta da Câmara Federal e durante o processo eleitoral da campanha dele para Presidente da Câmara"*?

Depois, ele diz: *"O Deputado João Paulo eu tive o prazer de conhecer depois que a minha empresa ganhou a conta da Câmara Federal, durante o processo*



eleitoral, e, 6 meses depois, houve uma licitação na Câmara e nossa empresa venceu a licitação."

Depois, ele diz: *"O Deputado João Paulo e eu temos relacionamento de amizade".*

Ainda nesse mesmo depoimento, ele diz: *"Eu posso te precisar que a relação com o Deputado João Paulo, a minha, pessoal, é de amizade e nada mais."*

V.Exa. tem conhecimento dessas afirmações do Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu acho que... Na realidade, eu conheci o Sr. Marcos Valério em dezembro de 2002. Ele fez a minha campanha a Presidente da Câmara, a agência dele fez a campanha à Presidência da Câmara, indicada... A agência dele foi indicada pelo Partido dos Trabalhadores, pelo Diretor Nacional, para fazer a campanha. Foi nesse período que eu o conheci.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas ele diz várias vezes, no depoimento, que é amigo de V.Exa.. Ele não é amigo de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado (*risos*), depende do que V.Exa. compreender como amigo. Eu tive muitos contatos com ele, mas, certamente, ele nunca foi na minha casa e eu nunca fui à casa dele. Certamente, eu nunca jantei com ele fora da residência oficial. Eu nunca fiz um passeio com ele. Então, não sei o que V.Exa. compreende por amigo. Agora, eu sempre o tratei muito bem, como eu trato todas as pessoas. Sempre deixei as minhas portas — dos gabinetes da Presidência, residência oficial, meu gabinetinho — à disposição de todas as pessoas. Sempre atendi a todas as ligações dele. Eu sempre fui — não somente com ele, como eu sou com todas as pessoas —, eu sempre fui muito, vamos dizer assim, solícito. Eu sempre estive à disposição.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor tem conhecimento da entrevista da Sra. Karina à *ISTOÉ Dinheiro*? *"Depois do Delúbio, quais eram os principais contatos do Marcos Valério no PT, por ordem de importância?"* E ela responde: *"O Sílvio Pereira. Eles se falavam uma vez a cada 15 dias, mas também várias vezes no mesmo dia."* *"E depois?"* *"José Mentor, que cuidava da CPI do BANESTADO."* *"E por quê?"* *"Em razão do Rural."* *"Para blindar o Banco?"* *"Claro."* *"Delúbio, Sílvio Pereira, José Mentor. Quem mais?"* *"João Paulo Cunha."*



Então, veja que a Karina coloca V.Exa. em quarto lugar entre os petistas como uma pessoa do relacionamento pessoal do Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Mas o senhor vê que ela, ela lembra a partir da quarta pergunta, não é? Normalmente, se você tem uma relação intensa, se você é amigo, eu lembro primeiro do meu amigo, eu não vou lembrar em quarto lugar. Quarto lugar já deixa de ser secundário, certo? Se V.Exa...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ela não considera que V.Exa. é o primeiro amigo, mas...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... pela resposta, o quarto amigo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Se o Deputado que estava indagando não tivesse perguntado depois da terceira vez, ela não teria citado o meu nome.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Essa empresa, a SMP&B, ela prestou serviços a V.Exa., o assessorou na campanha para a Presidência da Câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. conheceu o empresário em dezembro de 2002, V.Exa. foi eleito em 1º de fevereiro de 2003 e, mal o conheceu, esta empresa já prestou serviços a sua candidatura à Presidência da Casa. Quem é que intermediou, quem é que... Eu imagino que, sendo uma empresa de Minas Gerais, V.Exa. de São Paulo, talvez tenham outras empresas em São Paulo tão qualificadas quanto esta. A minha pergunta é: por que exatamente esta empresa do Sr. Marcos Valério, de Minas Gerais, auxiliou a candidatura de V.Exa. a Presidente da Casa? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, este aqui é o contrato de prestação de serviço do Diretório Nacional com a empresa do Sr. Marcos Valério para a minha campanha à Presidência. Aqui estão os 3 cheques que o PT pagou a conta, 3 cheques de 50 mil reais. *(Mostra contrato e cheques.)* Esta é, portanto, a minha relação inicial com o Sr. Marcos Valério. Ele era uma pessoa com conhecimento no Diretório Nacional, eu precisava de alguém para me ajudar na campanha a Presidente da Câmara, falei com o Diretório Nacional, o



Diretório Nacional indicou a DNA, ela prestou o serviço e recebeu pelo serviço prestado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Então, a vinculação do apoio à candidatura de V.Exa., desta empresa, não foi com V.Exa., foi com...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O Diretório Nacional do PT.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... o Diretório Nacional do PT, que também acertou o preço do serviço?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E quem pagou? Esse cheque é assinado por quem — desculpe, eu não estou vendo daqui...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ah, pelo Presidente e o Tesoureiro do PT.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Pelo Delúbio?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Aliás, eu não vi, deixa só eu confirmar.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E o custo desta campanha...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...foi 150 mil reais?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Cento e cinquenta mil consta da contabilidade do partido, consta da contabilidade do PT, e eu estou... e deixo à disposição de V.Exa..

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Muito obrigado.

V.Exa. foi candidato único a Presidente da Casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Através de um entendimento, V.Exa. recebeu quase 90% dos votos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Por que a necessidade de uma empresa de publicidade? Desculpe, eu nunca fui candidato a Presidente e não sei como funciona isso. Mas candidato único com empresa publicitária? Por isso que eu fico um pouco em dúvida.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Porque eu não era uma... um Deputado conhecido no conjunto da Casa. Nós estávamos no recesso, e eu precisava, evidentemente, me apresentar ao conjunto dos Srs. Deputados. E foi exatamente assim que eu fiz. Estive no almoço no Rio Grande do Sul, estive na Bahia, estive em Manaus, estive em Goiás, estive em Minas Gerais, estive em vários lugares me apresentando, conversando. Remeti para os Srs. Deputados a minha propaganda e exatamente por isso, eu não era conhecido, nós estávamos no recesso, eu não poderia ter nenhuma surpresa, como sempre acontece na Casa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. não sabe se antes da contratação desta empresa foi feita alguma pesquisa de preço, alguma busca de outra alternativa, já que não foi indicação de V.Exa.? O Diretório Nacional do PT não verificou se havia alguma outra empresa disposta a prestar esse serviço por menor preço e com a mesma qualidade?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desconhece.

V.Exa. tem conhecimento que o Sr. Marcos Valério, numa das suas empresas, realizou a campanha política em Osasco, em 2004?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Pois não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu digo, V.Exa. tem conhecimento que o...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...Sr. Marcos Valério...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Uma das empresas.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Uma das empresas dele...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...realizou a campanha política em Osasco, em 2004?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Essa negociação foi feita por quem, de que forma? Tem conhecimento disso? Quem escolheu a empresa do Sr. Marcos Valério para prestar serviços ao candidato a Prefeito do PT em Osasco?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, Deputado Cezar Schirmer, a coordenação da campanha do candidato na cidade de Osasco, evidentemente, deve ter conversado com eles. Mas para que V.Exa. não tenha dúvidas, eu tenho aqui a prestação de contas do candidato da cidade de Osasco, junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Consta da prestação de conta a empresa, o valor, que está absolutamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, que fica também à disposição de V.Exa. Todos os documentos, vou passar, posteriormente, a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Obrigado. V.Exa. não teve, portanto — está afirmando isso —, nenhuma intervenção, nenhum envolvimento com a escolha da empresa que auxiliou na campanha do candidato a Prefeito do PT em Osasco, em 2004?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Na escolha, não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas no quê, então? V.Exa. teve algum envolvimento, de qualquer natureza?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, eu conhecia, evidentemente, a agência de publicidade de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas na escolha, nada?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Na escolha, não. A escolha... Quem escolheu foi o candidato, evidente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Na indicação, no contato? V.Exa. não disse ao candidato a Prefeito: "Olha, tem uma empresa lá de Minas muito boa, pode ajudar a campanha". Isso não disse? "*Lá em Minas tem uma empresa de publicidade muito boa, pode ajudar aí na campanha de Osasco*". Isso V.Exa. não disse ao candidato a Prefeito?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Disse, evidente que eu disse.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ah, disse?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Disse!

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Então, V.Exa. não intermediou, mas endossou, sugeriu?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Disse que tinha.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E esta empresa já prestava serviços à Câmara dos Deputados?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, outra empresa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas do mesmo dono, do Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É um dos donos, é.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Quantas vezes V.Exa., se tem lembrança, se encontrou pessoalmente com Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não me recordo, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas, 1, 2, 5, 10?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não sei precisar quantidade, mas foram várias vezes.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas sabe por que eu estou perguntando a V.Exa.? Porque há uma afirmação de que V.Exa. tem um relacionamento intenso. Essa questão tem que ser precisada.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, mas V.Exa... Quem afirmou?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não sou eu que estou afirmando, está no relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Então, se está no relatório, V.Exa. diga o que é o relacionamento intenso, que eu confirmo ou não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas intenso pode ser proximidade, pode ser frequência de encontros...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado, ele fez... Deputado Cezar Schirmer, ele fez a minha campanha a Presidente da Câmara. É evidente que eu estabeleci um relacionamento com ele. É evidente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, mas depois disso. Depois disso. Eu compreendo que V.Exa....

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Então, mas isso que eu quero saber. O que que V.Exa. considera relacionamento intenso? O que que o relatório diz que é relacionamento intenso? Se V.Exa. falar, eu digo se é ou não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, mas a pergunta tem esse propósito. Se V.Exa. me disser: *“Olha, eu me reuni com Marcos Valério 1 vez ou 2 vezes”*.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, eu julgo que não é um relacionamento intenso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ele esteve na casa do Presidente da Câmara, tomando café com V.Exa. A informação que se tem é que V.Exa. que teria apresentado ele ao Deputado José Dirceu. Enfim, não estou querendo que V.Exa. precise disso, mas se V.Exa. dissesse: "*Olha, eu me reuni com ele tantas vezes*", eu poderia fazer uma avaliação de que o relacionamento é intenso ou não.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Mas, Deputado...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas se V.Exa. não sabe, não...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não, eu estou dizendo o seguinte...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Se V.Exa. não lembra, não é problema, também não quero constrangê-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, vou repetir a V.Exa. Eu... A agência do Sr. Marcos Valério fez a minha campanha a Presidente da Câmara. Eu estabeleci um relacionamento com ele. Disse ao senhor que no início foi um relacionamento mais intenso, tanto de contato telefônico como encontros, certo? Depois foi reduzindo. Eu julgo que, posteriormente a isso, o relacionamento não foi mais intenso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Obviamente que eu não quero constrangê-lo, nem é meu propósito, é só esclarecer. Porque V.Exa. o recebeu na casa do Presidente da Câmara...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Recebi.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. teria recebido uma caneta Mont Blanc no dia do seu aniversário, V.Exa. o teria apresentado ao Deputado José Dirceu. Enfim, tem vários fatos que, de uma forma ou de outra, indicam um relacionamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ok. Então V.Exa. levantou os casos especificamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Antes que V.Exa. responda, eu só queria também ler o que saiu no jornal *O Globo*, no dia 11 de julho. Se V.Exa. permitir eu vou ler:



“Entre junho de 2003 e abril de 2004, as agências de Valério fizeram parte de um núcleo político” — eu não estou endossando o que está aqui, fique bem claro, estou apenas lendo para que V.Exa. tenha a oportunidade de esclarecer plenamente, como é o meu desejo e o desejo de V.Exa.

“Entre junho de 2003 e abril de 2004, as agências de Valério fizeram parte de um núcleo político que tinha como principal objetivo viabilizar a candidatura de João Paulo ao Governo paulista, fazendo campanha para seus aliados, candidatos do PT na última eleição municipal”.

Depois há um subtítulo: *Contatos freqüentes registrados na agenda.*

“No início de 2003, Marcos Valério fez a campanha de João Paulo à Presidência da Câmara dos Deputados. Em outubro do mesmo ano, a SMP&B venceu a licitação aberta pela Casa para contratação de agência de publicidade. A agenda de Fernanda Karina Somaggio, ex-Secretária de Valério, registra 3 encontros do publicitário com João Paulo: em setembro e outubro de 2003, período em que a licitação da Câmara estava em fase decisiva.

Em 3 de setembro, Valério tomou café da manhã com o então Presidente da Câmara na residência oficial em Brasília. No dia 15, foi publicado o edital para a contratação de agência de publicidade na Câmara. No dia 17, a agenda menciona a reunião de Valério com Lula, referência a Luiz Carlos Pinto, na DNA, em Brasília, e café com João.

Costa Pinto foi contratado como consultor de comunicação de João Paulo na Câmara. Ele confirmou que a sua empresa, a Idéia, Fatos e Textos, fazia parte deste núcleo político, junto com as agências SMP&B e DNA, de Marcos Valério, o Instituto de Pesquisa Vox Populi e a Vitória Comunicação, do publicitário Paulo Vasconcelos, marqueteiro do Governador de Minas Gerais.

A agenda da Secretária Fernanda Karina registra um café da manhã, em 20 de outubro de 2003, no Hotel Gran Mercure, em São Paulo, com a presença de João Paulo, Costa Pinto, Marcos Valério, Sílvio Pereira e do Tesoureiro do PT paulista, Antônio Santos, responsável pelas campanhas municipais no Estado.

Em 31 de outubro, 11 dias depois desse encontro, foram entregues e conhecidas as propostas para a licitação da Câmara. A SMP&B foi declarada vencedora e ganhou um contrato inicial de 1 ano no valor de 9 milhões, assinado em



31 de dezembro de 2003. Em 2004, ela recebeu um aditivo e passou para 10 milhões e 900 mil”.

Enfim, prossegue...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Vamos por parte, Deputado. A agenda da Sra. Karina relaciona 2 encontros meus com o Sr. Marcos Valério. Isso é relacionamento intenso? Essa é a pergunta. Onde foram os 2 encontros? Um foi na residência oficial. A residência oficial é uma extensão da Câmara dos Deputados. Assim como eu recebi o Sr. Marcos Valério algumas vezes no meu gabinete da Presidência. E ele aguardava eventualmente na ante-sala, que é público. São 2 encontros. Se configurarem um intenso relacionamento 2 encontros, fica para avaliação de cada um. Segunda coisa...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas veja, V.Exa. está me informando agora que foram 2 encontros. Se tivesse dito desde o começo, não teria insistido.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - V.Exa. não perguntou isso. V.Exa. perguntou se eu tinha um relacionamento intenso, eu disse que não. Agora V.Exa. está dando os encontros. E estou dizendo que não é intenso exatamente porque foram só 2.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - São 2 encontros.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Agora, permita-me V.Exa. explicar mais algumas coisas. Isso é o que consta na agenda dela. Segunda coisa, não fui eu que apresentei o Marcos Valério para o Sr. José Dirceu. Terceira coisa, a caneta Mont Blanc eu ganhei no dia do meu aniversário. Suponho que V.Exa., como Deputado, ou os demais Deputados ganham também na data dos aniversários presentes. Acho que não seria civilizado devolver um presente que você ganhou. Eu ganhei a Mont Blanc, mas, para que não tivesse nenhuma dúvida, Sr. Relator, acabei por fazer uma doação da caneta Mont Blanc ao programa Fome Zero. Apesar de toda a burocracia, acabei devolvendo a caneta, porque não tenho costume de usar Mont Blanc e acabei fazendo essa entrega ao programa Fome Zero, para que não houvesse nenhuma especulação dessa natureza. Então, foi isso. O café, que é verdade, que nós tivemos em São Paulo... Portanto, os 2 compromissos são esses: um café na minha residência e o segundo, um café também, em um hotel em São



Paulo, em que estava o Sr. Marcos Valério, o Sr. Luiz Costa Pinto, o Silvio Pereira, que era Secretário-Geral do PT, e o Sr. Antônio dos Santos, que era Secretário de Organização do PT em São Paulo, responsável pela organização da campanha no Estado. O Silvio Pereira era responsável pela organização da campanha no Brasil, pelas campanhas municipais. E de fato o Sr. Marcos Valério e o Sr. Luiz Costa Pinto estavam tentando montar uma empresa que envolvesse assessoria política, pesquisas, publicidades etc, para oferecer serviço às campanhas durante o ano de 2004, durante a eleição de 2004. Eu estive de fato nessa reunião.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Permita-me, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nós vamos falar sobre contrato depois. Só queria...

O Marcos Valério disse no seu depoimento, 3 vezes, que era seu amigo. Ele disse também no depoimento que V.Exa. apresentou o José Dirceu. O Marcos Valério mentiu?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não sei em que condições que ele disse, mas eu sei que eu não apresentei ele para o Sr. José Dirceu.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - No depoimento dele na Corregedoria, ele disse, várias vezes, que era seu amigo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, são 2 aspectos, Deputado Cezar Schirmer, permita-me.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E também que ele apresentou o José Dirceu. Não é verdade? Ele estava mentindo?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, permita-me. Um, eu não apresentei o Sr. Marcos Valério ao Sr. José Dirceu. Essa é uma afirmação peremptória. Segundo, a avaliação de amizade é uma coisa subjetiva. Eu tenho amigos com quem convivi pouquíssimo tempo e me consideram como amigo. Eu tenho amigo de 30, 40 anos, eu e todos nós, isso é uma coisa comum na vida. Se o Sr. Marcos Valério me trata por amigo pelo tratamento que eu dava a ele, como eu dou a todo mundo, eu não tenho por que recusar um elogio, não tem nenhuma razão.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Vamos falar sobre a caneta. V.Exa. recebeu, no dia do seu aniversário, 6 de junho...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Seis de junho.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...de 2003, uma caneta Mont Blanc, que deve valer, segundo li na manifestação do Relator na Corregedoria, algo em torno de 20 a 40 mil reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - *(Risos.)* Certamente não é isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Bom, 12 mil reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - *(Risos.)* Deputado...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Estou dizendo o que eu li.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - ...o Relator sequer viu a caneta.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E V.Exa. doou essa caneta ao Fome Zero, não é isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado, eu não conheço Mont Blanc, mas eu sei que temos vários tipos de Mont Blanc. Deve ter Mont Blanc ...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Tem até de 1 milhão de reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - ... que custa baratinho e outras que custam alguns milhões. Tem Mont Blanc cravada com diamante. Enfim, o Relator, desculpe-me, ele não viu a caneta.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas o valor não é relevante.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Acho difícil ele precisar um valor sem ter visto a caneta. Eu peguei a caneta, não fiz nenhuma apuração do valor e pedi para fazer a entrega ao Fome Zero este ano.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, é isso que eu queria precisar.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Este ano

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. lembra quando fez a doação ao Fome Zero?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Fiz este ano

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E lembra em que época, em que circunstância?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ah! Está aqui Deputado: uma caneta Mont Blanc Ballpoint, Pen M Black. Tá? Eu não sei quanto vale isso. Foi no dia....

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas o valor não é relevante. Eu só... só porque eu vi lá no relatório que era 10, 20 ou 45 mil reais (*Risos.*). Podia ser um milhão de reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi agora, no início de agosto deste ano, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Veja V.Exa. V.Exa. recebeu como presente de aniversário, no seu aniversário no dia 6 de junho de 2003, esta caneta e a doou ao Fome Zero no dia... em agosto de 2005. A pergunta que também eu gostaria de fazer a V.Exa.: o Marcos Valério lhe deu um presente de aniversário no dia.... V.Exa., na Presidência da Casa, fez aniversário 2 anos?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, 6 de junho.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, fez 2 anos, que eu digo: fez 6 de junho de 2003, 6 de junho de 2004

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - No dia 6 de junho de 2003, V.Exa. recebeu um presente, uma caneta Mont Blanc.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu pergunto: V.Exa., no aniversário do ano seguinte, V.Exa. ainda Presidente da Casa, recebeu algum presente do Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ilustre Relator, V.Exa. perceba que há uma certa coerência no que eu digo. Eu disse ao senhor que, no início de 2003, eu tive uma relação mais intensa, que até poderia justificar o ganho de um presente em junho. Em 2004, eu disse para o senhor que eu quase não tive relacionamento com ele, quase não tive contato. Evidentemente que não havia nenhuma razão para ganhar presente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É só isto que eu gostaria de saber de V.Exa.: não recebeu presente em 2004.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - E nem em 2005.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Recebeu em 2003. É só isso.

Ainda nessa questão do relacionamento — talvez já esteja explicado, mas eu quero colocar para que V.Exa. tenha oportunidade também de esclarecer —, o *Estado de S. Paulo* publica que V.Exa. Eu vou ler: “*Valério ligou 129 vezes para João Paulo.*” Como eu não tive acesso ainda aos dados e sigilo telefônico das CPIs relativamente a V.Exa., eu só tenho esta informação do jornal. V.Exa. tem algo a dizer sobre esta notícia ou V.Exa. não tem nada a declarar, enfim. Eu estou querendo colocar esse assunto a critério de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, V.Exa. tem muito interesse em elucidar todos os fatos. Eu também tenho. Assim que saiu essa matéria, eu imediatamente, no dia 10 de novembro, eu fiz um ofício para CPMI para tomar conhecimento, porque, se a imprensa teve acesso, eu imagino que, sendo parte, deveria ter acesso também. Não me entregaram. Para que não houvesse nenhuma dúvida, eu reiterei o pedido no dia 16 de novembro. Até hoje a CPMI não me enviou a relação. Entretanto, eu tive acesso a uma relação que está apresentada aqui, que tem o meu sigilo em relação à Agência SMP&B apresentado, que mostra a quantidade de ligações. Eu não sei se são exatamente 129, mas eu sei que praticamente são duas páginas completas das ligações. Se V.Exa. permitir, eu posso partilhar com o Plenário aqui as datas das ligações. Então, chamadas da SMP&B para mim: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Segundo o jornal, foram 53 ligações para o celular pessoal de V.Exa. e 76 ligações para sua Secretária, Silvana Japiassu

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Relator, V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Apenas para que não haja nenhum problema futuro, eu indago a V.Exa. se esses dados sigilosos foram solicitados.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Foram requeridos formalmente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Formalmente. E encaminhados formalmente com a fundamentação necessária pela Mesa?



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não foi recebido ainda. Só estou querendo... porque não vamos ter ocasião de ouvir de novo o Deputado João Paulo. Então, que, eventualmente, ele pudesse...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então seria importante que o ...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Estou querendo propiciar ao Deputado João Paulo...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ... uma oportunidade ampla de defesa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... uma defesa relativamente a uma questão que certamente virá à minha mão em algum momento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, se V.Exa. me permite, Sr. Relator, eu sugeriria que V.Exa. consultasse o Dr. Toron, o Advogado do Deputado João Paulo, se ele concorda que V.Exa. faça essas perguntas sobre os dados sigilosos, sabendo que os dados somente virão para cá dentro de alguns dias e que V.Exa. assim procede para garantir-lhe o amplo direito de defesa, para que não haja impugnação posterior.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Aliás, foi muito boa a intervenção de V.Exa. O meu propósito é assegurar ao Deputado João Paulo ampla defesa, porque, se eu não perguntasse sobre esse assunto, e esse assunto em algum momento fosse colocado no relatório ou no voto, certamente isso poderia ser contestado porque não houve garantia de defesa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Relator, o senhor me permite? O questionamento que o senhor está fazendo agora é sobre uma matéria de jornal. É isso?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pelo que entendi. Não é sobre os documentos enviados. É para deixar bem claro: é sobre um artigo de jornal.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu não tenho esses documentos. Eu não recebi esses documentos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Pois não.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpa. Deputado Fantazzini, como eu posso responder com base no jornal? Eu disse a V.Exa.: eu fiz 2 ofícios à CPMI solicitando a relação, porque eu sou parte. Isso saiu no jornal. Eu não recebi resposta ainda. Eu poderia até responder aqui por informações oficiosas — que eu acho que não é o caso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Permita-me, Sr. Relator. Por isso que eu estou reforçando: o Sr. Relator não está perguntando com base em documentos da CPMI; ele está perguntando com base em notícias de jornal.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Mas sobre documentos sigilosos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Que fique claro: eminente Deputado João Paulo, se V.Exa. não quiser tratar desse assunto, eu...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado Cezar Schirmer.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desculpe, eu estou querendo...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não. Pelo amor de Deus!...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... antecipar a V.Exa. o direito de se defender.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, mas estou dizendo a V.Exa.: eu estou aqui para...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Que fique bem claro: o meu propósito é ir ao encontro do compromisso de todos nós e que V.Exa. tenha ampla defesa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Estou dizendo que não tem problema nenhum. Eu enfrento qualquer debate. Não tenha nenhuma dúvida disso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Relator, para um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Deputado Jairo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu creio, nobre Relator, que o esclarecimento é importante para este Plenário, apenas a cautela é, em sendo dados sigilosos, na sua utilização no relatório e na deliberação deste Plenário.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eminente Deputado, se eu não receber as informações da CPI, não vou usá-las no relatório. Nós aprendemos essa lição! Eu imagino.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu estou só querendo assegurar ao eminente Deputado João Paulo que este assunto seja abordado. Se quiser abordar, V.Exa. tem todo o direito. Se não quiser, também não...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não estou dizendo, Deputado...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Relator, V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Volto a dizer, por um extremado apego à formalidade, eu solicito a V.Exa. que indague ao advogado do Representado, Deputado João Paulo Cunha, se ele não se oporia a essas indagações que são fruto de uma matéria jornalística.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sr. Presidente, acho que V.Exa...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu creio que o próprio Representado é legítimo para dar a resposta.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - O eminente Deputado Carlos Sampaio quer uma resposta de carácter jurídico-formal. Se for interessante, eu respondo. Se V.Exa. entender que não, também não respondo. Então, o Presidente decide. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Não, com o maior prazer. Então, antes de responder à indagação em que o eminente Deputado Carlos Sampaio me dá a oportunidade de fazer um esclarecimento, eu queria agradecer a fidalguia com que fui recebido pelo eminente Presidente Ricardo Izar. E na pessoa de V.Exa., Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os eminentes Deputados que se fazem presentes, pedindo licença para fazer um destaque — aliás, 2 — do eminente Deputado Nelson Trad, figura por quem tenho antiga admiração, e meu querido Cascione, eminente advogado. E reitero meus cumprimentos, na pessoa de V.Exa., a todos os Deputados. Eu acho que o eminente Deputado Fantazzini colocou bem a questão: não se indaga agora a respeito de dados sigilosos; indaga-se, com todas as imprecisões possíveis, a respeito de uma notícia veiculada por um órgão da mídia — dos mais respeitáveis, diga-se de passagem. Então, nos limites do que uma notícia possa ensejar, em termos indagativos, o eminente Deputado, que não se



furtou, que não postergou, que veio aqui e que teve a maior preocupação em, com celeridade, proceder a este julgamento, o eminente Deputado vai responder com essas limitações.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Não, eu é que agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu quero dizer o seguinte: eu fiz 2 ofícios. Fiz um ofício no dia 10 de novembro, imediatamente à matéria, à CMPI, solicitando as informações. Não fui atendido. Emiti de novo um outro ofício, dia 16 agora, salvo engano, reiterando o pedido para a CPMI. Então, eu não recebi as informações do ponto de vista oficial. Então, eu quero verificar esta quantidade de ligações para poder responder com um pouco mais de precisão.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu agradeço a V.Exa.

V.Exa. se referiu — e está nos autos — a um café da manhã realizado em 3 de setembro de 2003 na residência oficial da Presidência da Câmara. Obviamente, não quero me envolver nas questões pessoais de V.Exa., nos seus encontros, mas, se isso não constrangê-lo, se não for uma violação da privacidade de V.Exa., qual foi o assunto tratado nesse café da manhã em 3 de setembro de 2003?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Constrangimento nenhum; muito pelo contrário. Para esses encontros, evidentemente, eu tenho a responsabilidade de responder e vou responder. Deputado Cezar Schirmer, o Sr. Marcos Valério era uma pessoa muito prestativa, é uma pessoa do meio publicitário, e ele me ligava freqüentemente. Quando havia qualquer notícia na imprensa relacionada à minha conduta, ele costumava ligar ou costumava passar no gabinete, dar um abraço, parabenizar — e sempre fazia isso. Se V.Exa. se recordar, esse café não é um café descontextualizado, é um café dentro de um contexto. Eu trouxe aqui para V.Exa. ver o que acontecia no dia 2, 3 e 4 de setembro de 2003. Nós estávamos votando a reforma tributária; eu tinha acabado de patrocinar cafés da manhã na minha casa, almoços na minha casa, jantares na minha casa; reunião com Governadores, reunião com Prefeitos, reunião com os Deputados, com os Líderes, reunião com os sindicalistas — os jornais retratam isso, no dia 2, no dia 3 e no dia 4. O Sr. Marcos Valério me ligou dizendo que queria me dar um abraço, parabenizar porque eu tinha conseguido fazer com que a Câmara votasse a reforma, e eu disse que não tinha



condições de recebê-lo por causa do aperto daquele momento, e disse que o único momento que eu tinha era na minha casa, de manhã. E ele passou lá. Não foi um café da manhã como a gente imagina: mesa posta, frutas etc. Não foi. Ele passou lá, tomou um café, ficou algum tempo lá e foi embora. Então, foi dentro desse contexto que ele foi tomar o café comigo.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O assunto, então, o propósito, a motivação era cumprimentá-lo pela votação da reforma tributária?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Esse encontro e outros encontros. Todos a que eu me referir a V.Exa., que eu responder a V.Exa., eu vou contextualizá-los.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, não. Eu digo este.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Este foi exatamente isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E V.Exa. lembra quem estava presente nesse encontro?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu lembro que, evidentemente, eu e o Sr. Marcos Valério. Mas tinha mais uma pessoa com ele de que eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Com ele?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Com ele.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Três pessoas.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Vou passar agora, eminente Deputado, a consultá-lo, ouvi-lo sobre o saque de 50 mil reais realizados pela esposa de V.Exa. no dia 4 de setembro de 2003, na agência do Banco Rural de Brasília. V.Exa. já disse, mas eu gostaria de precisar ainda mais: qual é a exata quantia que V.Exa. recebeu, a esposa de V.Exa., algum assessor de V.Exa., algum candidato a Prefeito por indicação de V.Exa., enfim, quem quer que seja, em qualquer circunstância e a qualquer título, tenha recebido recursos por indicação de V.Exa., por um pedido de V.Exa., por intervenção do Diretório Nacional do PT, mas que tenha passado por V.Exa. A pergunta, então, é exatamente qual o valor?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Cinquenta mil reais.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Cinquenta mil reais. Nem mais nem menos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse assunto não foi objeto da conversa no café da manhã?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. lembra que esse valor foi retirado no dia 9, desculpe, dia 4 de setembro de 2003. E o café da manhã foi dia 3 de setembro de 2003, um dia depois. Esse assunto não foi tratado no café da manhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA Dia 4, é.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse assunto não foi tratado no café da manhã. V.Exa. disse que pediu esses recursos ao PT Nacional, enfim, para fazer pesquisas. Quem lhe disse: *“Olha, passa lá no Banco Rural que vai ter lá um dinheiro.”* Enfim, como é que essa informação chegou a V.Exa.? Eu queria só esmiuçar um pouquinho isso, porque alguém deve ter dito: *“Olha, vai lá buscar o dinheiro! E vai a hora tal, ou não vai, ou manda alguém”*.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Mais do que a minha resposta, Relator, Deputado Cezar Schirmer, eu deixo a V.Exa. uma declaração do Sr. Delúbio Soares, vazada nos seguintes termos: *“Delúbio Soares, brasileiro, residente (...) declara que, em meados de 2003, foi procurado pelo Deputado João Paulo, ora portador de uma solicitação de vários diretórios municipais do PT na região de Osasco, com vistas à obtenção de recursos para viabilizar pesquisas pré-eleitorais. Atendendo a solicitação do Deputado, coloquei à sua disposição a quantia de 50 mil reais na agência do Banco Rural de Brasília. Outrossim, declaro que a fonte dos recursos obtido pelo PT e disponibilizado ao Deputado João Paulo não era de seu conhecimento, o qual se limitou a sacar a importância antes referida. Delúbio Soares”*. Essa declaração, por si só, Sr. Relator, além de responder à indagação de V.Exa., torna claro quem foi o responsável pela determinação do saque, do valor e do local.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu já tive acesso a esse documento, a minha pergunta tem uma outra dimensão, desculpe, eu gostaria de



precisar. Como V.Exa. ficou sabendo que tinha de ir ao Banco Rural no dia 4 buscar 50 mil reais? Porque aí o Delúbio assume como responsabilidade do PT, mas alguém deve ter dito a V.Exa.: “*Vai lá no dia tal buscar*”.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi o Sr. Delúbio Soares.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ele ligou para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não sei. Eu tentei lhe recordar isso... Eu não sei se ele ligou, Sr. Relator, ou se ele falou pessoalmente comigo, mas foi ele que determinou.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu tenho mulher e 3 filhas, como V.Exa. tem uma filha, a sua esposa é... Eu compreendo quanto é difícil para as nossas mulheres e as nossas famílias suportarem o ônus da vida pública, em qualquer circunstância. Imagino mais ainda a família de V.Exa. Eu quero, como preliminar, dizer que tenho o maior respeito pela sua esposa, o maior respeito pela sua filha, sem conhecê-las, porque vivo na minha casa esse constrangimento permanente de se fazer vida pública tendo família. As nossas famílias, eu diria, são nossas vítimas, muitas vezes, porque nós somos habituados ao embate da vida pública, ao antagonismo, muitas vezes à crítica feroz. As nossas famílias não compreendem isso.

Então, eu quero, como preliminar, pedir desculpas a esposa de V.Exa., a sua família, por fazer algumas perguntas que envolvem a esposa de V.Exa. Não é meu propósito, mas, afinal, foi a sua esposa que foi buscar esse recurso no Banco Rural.

Por que a esposa de V.Exa. foi buscar esse recurso no Banco Rural?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Porque eu pedi.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas por que... Desculpe, mas V.Exa. deveria ter dezenas de assessores, como Presidente da Casa, do seu gabinete, motorista, um *office-boy*. Desculpe, não estou querendo constrangê-lo, mas...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não tem problema.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...afinal este é um fato concreto e eu gostaria de uma profunda...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não me constrange, absolutamente. Mas deixe-me dizer a V.Exa. duas coisas. A primeira é a seguinte:



eu mostrei em que contexto estávamos vivendo naquele momento. Não somente eu estava absolutamente assoberbado de trabalho, como toda a minha assessoria. A segunda coisa que V.Exa. — sei que não é intenção de V.Exa., mas de outros, sim, que tentam agravar o fato de ser a minha mulher... Quero dizer a V.Exa. que da minha consciência isso atenua. Se eu soubesse, Deputado Cezar Schirmer, que tivesse qualquer possibilidade de uma eventual irregularidade nesse processo eu ia mandar minha esposa, para chegar a esta mesa e me submeter a isso? Que dizer, é uma coisa, assim, tão fora do razoável, desculpe, Deputado Cezar Schirmer, não é com V.Exa., que seria uma estupidez. Eu tenho muitos defeitos, mas eu não sou tão estúpido, eu não sou tão idiota, que, sabendo que o recurso era da SMP&B, a SMP&B ia ganhar a conta da Câmara, eu ia mandar retirar o dinheiro da SMP&B? Quem tenta agravar isso, dizendo que é uma coisa, desculpe, acho que é me chamar de idiota. Pode me chamar de muitas coisas, inclusive de idiota, mas eu não quero aceitar. Veja: por que mandei minha mulher? Mandei minha mulher porque ela era a única disponível naquele momento! E que era uma determinação do Delúbio, um pedido do Delúbio! Que era o Tesoureiro Nacional do PT, sobre o qual não pesava nenhuma denúncia! Qual é o crime? Qual é o crime? Pedi a ela porque eu tinha certeza de que era um dinheiro oriundo dos cofres do PT! Foi por isso que pedi!

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. não tinha, já disse, conhecimento da origem do dinheiro.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpe, ao contrário.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Que o dinheiro era da SM...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, senhor. Eu disse que tinha conhecimento da origem...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Como do Diretório Nacional do PT.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente. Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas não da empresa SMP&B?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Para mim, a origem do dinheiro era dos cofres do Diretório Nacional do PT.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Certo. A esposa de V.Exa. assinou o recibo lá, quando foi buscar os recursos, 50 mil reais. V.Exa. tem essa informação?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse recibo é assinado?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Assinado por ela.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu vou ler para V.Exa. o que está escrito nesse recibo. V.Exa. já deve ter conhecimento. É um *fax* do Banco Rural, Assembléia Legislativa de Belo Horizonte ao Banco Rural de Brasília. Assunto: saque. *“Autorizamos a Sra. Márcia Regina Cunha a receber a quantia de 50 mil reais referente ao cheque SMP&B Propaganda Ltda. que se encontra em nosso poder. Favor colher assinatura. Atenciosamente...”* Eu não identifico a assinatura. Depois tem a assinatura da esposa de V.Exa. Minha pergunta é a seguinte: ela talvez tenha lido esse recibo. Imagino que não tenha lido sem assinar, assinado sem ler. Ela não lhe disse: *“Olha, eu vi lá que o cheque era da SMP&B”*. Não sei se V.Exa. entendeu bem. Porque aqui no recibo que a...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Entendi, entendi.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... sua esposa assinou está escrito: *“referente ao cheque SMP&B Propaganda Ltda., que se encontra em nosso poder. Favor colher assinatura”*. Ela quando voltou disse: *“Olha, tinha... Assinei lá um recibo; tinha lá uma referência”*. Não lhe falou?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, V.Exa. foi Presidente do Diretório Regional do PMDB do Rio Grande do Sul?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Fui.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu também fui Presidente do Diretório Regional do PT de São Paulo. As esposas da gente, por mais intensa suas participações, desculpe, ela não teria obrigação nenhuma de saber o que significava SMP&B. O que ela me afirmou foi que havia um recibo no valor de 50 mil destinada a ela, no nome dela. Isso que ela falou e assinou.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desculpe V.Exa. Não estamos tratando da gestão de V.Exa. quando Presidente do PT de São Paulo nem eu quando Presidente do PMDB...



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Claro.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... do Rio Grande do Sul, nem o que fez a minha esposa à época nem a de V.Exa. Estamos tratando do que foi feito quando V.Exa. era o Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil e a esposa de V.Exa. era a primeira-dama desta Casa que foi ao banco receber 50 mil reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Só para precisar a diferença do fato de termos sido presidentes de partido e tratarmos aqui de uma questão relativamente à Presidência da Câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpe, Deputado Cezar, só adotei esse exemplo, que talvez possa não ter sido muito feliz, mas para dizer que nem todas as coisas que a gente conhece as esposas conhecem também. Só para isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. quer uma... (*Pausa.*) A data do fax: 4 de setembro de 2003, às 3h37min.

Bem. Desculpe ainda prosseguir nesse assunto. Reitero a minha angústia pessoal em referir-me à esposa de V.Exa. A esposa de V.Exa. foi lá, tinha um cheque da SMP&B, que ela não sabia, achou que era uma orientação do Delúbio Soares...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpe, Deputado. Achou, não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, ela tinha essa convicção. Ela tinha essa convicção, trocou o cheque por 50 mil reais, por...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ela não trocou o cheque. Ela chegou lá já havia o valor...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Então, tudo bem. O que eu quero dizer é o seguinte: é que está lá "*referente ao cheque SMP&B*". Em todo caso, não altera. Ela foi lá e pegou o dinheiro vivo...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Altera, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... o papel moeda, não cheque, papel moeda.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpe, Deputado Cezar, altera. Desculpe, Deputado, altera, porque ela não mexeu em cheque.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim. Eu não estou afirmando isso. Eu estou dizendo que ela foi lá e recebeu 50 mil reais, um pacote de 50 mil reais. É isso. Passo seguinte: esse dinheiro, alega V.Exa., era para pagar uma pesquisa feita...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Uma, não, 4 pesquisas.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim. Quatro pesquisas sobre as eleições que seriam no ano seguinte em alguns Municípios de São Paulo. Eu vou entrar nesse assunto. Mas a sua esposa saiu com o pacote lá do Banco Rural. Eu sei que V.Exa. estava assoberbado, era o Presidente da Casa, cheio de problemas. Eu compreendo. Mas V.Exa. talvez tenha conversado com sua esposa depois. O que ela fez com o dinheiro? Ela saiu com o pacote, que não deve ser muito pequeno ou grande, eu não tenho idéia, mas o que ela fez com o dinheiro?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Levou para casa, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Levou para casa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. apresenta as pesquisas que foram feitas nos Municípios de Osasco, Cotia, Jandira e Carapicuíba.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Essas pesquisas foram... Foi V.Exa. que contratou o instituto de pesquisa, foi alguém em seu nome, foi o Diretório do PT em São Paulo, foi a macrorregião lá de Osasco? Quem foi que disse: "*Olha, esse instituto de pesquisa é que vai fazer a pesquisa, ou aquele outro, porque a sede desse instituto é Guaratinguetá*" — pelo menos está na nota. Pergunta, para ser preciso: quem contratou esse instituto de pesquisa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi um assessor que cuidava dessa matéria para mim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Assessor de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. pode dar o nome?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Gelso Aparecido.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ele inclusive tratou as formas de pagamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. apresentou 3 notas fiscais dessa empresa. V.Exa. não conhece o dono da empresa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Conheço o dono. Conheço um dos donos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nelson Guimarães. Pode ser esse?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, conheço mais um outro, deve ser sócio dele.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Essa empresa é grande, pequena, média? V.Exa. tem...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Acho que é instituto pequeno.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. apresentou 3 notas, Deputado João Paulo Cunha, em nome de V.Exa. as 3: Datavale, Pesquisas, Comunicações e Sistemas. A primeira relativa às pesquisa de Osasco e Carapicuíba, 30 mil reais, no dia 10 de setembro de 2003. A segunda nota, no dia 30 de setembro de 2007, relativamente à pesquisa em Jandira — Ah! Li mal, desculpe, é 2003. E a terceira nota, também em nome de V.Exa., no dia 19 de dezembro de 2003. Então, eu vou repetir: temos 3 notas, uma de 10 de setembro de 2003, relativa a Osasco e Carapicuíba; outra, relativamente a Jandira, 11 mil reais; e uma terceira relativa a Cotia, 10 mil reais.

Osasco tem 480 mil habitantes e Carapicuíba — esse é o nome, Carapicuíba — tem 233.600 habitantes. São 714 mil habitantes, eleitores, desculpe. Essa pesquisa custou 30 mil reais. A de Jandira, que tem 67 mil eleitores, custou 11 mil reais, e a de Cotia, que tem 111 mil eleitores, custou 10 mil reais.

Eu sei que não foi V.Exa. — nem sei se devo perguntar —, mas uma pesquisa de Jandira, com 67 mil reais, custou 11 mil, e outra, de Cotia, com 111 mil reais, custou 10 mil reais — desculpem, eleitores; e Osasco, 480 mil e Carapicuíba, 233, 30 mil reais. Não há um descompasso? Tamanho de Município, valor de pesquisa? Sei que V.Exa. não é obrigado a saber esse assunto, não foi V.Exa. que encomendou a pesquisa...



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Mas eu...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...nem foi V.Exa. quem pagou.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - ...mas eu me interessei, Deputado. Deputado Cezar Schirmer, nem é este caso. Mas V.Exa. sabe que, às vezes, V.Exa. pode fazer uma pesquisa num Município de 5 ou 10 mil eleitores e a pesquisa custar 10 vezes mais do que num Município com 1 milhão de eleitores. O que determina o valor da pesquisa não é o tamanho do eleitorado. O que determina o valor da pesquisa é a quantidade de perguntas, a forma, a geografia do local, a composição da população. V.Exa. sabe que fazer uma pesquisa num bairro que tem as suas ruas corretas, com as numerações corretas, distribuídas de forma, do ponto de vista da classe social, mais ou menos uniforme, é muito mais barato do que um Município em que há disparidade entre a composição social da população. Então, desculpe, mas esse não é um critério correto para julgar o valor em relação à população. Os institutos de pesquisa têm um órgão nacional que regulamenta este padrão. Então, há um certo padrão. Este padrão é acompanhado do ponto de vista nacional, é nacionalmente conhecido.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Só como um registro. No Município menor, o mesmo método de pesquisa, a mesma abrangência, teve um custo maior do que o maior.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Não é isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas é o que está na nota aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Salvo engano, Osasco e Carapicuíba são as duas cidades maiores.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desculpe, estou me referindo a Cotia e Jandira.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Cotia. Ocorre o seguinte, que Jandira, eu não sei detalhes, estou falando aqui, estou tentando colaborar com V.Exa.. A diferença é que Jandira era uma cidade já administrada pelo PT. Portanto, houve necessidade de inserir outras perguntas que fizessem uma avaliação do mandato do Prefeito. Cotia, não. Cotia a administração não era do PT. Portanto, prescindiu dessas perguntas sobre a avaliação do Prefeito do PT.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - A questão seguinte que eu queria abordar com V.Exa. diz respeito as notas que estão aqui: Datavale... São 3 notas com números seqüenciais, séries seqüenciais. A de nº 151 foi tirada no dia 10 de setembro de 2003; a de nº 152 foi tirada no dia 30 de setembro de 2003; e a de nº 153 foi tirada no dia 19 de dezembro de 2003. São três notas em seqüência numérica: 151, 152, 153, tiradas aparentemente com a mesma letra, em datas diferentes, que vão do dia 10 de setembro a 19 de dezembro. Significa que neste período, em tese, pelas notas, a não ser que tenha havido sonegação, esta empresa só realizou estes trabalhos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado, eu não sei exatamente a razão disso, claro. Eu precisaria buscar mais informações sobre isso. Mas o que queria deixar a V.Exa., que é uma preocupação um pouco mais substancial, permita assim, Sr. Relator, é o seguinte: pesquisa é um tipo de produto que você não consegue falsificar, você não consegue adulterar, você não consegue enganar, porque pesquisa reflete um momento na determinada posição. Então, é importante que V.Exa. considere a verdade dessas pesquisas, está aqui, essa é a pesquisa de Jandira. Estou vendo aqui pela brochura que aquelas duas que V.Exa. compara, V.Exa. vê: Jandira contém 92 páginas, a de Cotia contém 67 páginas. Quer dizer, uma coisa simples mas pode justificar a diferença de valor. Isso aqui não tem como você fraudar. Se você pegar a pesquisa de Osasco, lá consta num determinado cenário, se eu devo ser candidato ou não. Ou seja, a verdade é que as pesquisas foram realizadas, elas estão aqui à disposição de V.Exa. Esta é a verdade. A verdade é que o dinheiro que eu combinei com o tesoureiro do meu partido, que ele repassou, foi gasto nestas pesquisas. Eu acho importante declarar isso, Deputado Cezar Schirmer, porque é um valor — a análise dessas pesquisas — que dispensa qualquer dúvida sobre a veracidade da execução das mesmas.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. não respondeu ao Relator esta pergunta, respondeu a anterior que já havia respondido. Eu me refiro à seqüência das notas, o pagamento. Não foi V.Exa. que fez, mas uma é de 10 de setembro, 151; 152 é do dia 30 de setembro e 153 de 19 de dezembro. Significa que esta empresa praticamente, durante 4 meses, só prestou serviços as pesquisas



encomendadas por V.Exa., pelo assessor de V.Exa. Isso é mais uma constatação. Como isso foi pago...

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Eu poderia... Eu não alcancei bem as datas em que foram feitos esses pagamentos. V.Exa. poderia me informar?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - As datas: 10 de setembro, 30 de setembro e 19 de dezembro.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. disse que o dinheiro foi para a casa de V.Exa. no dia 4 de setembro: 50 mil reais. E a última prestação dessas pesquisas foi paga no dia 19 de dezembro. Depois de sua casa o dinheiro foi para alguém pagar essas pesquisas. O dinheiro ficou, enfim, aguardando? O que aconteceu? V.Exa. tem essa informação?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O dinheiro foi repassado para a pessoa responsável pela contratação e acompanhamento das pesquisas.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Agora eu pergunto a V.Exa.: não teria sido mais fácil, já que foi o Diretório Nacional, o Delúbio, que telefonou a V.Exa., autorizando essas pesquisas, não teria sido mais fácil, já que a empresa que fez a pesquisa é de São Paulo, o dinheiro é de um banco ou de uma empresa, que podia ou mandar para Brasília ou mandar para São Paulo, direto, sem toda essa intermediação? Por que não mandou direto lá para a empresa que fez a pesquisa, ou direto para o Diretório do PT em São Paulo, ou para a macrorregião de Osasco, ou para o assessor de V.Exa. lá em São Paulo, enfim? Esse dinheiro passou. Ele veio de Minas para Brasília. Lá, era um cheque em Minas, aqui ele virou papel-moeda. Daqui, ele foi para São Paulo, um pacotinho. Chegou no aeroporto de São Paulo, ficou em algum lugar. Não estou querendo fazer nenhuma afirmação, só estou querendo imaginar. Ficou esperando até que essas notas vencessem, e parte dele ficou até o dia 19 de dezembro para ser pago.

Por que o Delúbio não fez... *“Olha, Delúbio, o instituto que fez lá a pesquisa é o Datavale. Vai lá e acerta preço e paga direto.”* Só estou imaginando. Seria talvez um roteiro de bom senso. V.Exa., compreendo, entendendo a pretensão da macrorregião de Osasco, enfim, gestionou nos recursos. Mas, por que não foi feito direto isso lá em São Paulo, como foi feito — e corretamente — quando essa



empresa, a empresa do Sr. Marcos Valério, foi contratada pelo Diretório Nacional de São Paulo para coordenar a campanha publicitária de V.Exa. à Presidência da Casa? Foi correto. O Diretório do PT de São Paulo contratou a empresa, pagou a empresa. Está aqui a nota, está aqui o cheque.

No caso das pesquisas, quem autorizou foi o Tesoureiro do PT nacional, atendendo a pedido de V.Exa., que por sua vez atendeu pedido da macrorregional de Osasco. Aí, o Delúbio pediu para o Marcos Valério, o Marcos Valério mandou o dinheiro para Brasília. De Brasília, o dinheiro foi para São Paulo, e da Capital de São Paulo ficou esperando algum tempo, até que fossem apresentadas as 3 prestações, uma de 30, 11 e 10, ao longo de praticamente mais de 100 dias.

É claro que eu não estou querendo fazer nenhum prejulgamento do que está acontecendo, mas da mesma forma que houve o bom senso de V.Exa., do Diretório Nacional do PT, do Diretório de São Paulo, quando contratou a SMP&B para fazer a campanha de V.Exa. por 150 mil reais, mais razão teria ainda, em se tratando de uma questão de um Município ou de uma região de São Paulo, de resolver esse assunto por lá mesmo, passando o dinheiro lá para a macrorregião etc., etc.

Eu estou apenas levantando essa questão para ver se V.Exa. quer ou não fazer uma avaliação disso, a seu critério.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ah! eu quero, Deputado, porque se eu pudesse consertar os erros que eu cometi, certamente eu consertaria muitos. Acho que não só eu. Muitas pessoas cometem erros. Ou, então, vamos dizer assim, displicência, porque V.Exa. há de convir que a vida política da gente é relativamente tumultuada. Há uma quantidade de compromisso que nem sempre permitem uma certa racionalidade nas nossas ações. Então, se eu pudesse consertar, eu faria exatamente isso que V.Exa. disse. Faria isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Obrigado a V.Exa. Se...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Agora, deixa só, Deputado Cezar Schirmer, com a permissão de V.Exa...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - ...mas eu queria só repetir aos Srs. Deputados e a V.Exa. que, na realidade, é assim: todos nós, uns Deputados de caráter mais geral, os seus mandatos; outros mais localizados, nós estabelecemos



relações com as nossas cidades e com os nossos diretórios. Não é comum o diretório municipal de determinada cidade procurar o diretório regional ou nacional. Via de regra, é a Liderança que procura. E aquela Liderança procura, eventualmente, o Líder mais conhecido daquela região. Eu sou, na região que eu moro, a Liderança do PT mais conhecida. Então, eu acho absolutamente natural que o coordenador... Agora, aliás, Deputado, no meio desta crise, tivemos a eleição direta lá: dos 19 diretórios que compõem a região, 17 têm uma certa relação com o meu mandato. Então, naturalmente, ele me procurou pedindo. Eu solicitei para o Delúbio esse recurso... Eu não imaginei que ele ia disponibilizar aqui. Agora, se ele tivesse disponibilizado no Rio de Janeiro, eu ia pedir para alguém passar no Rio de Janeiro e pegar o recurso. Se ele tivesse disponibilizado em Campinas, eu também ia pedir para alguém buscar... Aliás, se tivesse disponibilizado em Porto Alegre, talvez eu gastasse um pedaço do meu crédito pedindo para alguém ir a Porto Alegre buscar esse recurso, tal era a confiança que todos nós tínhamos do Tesoureiro do nosso partido. Então, eu não quero, Deputado Cezar Schirmer, imaginar que vá prevalecer uma ilação em detrimento de um documento assinado pela pessoa que foi responsável. Ele foi responsável. Foi responsável e atestou a sua responsabilidade. Eu acho que isso é forte. O produto combinado foi entregue, está apresentado. As pessoas utilizaram. Então, com todas essas indagações de V.Exa., eu também concordo com elas. Se eu pudesse.... Se eu pudesse voltar, eu faria completamente diferente. Não somente isso. Eu acho que muitas coisas na minha vida seriam diferentes. Muitas coisas. Eu e a maioria das pessoas, porque sempre avaliar o erro passado é muito mais fácil do que você ter condições de ter uma reflexão melhor no presente para evitar o erro. Então, era somente essa consideração que eu queria fazer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Por fim, V.Exa. disse que não intermediou a execução dos trabalhos das empresas de Marcos Valério na campanha de 2004, em Osasco. V.Exa. não lembra quem indicou? Como é que o candidato a Prefeito de Osasco chegou em contato com esse..

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Desculpa, Deputado. Eu disse que apresentei, sim, só não disse que escolhi. Eu não escolhi, mas eu apresentei.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. apresentou?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Apresentei. Apresentei. Então, Deputado Cezar Schirmer, só pela oportunidade, mas só para V.Exa. compreender: a cidade de Osasco não tem televisão, tem somente 1 ou 2 rádios. Então, o programa, lá... O trabalho, ele é muito mais braçal do que de gasto com programa de TV etc., como as Capitais ou os grandes centros que têm repetidoras. Então, lá não tem isso. Então, é um trabalho muito mais modesto das empresas de comunicação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Por fim, há uma última pergunta sobre esse assunto: essa empresa, a DATAVALE, já prestou algum serviço de pesquisa a V.Exa., ao longo da vida pública do eminente Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esta parte, Excelência: *(Pausa.)*

“Eminente Deputado, V.Exa. em... tendo vindo a público essa questão dos 50 mil reais no Banco Rural, V.Exa. apresentou a versão de que a esposa de V.Exa. foi ao banco tratar de pagamento de faturas de serviço de TV por assinatura. Essa foi a afirmação...”

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Vou pedir de forma fraterna, Deputado Cezar Schirmer, que V.Exa. não cometa o mesmo erro dos 2 Relatores e do Deputado Robson Tuma: eu nunca afirmei que a minha mulher foi pagar conta de TV a cabo no Banco Rural. O que eu disse e repito: ela foi buscar informações de como resolver uma pendência que tinha.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Bem, V.Exa. precisou melhor do que eu. Sobre isso que eu queria falar com V.Exa. O que nós tínhamos, o que V.Exa. tinha era um contrato de prestação de serviço com essa empresa TVA. E em determinado mês — agosto ou setembro — houve um descompasso. Normalmente essa empresa cobrava 100 reais, e no mês de setembro ela passou a cobrar 204 reais. Aí, a esposa de V.Exa., inconformada com essa diferença, foi ao Banco Rural pedir informações sobre esse descompasso de valor. É isto?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Completa a pergunta, por favor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É isso, a esposa de V.Exa., inconformada com o valor...



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não é.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Um mês era 100 reais e outro mês passou a 204 reais. V.Exa. tem as notas aí.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Vou fazer. Então vou completar para V.Exa. e para os Srs. Deputados: em São Paulo nós somos assinantes da TVA. A TVA é uma operadora de sistema de TV a cabo. Senhores, para tentar entender aqui, a assinatura está no nome da minha mulher, Márcia Regina. O banco da compensação é o Rural. A data de vencimento é 13/8. O valor é 100 reais. Não é que passou a ser 200 reais em setembro. No mês de setembro, repito, Márcia Milanésio, Banco Rural, 13/9, 200 reais. Quando ela recebeu esta informação, naturalmente indo ao Banco Rural, ela resolveu tentar buscar alguma informação que pudesse esclarecer lá. Por quê? Para corroborar V.Exa., no mês de outubro, Banco Rural, Márcia Milanésio, 13/10, 100 reais. Voltou a ser 100 reais. Ela não conseguiu as informações. Não conseguiu, mas ela esteve lá na tentativa de buscar essa informação, que é absolutamente normal.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Então, veja V.Exa., só para precisar essa questão, também relativamente a datas e a ida lá. No dia 4 de setembro a esposa de V.Exa. foi ao banco e recebeu 50 mil reais. Voltou ao Banco Rural no dia 14 de setembro, 9 de setembro, para reclamar de uma conta que, na opinião dela, e pelo que percebo com inteira justiça, da TVA, o valor estava acima do que deveria ser.

Mas eu leio para V.Exa. que no próprio documento que a esposa de V.Exa. recebeu: *“Ligue para o nosso serviço de atendimento ao cliente ou acesse o nosso site”*. Aí dá o número... *“Obtenha mais informações e faça a sua opção”*.

O que eu quero dizer é o seguinte: ela foi ao Banco Rural para receber uma informação que, a rigor, não tinha nada a ver com o Banco Rural. Não era o Banco Rural o responsável. O responsável era a empresa que fornecia o serviço. Quem errou, se houve erro — eu não estou querendo fazer nenhuma avaliação dessa natureza —, se era 100 reais ou 200 reais, o erro não foi do Banco, foi da empresa. E, ao invés de ir ao Banco Rural, tinha que fazer o contato telefônico aqui ou acessar o *site* dessa empresa, TVA.



No depoimento de V.Exa. na Corregedoria está assim, está dito o seguinte: a Sra. Márcia foi lá no Banco Rural e disse: *“Olha, há um descompasso aqui na conta”*. *“Mas isso aqui não é aqui”*. *“Muito obrigada. Até logo”*. Mais ou menos assim. Acho que foi uma coisa de 10 segundos. Pelo menos é o que está aí. V.Exa. pode precisar isso, pode falar sobre isso ou acha que é... importante, enfim, eu não...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Bom, Deputado, V.Exa. pode, evidentemente, considerar que não cabia a indagação no banco. Mas nem todo mundo tem a quantidade de informações, ou melhor, as informações, elas não são uniformes, tem gente que tem algumas e outros não têm. Ela tentou buscar. Como não foi possível, de fato, ela ficou... perguntou. Não obtendo a resposta, ela acabou abandonando essa informação ali.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Na primeira versão — talvez não seja a palavra —, na primeira informação que temos, V.Exa. teria dito, quando apareceu lá 50 mil reais, *“a minha esposa foi ao Banco Rural tratar de uma conta da TVA”*. V.Exa. teria mandado um documento à CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Passados alguns dias, V.Exa. retirou essa informação, pelo menos tem um ofício de V.Exa., dizendo que não era a ida ao Banco Rural para tratar da TVA. *“Não, ela foi realmente buscar o recurso”*. É isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, absolutamente, absolutamente. Quero recuperar com V.Exa. aqui o que aconteceu. E quero fazer uma vinculação com as minhas afirmativas precedentes. Eu disse a V.Exa. e reafirmo: os recursos retirados pela minha esposa do Banco Rural eram recursos originários da tesouraria do PT. Ao contrário desse ofício agravado, Deputado Cezar Schirmer, eu quero que V.Exa. reflita se ele não atenua. Ninguém perguntou para mim nada, eu que informei à CPMI. É mentira que eu tirei o documento, eu só refiz o documento. O documento está protocolado na CPMI. E disse que a minha esposa tinha ido lá — e que foi verdade, ela foi lá —, assim como disse que o meu assessor foi, o meu assessor, Luiz Carlos Gomes, foi para resolver uma pendência com o telefone celular, que a autorizada é lá, e que está aqui também. Assim como disse que a minha outra secretária, minha Secretária Silvana Paz Japiassú, tinha ido



pagar uma conta, que está aqui: Banco Rural, 02/04. Eu prestei as informações que eram informações, do meu ponto de vista relevantes, e que tinham relação com a CPMI. A CPMI instalada naquele momento não estava procurando investigar o recurso do PT. Então, para que eu ia informar recurso do PT? Não estava buscando isso! Depois, Deputado Cezar Schirmer... Desculpa, isso no dia 10, no dia 12. Quando saiu a relação, e nesse meio tempo, entre o dia 2 e o dia 20, surgiu que eram operações só acima de 100 mil reais. Eu estava tranquilo, seguro de que não ia aparecer nada, porque, na minha cabeça, era um dinheiro oriundo do PT. Quando saiu a lista — ninguém fala isso —, eu fui um dos primeiros a aceitar. Olha a *Folha*: “*João Paulo não contesta saque*”. Quer dizer, só vale a primeira parte? A parte que eu assumo não vale? Essa não vale, não é matéria... Desculpe, eu assumi. Assim como quando começou essa situação, vieram perguntar para mim do Marcos Valério. Eu nunca neguei uma informação. Disse que ele fez a minha campanha, disse que conhecia, disse que tinha estado com ele. Nunca neguei! Agora, eu prestei uma informação, mandei para a CPMI dizendo que a minha mulher tinha ido lá, que o meu assessor tinha ido lá e etc., no sentido de tentar ajudar. Eles nem sabiam disso! Depois, no dia em que apareceu a lista, eu fui o primeiro a assumir, disse: “*Não vou contestar o saque, o saque está aí e é verdade*”. Era do PT, mas consta da lista. Fazer o quê? Vou responder por ele. Pronto. Então, desculpa, Deputado Cezar Schirmer, mas só para... Se V.Exa. verificar a cronologia dos acontecimentos, V.Exa. vai ver. Eu, de fato, disse que tinha ido lá tentar buscar informações sobre isso. Posteriormente saiu a lista. Quando ela foi vazada e constava o meu nome, eu confirmei, disse que de fato existia e ponto. E estou respondendo até hoje por isso. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Deputado João Paulo...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, só para corroborar com V.Exa. e com os membros do Conselho, se V.Exa. observar, na conta do mês de setembro há uma anotação, à mão, da minha secretária, na época, 9 de setembro. Na realidade, minha esposa foi uma vez só ao Banco Rural. V.Exa., não sei se foi por um lapso, falou 2 duas vezes. Não, foi 1 vez só. Ela anotou aqui que foi no dia em que ela obteve a informação que não precisava ir lá. Ela ligou para



lá. Banco Rural, SCN, Ana, 328, 9 de setembro, 12h16min. Até o horário consta aqui. Foi o dia que ela ligou de fato.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Deputado João Paulo, desculpe-me. Ela não foi uma vez só ao Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - A minha esposa?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi uma vez só.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, foi uma vez tratar da TVA e a outra vez...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, senhor, foi no mesmo dia, foi uma vez só.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ela foi tratar da TVA no mesmo dia em que tratou...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - No mesmo dia.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...e recebeu o dinheiro?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - No mesmo dia?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - No mesmo dia. V.Exa. tem a lista de acesso ao banco, disponibilizada pelo prédio, que consta 1 vez só.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Infelizmente ainda não recebi isso, mas V.Exa. está dizendo que ela foi no mesmo dia tratar...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - No mesmo dia.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...no Banco Rural tratar da questão da TVA e receber o dinheiro?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - No mesmo dia?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor conhece Luiz Carlos Gomes?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Conheço, é meu assessor.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Qual é a função dele no gabinete de V.Exa.?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O Prof. Luiz Carlos Gomes é um professor da USP, é titular da cadeira de Física Nuclear e exerce a chefia de gabinete desde 2003.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ele foi várias vezes ao Banco Rural?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ao Banco Rural?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desculpe-me, ao edifício do Banco Rural...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Edifício? Foi.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...numa empresa chamada Monday. V.Exa. tem conhecimento dessa empresa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não sei se é esse o nome, Deputado, mas posso fornecer a V.Exa. a nota fiscal e a prestadora... O serviço autorizado Motorola é lá no prédio.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, Motorola. Ele foi também.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - E ele foi lá...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Foi também.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas aqui está que ele foi também a essa outra empresa. Essa empresa fica no mesmo andar do Banco Rural. V.Exa. não conhece essa empresa? Não sabe do que é essa empresa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não conheço a empresa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nesse documento que está aqui, que diz respeito às visitas ao Banco Rural...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Qual o nome, Sr. Relator, da empresa?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Monday, ou mondaí, não sei. M-o-n-d-a-y.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não é a autorizada, Deputado?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não. Tem Motorola também. Seu assessor foi à Motorola. Agora, a outra pergunta que quero fazer: esse Luiz Carlos Gomes, de onde é? Qual é sua origem? Qual é o Estado dele?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ele é de São Paulo, é professor da USP, meu chefe de gabinete.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Manuseando essas visitas ao Banco Rural, vi que — não é minha opinião, está aqui — ele tem 3 Carteiras de Identidade? Vou ler para V.Exa.: “Visitas ao Banco Rural. Luiz Carlos Gomes, SSP/GO, 1799058; depois, num outro dia, numa outra empresa que ele visitou nesse edifício, SSP/MG, 11724853; e, num outro dia, Secretaria de Segurança Pública/Goiás, 1799058/SP.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado, só vou pedir a V.Exa. que trate com certa prudência essa informação, porque Luiz Carlos Gomes, V.Exa. há de convir, não é um nome muito difícil, não é incomum. Tenho absoluta certeza que não há nenhuma, nenhuma procedência em relação ao meu funcionário. Mas nenhuma, mas nenhuma!

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Veja V.Exa., eu não estou afirmando nada; eu estou lendo aqui...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu falei para V.Exa. que ele é de São Paulo, V.Exa. leu 2 RGs, um de Goiás e um de Minas. Por isso que eu estou pedindo para V.Exa. para tratar com prudência.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Está escrito aqui. Desculpe. V.Exa. pode, se quiser, olhar.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu não tenho nada contra...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Relator, seria o caso de perguntar qual deles o representado conhece.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado, V.Exa. disse que o Sr. Luiz Carlos Gomes possui 3 RGs, 3 identidades.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu estou dizendo para V.Exa. tratar com prudência, porque eu tenho absoluta — estou repetindo —, absoluta certeza desse meu servidor. Tenho absoluta certeza. Evidentemente, se tem o nome Luiz Carlos Gomes, é porque não é um nome incomum. Então, claro que tem alguma confusão aí, que eu vou explicar a V.Exa. com a maior tranqüilidade.



O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Relator, só um esclarecimento mais. Não há cópia da carteira de identidade, não? Só a informação do número?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu estou lendo um documento: Visitas ao Banco Rural. Luiz Carlos Gomes, Secretaria de Segurança Pública/Goiás, dei o número da carteira; Luiz Carlos Gomes, Secretaria de Segurança Pública/Minas Gerais, dei o número da carteira; e Secretaria de Segurança Pública/São Paulo, 3178013. Dei o número da carteira. É provável...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu estou dizendo o primeiro...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desculpe V.Exa. Eu só quero fazer um registro. V.Exa. tem sido testemunha do quanto tenho sido prudente em relação a V.Exa., e maior razão teria relativamente aos seus funcionários.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É verdade.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Eu só desejaria contribuir, Sr. Presidente, porque esses edifícios filmam a pessoa e pedem que a carteira de identidade lhes seja apresentada e registram lá no seu computador. Essa informação poderia ser dada, acho, à CPI, já naquela oportunidade. À CPI, não; ao Conselho de Ética.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Relator, V.Exa. não está afirmando que se trata de uma única e mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ah, bom. O.k.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eminentíssimo Deputado, eu não estou afirmando nada; eu estou lendo um documento.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Nobre Deputado Cezar Schirmer, só para corrigir...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Está escrito neste documento: Luiz Carlos Gomes, Secretaria de Segurança Pública Goiás, Minas Gerais, São Paulo e o número de 3 carteiras de identidade. Só isso que eu estou fazendo. Nada mais do que isso.

A Sra. Silvana Japiassú também trabalhava no gabinete de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, perdão, para esclarecimento do Plenário, nesta nota fiscal do meu assessor Luiz



Carlos Gomes consta o CPF dele. Para todos os efeitos, se V.Exa. quiser anotar, seria... *(Pausa)*.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Vamos continuar. A Sra. Silvana Japiassú... V.Exa. quer considerar mais alguma questão sobre isso? *(Pausa.)* A Sra. Silvana Japiassú trabalha no gabinete de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Em que tipo de serviço?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ela está presente aqui, Deputado Cezar Schirmer. Minha secretária.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Qual é o serviço que ela presta no gabinete de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É minha secretária.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor tinha conhecimento das visitas da Sra. Silvana ao Banco Rural, não? *(Pausa.)* Eu estou falando porque aqui, neste documento, consta visitas, enfim, idas da Sra. Silvana Paz Japiassú, sua funcionária, ao Banco Rural. Eu estou lendo Visitas ao Banco Rural; não estou fazendo nenhum juízo de valor sobre isto aqui. Estou lendo apenas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado, desculpe-me. Mas primeiro, permita-me V.Exa., sem nenhuma ofensa, mas o título desse documento é Visitas ao Banco Rural, entretanto, aqui coloca “destino”, “destino”, “destino”. No Banco Rural, efetivamente, somente no dia 2/4 e 16/4, da Sra. Silvana.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim. Eu não disse que o Sr. Luiz Carlos Gomes foi ao Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ah, o.k.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu disse que ele foi ao edifício do Banco Rural, numa empresa chamada Monday, no mesmo andar do Banco Rural.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Vou passar a V.Exa. No dia 2/4....

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E a consulta que eu estou fazendo a V.Exa. é se tem conhecimento de que a sua secretária, Silvana, foi ao Banco Rural? Porque aqui está Banco Rural.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É que V.Exa. disse que ela tinha ido várias vezes, eu fiquei com... Deixa eu mostrar a V.Exa...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Então, 2 vezes.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - No dia 2/4, ela foi pagar essa conta aqui, Deputado, da TVA, que depois eu posso passar às mãos de V.Exa. Dois do quatro, TVA, está aqui. O.k., Deputado Cezar Schirmer? No dia 16/4, ela retornou ao Banco Rural, porque já estava vencida a conta. Só que, neste dia, já tinha mudado o banco da compensação, já não era mais o Banco Rural, era um outro banco. E ela foi de fato ao banco, mas voltou.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas veja V.Exa. o horário. Eu estou lendo aqui. Ela foi ao Banco Rural no dia 16/4, às 15 horas 19 e 20 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Mas qual o problema? Não entendi.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não é relevante. Não é relevante.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O.k., obrigado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O senhor tinha conhecimento que a sua secretária, a Silvana, foi ao Rio de Janeiro com passagens pagas pela SMP&B?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tenho, foi no aniversário dela, no primeiro semestre de 2003, que o Sr. Marcos Valério deu de presente uma passagem a ela e a filha para passar o aniversário no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Num depoimento de V.Exa., na Corregedoria, informa que esse valor foi doado ao Fome Zero?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi doado ao Fome Zero.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. lembra quanto?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Três mil e oitenta e quatro e vinte, neste ano também.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Neste ano de 2005?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Que valor é esse?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É o valor das passagens.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - A Sra. Silvana era a pessoa responsável pelos contatos com a SMP&B ou com o Sr. Marcos Valério, ou não?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Pelos?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Contatos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Contatos?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu falo porque tem...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, ela era...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - No jornal tem 168 ligações, 129, ou qualquer coisa assim, ligações telefônicas. Alguns ao telefone de V.Exa., outros ao telefone do gabinete, eventualmente atendidas por ela.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, os telefones que eram utilizados por mim, todos eles eram atendidos, evidentemente, pela minha secretária. Quando eu solicitava a ligação, evidentemente, então, eu solicitava à minha secretária. Aliás, o que nós fazemos normalmente na nossa vida.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eminente Deputado João Paulo, um dos fatos que também são imputados a V.Exa. como eventualmente motivadores deste procedimento diz respeito à licitação e ao contrato de publicidade firmado entre a Câmara dos Deputados e a agência SMP&B na gestão de V.Exa. como Presidente da Casa. Há um relatório do Tribunal de Contas da União. V.Exa. conhece esse relatório, preliminar?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu queria que V.Exa. me passasse o relatório, para que eu pudesse...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, eu não tenho, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ah, V.Exa. não tem?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não, aqui não.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Esse relatório, Deputado Cezar Schirmer... Eu vou mostrar a V.Exa. Eu fui à Internet ontem buscar a tramitação deste processo. Ele está ainda no TCU, no controle externo do TCU. Eu não tive nenhuma notificação. A Câmara dos Deputados também não teve nenhuma notificação, nenhuma notificação. Portanto, este relatório, ele é ainda objeto de análise dentro do TCU. Então, não tenho como responder algo que eu não fui notificado.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tem conhecimento da auditoria interna realizada pelo órgão competente da Casa relativamente a este contrato?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não tenho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O edital de licitação para agências de publicidade foi aberto na segunda semana de setembro de 2003. V.Exa. tomou café da manhã com Marcos Valério uma semana, duas semanas antes. Esse assunto não foi tratado?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não foi tratado?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Absolutamente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nesse contrato ele recebeu termos aditivos no valor de 3 milhões 840 mil durante a gestão de V.Exa., ou parte na gestão de V.Exa., parte na seguinte. Na nota técnica ganhou a SMP&B. No valor a SMP&B perdeu. Consultada, ela baixou o seu preço para equiparar com a segunda colocada. Esse aditamento dos contratos recompôs o preço da proposta original da SMP&B. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Nobre Deputado Cezar Schirmer, vou voltar a falar do contrato com a permissão de V.Exa. Esse contrato foi materializado em setembro, entretanto, ele iniciou a sua preparação ainda no começo do ano de 2003. Durante o ano de 2003 a Câmara trabalhou com o contrato anterior do Presidente Aécio Neves. Este contrato era um valor de 9 milhões, contrato do Deputado Aécio Neves como Presidente. O contrato vigorou durante o ano de 2003. Em 2003 nós tivemos que preparar a licitação para 2004. Repetimos o mesmo valor. A diferença é que o contrato de 2003 era semestral de 4,5 milhões, o contrato de 2004 era total de 9 milhões. Este contrato iniciou a sua preparação, repito, no primeiro semestre de 2003. A elaboração do edital era impossível, Deputado Cezar Schirmer, de qualquer manipulação. Ele foi precedido de uma participação tão grande de assessores da comunicação, da própria SECOM, da Diretoria-Geral. Nós utilizamos a própria estrutura da Comissão de Licitação da Casa para ajudar a elaborar isso e utilizamos as normas que são normas universais para a



elaboração desse tipo de trabalho. Então, não há nenhuma questão, vamos dizer assim, do meu ponto de vista, com respeito à licitação, que poderia ensejar qualquer dúvida. A Comissão Especial foi formada por servidores efetivos da Casa. Esta Comissão fez uma análise apurada. Durante o ano de 2004 nós pudemos fazer a execução do contrato, não é?, a execução do contrato. Este contrato foi executado com absoluta correção. E, para que V.Exa. não tenha nenhuma dúvida e os Srs. Deputados também, esse tipo de contrato, por mais dúvida que possa suscitar, em particular na conjuntura em que nós vivemos, ele não tem grandes problemas para localizar onde foram gastos os 10 milhões e 700 mil. Se você reparar, dos 10 milhões e 700 mil, nós gastamos 7 milhões e 300 mil com veiculação. Depois desses 7 milhões e 300 mil, nós gastamos 700 mil com pesquisas mensais junto ao Vox Populi. Essas pesquisas localizavam, como qualquer entidade do mundo, a situação e a expectativa da população perante o Parlamento. Depois nós renovamos todo o visual da *TV Câmara*. O trabalho feito a partir desse contrato, Deputado Cezar Schirmer, que é uma das coisas que me magoa muito, porque a melhoria, ela é visível, é visível. Se a gente tiver um pouquinho de tempo e verificar os novos cenários, a nova grade, a nova programação, nós vamos ver o que significou a execução desse contrato para a Câmara dos Deputados, não foi para mim. Por que nós aditamos no finalzinho? Não fui eu que aditei, não fui eu que sugeri, não fui eu que fiz o aditamento, foi a Casa. Só fiz um aditamento de valor, só um, e depois fiz um de prazo, para que o Presidente Severino Cavalcanti ou outro eleito na ocasião não ficasse sem o contrato. Então, fiz uma prorrogação até 15 dias após a posse do novo Presidente. De prazo, aditamento de prazo. Aditamento de valor foi só um, o primeiro. Ocorre que nós estávamos fazendo uma campanha que muita gente não percebe. Por quê? Porque a campanha da Câmara não tem a intensidade de uma Coca-Cola, não tem a intensidade de uma Nike, enfim, não tem a intensidade de uma empresa, da Nestlé ou da Volkswagen, que gasta bilhões de reais em publicidade. A nossa é uma coisa mais pequena. Mas deu muito resultado. Mas a primeira fase da nossa campanha abordou os órgãos mais, de abrangência mais nacional, e remanesceram órgãos regionais que nós precisávamos contemplar. Foi assim que no final, só para dar alguns exemplos aqui, nós gastamos na *Tribuna de Santos*, no *Correio Popular*, no *Diário do Grande ABC*, no *Diário de Pernambuco*, no



Jornal do Commercio, no jornal *O Dia*, na Editora Verde Mares, na empresa baiana de jornalismo, no jornal *A Tarde*, em *O Liberal*, na *Folha de Londrina*, *Estado de Minas* etc, etc, etc. Poderia ler aqui a relação toda. Esse recurso, ele não é um recurso passível de desvio, não tem como, é um recurso que comprova. Os recursos desse contrato, basta verificar, esses valores, são valores que estão disponibilizados aqui na Casa, ou então conversar com o Dr. Sérgio Sampaio, que é Diretor-Geral ainda, ou então conversar com o Márcio Araújo, que foi diretor da época, que quem conhece sabe que foi Secretário-Geral da Comissão de Direitos Humanos. Enfim, para que as pessoas tenham um pouco de noção. Permita, Sr. Relator, fazer uma certa propaganda aqui do meu mandato, porque foi um mandato de Presidente que houve um investimento muito grande em comunicação. Alguns Estados lembram, por exemplo, quando nós fizemos o gabinete de arte na Presidência. Fizemos da Bahia, fizemos de Goiás, fizemos de Brasília, fizemos de Minas Gerais, fizemos de São Paulo, que trazíamos artistas, trazíamos, fazíamos um documento excepcional para divulgar no Estado. Foi com esse contrato que nós ganhamos prêmio, por exemplo, com o vídeo de Florestan Fernandes; foi com esse contrato que nós ganhamos, por exemplo, o concurso com vídeos *Contos da Resistência*; foi com esse contrato que nós fizemos o Estatuto do Torcedor, o Estatuto do Idoso, o Estatuto do Desarmamento; foi com esse contrato que nós lançamos a revista *Plenário*, de doutrina, com vários Srs. Deputados escrevendo, que agora o Deputado Aldo Rebelo vai lançar a segunda; foi com esse que nós fizemos um presente que damos para os nossos visitantes, que é a Arte e a Arquitetura na Câmara dos Deputados; foi com esse que nós fizemos o perfil parlamentar, recuperamos, porque estava parado, de Cristina Tavares e de Florestan Fernandes; foi com isso que nós prestamos conta aos borbotões pelo Brasil todo sobre o balanço de 2003 e 2004. Não falando de mim, falando da Câmara; foi com isso que nós fizemos *As Imagens da Câmara*, que é um livro maravilhoso, com todos, vários Deputados de todos os partidos; foi com esse contrato, permita, Deputado Cezar Schirmer, que nós transformamos o nosso Informativo, que quem não lembra era assim, antes era assim e depois ficou assim, e todo mundo sabe a qualidade desse produto, todo mundo sabe o prazer que deu em ler uma coisa mais limpa; foi assim que nós fizemos essa quantidade grande de publicações aqui, não só para a Presidência,



como para as Comissões etc. Como eu posso ter dúvida num contrato que eu vi ele sendo materializado? As pessoas falam: *“Por que a TV Câmara aumentou a audiência de 2003 e 2004? Será que foi só obra de Deus — porque Ele pode ter ajudado muito —, será que só foi a conjuntura?* Não, nós fizemos uma campanha para ensinar as pessoas a sintonizar a *TV Câmara*. Muita gente não ficou sabendo dessa campanha, porque foi feita no interior, porque quem tem tevê parabólica muitas vezes não sabe, mas pode localizar a *TV Câmara*. Nós fizemos no interior. Me orgulha o dia em que o Deputado Roberto Magalhães me encontrou no corredor e falou: *“Presidente, queria dar parabéns. Fui andar no interior de Pernambuco, e as pessoas estão localizando a TV Câmara pela parabólica”*. E nós tínhamos feito campanha para isso, para ensinar a localizar. Foi com esse contrato que nós alteramos completamente o nosso *site*. Para quem não sabe, o nosso *site* hoje é visitado por 6 milhões de internautas ao ano. Para quem não sabe, é o nosso *site* que tem uma das melhores e mais transparentes propostas. Que você acessa lá, daqui a 3 horas se sabe o que você falou no Pequeno Expediente. Gastamos também... Gastamos não somente com isso, mas com a própria estrutura da Casa. Eu estou dizendo, Deputado Cezar Schirmer... Desculpa, desculpa, mas é porque...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tem todo o direito de fazer propaganda de sua gestão.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É, porque também precisa, porque....

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E V.Exa. foi convincente em fazer propaganda da sua gestão.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Porque uma parte....

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas a pergunta...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É pena que V.Exa. não vota em São Paulo.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - A pergunta não foi essa. A pergunta foi outra, com todo respeito por V.Exa. A pergunta não foi sobre a gestão de V.Exa. A pergunta, vou repetir: V.Exa. tem conhecimento de que a SMP&B ficou em terceiro lugar no quesito preço na licitação, que a sua contratação se deu após ela concordar em equiparar seu preço ao da melhor colocada?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não sabia, Deputado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Passo à seguinte: houve um termo aditivo na gestão de V.Exa., outro na subsequente, que acrescentara ao contrato 3 milhões e 840 mil reais. Esse valor do aditamento recompôs o preço original.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado, desculpa.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Derrotado...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpa, Deputado Cezar Schirmer.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Só concluir. Derrotado no processo licitatório. Estou consultando V.Exa. sobre isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, eu não sei, mas, pelos dados que V.Exa. está dando, permita buscar uma informação para depois corroborar com V.Exa. O contrato, Deputado Cezar Schirmer, é um contrato por 2 anos. Então, 9 anos é o ano. O primeiro aditamento feito no primeiro contrato, no primeiro ano. O segundo aditamento, feito pelo Deputado Severino Cavalcanti, já incidia sobre o segundo ano. Portanto, nós não podemos afirmar se o conjunto dos pagamentos superaria o preço da outra colocada, porque nós só poderíamos ter essa afirmativa se houvesse a conclusão do contrato. Não sei se V.Exa. compreendeu.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Compreendi.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Pois não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Compreendi. Estou afirmando é que o aditamento recoloca o preço da empresa vitoriosa na licitação, SMP&B, nos preços originais, pelo qual ela perdeu a licitação.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não sei, Deputado. É isso o que eu estou dizendo, porque teria de ser a soma dos 2 anos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, foi somado, foi somado. Mas eu só queria saber se V.Exa. sabia disso.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não sabia.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E V.Exa. diz que não sabia. V.Exa. conheceu ou conhece o Sr. Márcio Araújo?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Conheço.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Qual é a função que ele desempenhou na gestão de V.Exa. ?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ele é funcionário efetivo da Casa, de carreira, e ele foi Diretor da Secretaria de Comunicação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - A Secretaria de Comunicação da Casa é vinculada, subordinada diretamente à Mesa ou ela é subordinada e vinculada à Diretoria-Geral? V.Exa. tem essa informação?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu posso arriscar, Sr. Relator, eu acho que é vinculada à Presidência. Eu não tenho certeza, mas não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Vinculada à Presidência?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. não tem certeza?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse Sr. Márcio Araújo foi nomeado por V.Exa. Secretário de Comunicação?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi nomeado por mim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E ele integrou a Comissão de Licitação?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Integrou a Comissão.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tem conhecimento da contratação do Instituto Vox Populi?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. sabe o valor? Lembra o valor?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, Deputado, eu não sabia, mas agora, evidentemente, por força das circunstâncias, fui buscar informação. Parece que foram 700 mil reais pagos ao Vox Populi.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E esse instituto fez pesquisas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Fez pesquisas para a Câmara dos Deputados.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E, nessas pesquisas, incluía uma pergunta relativamente ao nome de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ao meu nome como Presidente da Câmara, sim.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Mas a pergunta... V.Exa. se lembra do questionário? V.Exa. ajudou a fazer o questionário ou não tomou conhecimento?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, desculpe-me novamente, mas só para compreender qual é o contexto. No Brasil ou em qualquer lugar do mundo, quando você faz uma aferição, através de pesquisa de opinião, para medir a imagem de uma instituição, é inevitável que você insira a imagem daquele que conduz aquela instituição naquele momento. Isso é natural. É muito comum vermos as pesquisas... Por exemplo, pesquisas sobre o Governo Federal. Qual é a imagem do Governo Federal? Depois você pergunta: qual é a imagem do Presidente Lula? Se pergunta de um Prefeito, de um Governador, é a mesma coisa. Isso é comum. Eu, evidentemente, não tive acesso, não preparei as perguntas, mas era natural, e tinha a minha absoluta concordância, que não somente devesse medir, naquela ocasião, a imagem da Câmara como a imagem de seu Presidente.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tinha conhecimento de subcontratações ocorridas na vigência do contrato da SMP&B?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Essas subcontratações não foram realizadas com o seu conhecimento?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. também não tem conhecimento de que 99,9% dos serviços contratados pela Câmara à SPM&B foram realizados por empresas subcontratadas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não sei. Desconheço esses dados, Sr. Deputado. É algum documento da Câmara, Deputado, essa...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não. Só uma consulta a V.Exa., uma pergunta. Uma das empresas subcontratadas se chama Idéias, Fatos e Textos. V.Exa. conhece?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Conheço.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Quando dessa subcontratação, foi autorizado por V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Aí não é uma... é uma subcontratação. Dentro do contrato global de publicidade, de comunicação, há um aspecto que é a assessoria de comunicação, a consultoria de comunicação à Presidência e à Mesa. Essa Idéias, Fatos e Textos exerceu essa função durante o contrato.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. conhecia alguns dos sócios dessa empresa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Conhecia o proprietário, o Sr. Luís Costa Pinto.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse Luís Costa Pinto era assessor de V.Exa.? Conhecia V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ele prestou assessoria a mim, como Presidente, através do contrato de publicidade e comunicação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. só o conheceu aqui, como Presidente, ou já o conhecia?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não, não. Já conhecia antes. O Sr. Luís Costa Pinto é um jornalista conhecido aqui em Brasília, conhecido nos meios.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tem conhecimento de que essa empresa deveria, pelo contrato, apresentar boletins mensais com o resumo das ações propostas, explicando os trabalhos desenvolvidos, e não apresentou?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, eu li isso, da mesma forma que V.Exa., no jornal. Eu não tive conhecimento oficialmente, ainda. De qualquer forma, o Sr. Luís Costa Pinto, como meu assessor, prestou serviço aqui na Câmara. Um tipo de serviço que era absolutamente visível. Então, os senhores jornalistas, os Deputados, todo mundo que freqüentava o Salão Verde e a Presidência tinha contato com ele permanentemente. Mês a mês, ele apresentou as notas fiscais, que foram autorizadas através do pagamento.



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. não tem conhecimento de que a Câmara remunerava uma empresa que não apresentava os relatórios mensais exigidos pelo contrato? V.Exa. não tem essa informação?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Veja, Deputado, quem cuida do contrato é o órgão responsável. O Presidente não verifica... V.Exa. há de convir que o Presidente não verifica...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim. V.Exa. não tinha conhecimento dessa...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Finalmente, Deputado, V.Exa. quer fazer alguma consideração? Quer fazer algum questionamento que permita ampliar o seu direito de defesa? Alguma informação que não tenha sido prestada? Enfim, estou querendo assegurar a V.Exa. ampla defesa e...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, eu quero encerrar esta primeira participação, primeiro, parabenizando V.Exa. pelo empenho na busca de todos os fatos relacionados com a minha pessoa, agradecer as perguntas... V.Exa... Já tive oportunidade de expressar pessoalmente, expresso publicamente, que, quando V.Exa. foi sorteado meu Relator, muita gente ficou... muitas pessoas ficaram preocupadas com o que V.Exa... Eu, muito pelo contrário, fiquei satisfeito. Eu prefiro ser julgado por pessoas sérias, pessoas honradas, pessoas que querem, de fato, buscar aquilo que é melhor, a ser julgado por outras pessoas. Então, eu me sinto absolutamente tranqüilo nas mãos de V.Exa.

Quero encerrar dizendo que vivo, em particular, nestes momentos...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Representado, V.Exa. faz algum juízo sobre outros membros do Conselho?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, absolutamente. *(Risos.)* Estou falando sobre julgamento, Deputado Jairo. Estou falando de julgamento. V.Exa. reforce o elogio ao seu Relator. Mas eu queria dizer... Entre outros problemas, Sr. Presidente, uma coisa que tem trazido, assim, uma grande quantidade de reflexão é que, desde que eu cheguei aqui, em 95, eu tenho assumido, em nome do PT, todas as discussões sobre reforma política. E eu sou autor, em nome do Partido dos Trabalhadores, do projeto que instituiu ou que... do



projeto que... Apresentei um projeto, com a concordância de grande parte do PT, que instituía o financiamento público de campanha. É também de minha autoria um dos projetos que institui a votação em lista fechada. E tenho mais vários outros projetos, todos na área da reforma política. V.Exa... Veja bem, que ironia do destino: eu, que tanto preguei a reforma política, acabei sendo vítima desta... deste sistema. E eu quero superar essa dificuldade. Quero, a partir do diálogo aqui com o Conselho, com o conjunto da Casa... Eu quero ajudar a reconstruir esse edifício do nosso sistema eleitoral e partidário, a partir dos escombros que estão por aí. Agradeço, então, a V.Exa., ao Deputado Ricardo Izar, aos Srs. Deputados que resistiram até aqui. Espero ter esclarecido as dúvidas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, esta foi a 66ª reunião do Conselho de Ética. Foi o depoimento mais longo... Aliás, foram as perguntas mais longas que um Relator já fez — três horas e meia. Então, agora, vou iniciar a inscrição para o debate.

Com a palavra o primeiro inscrito, o nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Aproveito, enquanto o Deputado João Paulo está ali, com toda razão, falando ao telefone, para dizer que o Relator está dedicado e empenhado, como de resto... Pelo que temos visto nessas tarefas inimagináveis do Conselho, todos os outros têm feito um trabalho muito bom, muito dedicado. É uma missão sempre incômoda, mas absolutamente necessária. Eu tenho testemunhado a exaçoão de todos aqui nesse trabalho. Parabéns, então, ao Deputado Cezar Schirmer, como a todos os outros. Aliás, a maior prova é vermos os relatórios aprovados aqui por larga margem ou unanimidade. Então, os elogios do Deputado João Paulo não vão gerar nenhum ciúme. S.Exa., de longe, pode estendê-los a todos aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Fica estendido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - (*Risos.*) Está certo.

Deputado João Paulo, em primeiro lugar, para mim, em particular, era dispensável aquele início em que V.Exa. fala da sua biografia política, marcada pela afabilidade, pelo humanismo. Não temos uma relação pessoal de amizade longa, mas pude conhecê-lo melhor aqui, durante, especialmente, aqueles 2 anos em que V.Exa. foi Presidente da Casa — sempre muito afável, sabendo conduzir muito bem



uma Casa com este grau de dificuldade, nas nossas relações políticas. E ficava imaginando... Nesse momento muito doloroso aqui, quando vi V.Exa. colocando sua alma, sua franqueza no depoimento inicial, recordei o depoimento de um companheiro comum, o ex-Deputado José Genoíno, quando, se não me engano, em julho deste ano, fez um pronunciamento que deixou o auditório em geral buliçoso, em um silêncio absoluto — despedia-se da Presidência do PT. E ele disse: *“A política, para mim, sempre é uma vocação, um estímulo, algo que me encanta e que tem um elemento de poesia. Mas eu comecei a sentir o espinho, a dureza e a aspereza dela quando, depois de uma longa carreira parlamentar, disputei a eleição majoritária para o Governo de São Paulo”*. Aí, a gente começa — e V.Exa. falou agora no financiamento público — a viver essas agruras, essa fronteira mal definida no Brasil entre o negócio particular e o interesse público. Creio que o que o coloca aqui, de alguma maneira, é essa situação de fundo. Volto a dizer: poderíamos cassar 300 mandatos, se houvesse 300 picaretas aqui na Casa. Como alguém já falou e avisou, isso não resolveria o nosso problema de fundo. Volto a insistir: só uma reforma política, uma consciência e horizontalização da cidadania vão fazer com que saíamos dessa situação, que chegou ao paroxismo: o Deputado João Paulo Cunha aqui como Representado, depondo sobre uma série de questões que têm, afinal, uma base real. As minhas perguntas vão ser bem objetivas em função disso e bem rápidas.

Quando o Diretório Nacional do PT contratou a DNA para fazer a sua campanha para a Presidência da Câmara, V.Exa já tinha conhecimento de que o Sr. Marcos Valério — essa indigitada figura, que é, a meu juízo, um traficante de influência, um lobista, alguém que busca muito o ganho particular — já era sócio? V.Exa. tinha conhecimento?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Chico, foi uma coisa quase simultânea. Eu conheci o Sr. Marcos Valério aqui, como já disse, na Liderança do PT. Posteriormente, o Sr. Delúbio Soares... Eu solicitei o apoio do Diretório Nacional, e ele disponibilizou a DNA aqui. Evidentemente, aí eu já sabia que era propriedade do Sr. Marcos Valério.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E que tinha contratos aqui com a Câmara?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ele não tinha contratos com a Câmara.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - A DNA não tinha?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não tinha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas a SMP&B tinha?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Também não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah! Não?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não tinha.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. mencionou aí que renovou um contrato da gestão de Aécio Neves.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É. Mantive o contrato da gestão do Aécio Neves, durante o ano de 2003.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E esse contrato era de qual empresa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Era com uma empresa chamada Denison.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ah! Sim. Então, a SMP&B só começou a prestar seus serviços amplos, aqui na Câmara, a partir da gestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Em 2004.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ela tinha feito ...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - A partir de minha gestão, não; a partir de 2004.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. No segundo ano da sua gestão.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Segundo ano.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E ela tinha feito a sua campanha. Quer dizer, a DNA, da qual o Marcos Valério era sócio também, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O senhor não teve uma preocupação, ou não lhe ocorreu que isso poderia criar algum problema ou gerar alguma suspeição, já que ela tinha feito a sua campanha, ou...



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Chico, eu não posso... eu não posso descartar uma empresa que disputa concorrência porque (*risos*) tive qualquer relação ou não. Não há critério legal que impeça uma empresa de disputar uma concorrência porque houve uma determinada relação com alguém ligado a um parlamentar. Eles disputaram concorrência. Foi isso que falei, Deputado Chico. Permita-me repetir: se eu soubesse... se eu soubesse que a SMP&B ia ganhar a concorrência, eu ia autorizar a minha esposa a ir buscar um recurso da SMP&B, alguns meses antes, que era a mesma que... Não tem lógica. Não sei se V.Exa. entende. Não tem lógica. É que foi um processo, vamos dizer assim, que, tecnicamente, andou naturalmente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sim. Agora, já em 2004, quando outra empresa do Sr. Marcos Valério, que multiplicava suas empresas de publicidade — um ramo que avançou muito no Brasil... Na campanha à Prefeitura de Osasco, foi o senhor que sugeriu? Porque, aí, ela já estava trabalhando aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Cezar Schirmer, só para eu ser mais preciso em uma resposta que dei a V.Exa... No final de 2003, Deputado Chico, o Sr. Marcos Valério, o Sr. Luís Costa Pinto, o Marcos Coimbra, do Vox Populi, e um outro publicitário de Minas, de quem não me lembro o nome, que fazia campanha para o Governador Aécio Neves, pensaram em montar uma empresa para prestar assessoria de comunicação, *marketing* político, para as eleições de 2004. Esse projeto não vingou, não deu certo. Na relação das Prefeituras que eles estavam intencionando ganhar ou buscar, tinha Osasco, está certo? Quando iniciou a campanha de 2004 — só que a campanha de Osasco não tem televisão, não tem rádio, na dimensão que tem em outros lugares —, eles acabaram indo lá, porque eu já tinha apresentado. Foram lá e acertaram fazer. Mas é uma participação absolutamente residual, porque é uma campanha mais de papel, não tem uma dinâmica que tem uma eleição de Capital.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O ex-tesoureiro e ex-filiado do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares, faz essa declaração que V.Exa. leu aqui, em setembro de 2005. Li a sua defesa e vi que V.Exa. informa, inclusive, que não lhe ocorreu à época, porque nem sequer havia a questão. Aí ficou uma dúvida também quanto ao fato do recebimento dos recursos, a mando de V.Exa. Entendo



que essas questões que envolvem as relações pessoais afetivas são tão delicadas que prefiro até omitir a expressão “a seu cônjuge” ou qualquer coisa assim. Mas, como o Deputado João Paulo falou que ele assumiu e pediu, o que conta é essa palavra do Deputado. Mas V.Exa., num primeiro momento, ao afirmar que a pessoa a quem V.Exa. tinha solicitado que fosse pegar os recursos também aproveitou para tratar de outros assuntos de ordem particular nessa mesma agência bancária... Mas, no primeiro momento, V.Exa., de alguma maneira, omitiu essa missão do recebimento dos tais 50 mil reais?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não omiti, Deputado Chico, porque eu estava convencido de que esse recurso era originalmente do Tesouro do PT. Portanto, não era matéria de investigação na CPI. Tanto é que...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas, quando saiu na imprensa — eu me lembro bem —, V.Exa. falou: “*A minha esposa foi lá para pagar contas*”. Não é isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não, não. A matéria do dia 12... Eu fiz a cronologia do dia 10, dia 12 de julho. Não se trata de saques. Trata-se da ida ao prédio, ida ao banco, está certo? Então, eu disse que foi... Eu tomei a iniciativa, antecipadamente, de informar que tinha ido, está certo? Quando surgiu o saque e confirmou-se que aquele saque também era objeto da investigação, eu assumi. Eu disse que não ia negar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. não tinha informações... Porque, no PT, pelo menos em boa parte de sua história — sua e do partido —, a dificuldade de recursos sempre foi muito grande. E o Sr. Delúbio, por mais competente que fosse, conseguir tantos recursos assim, causaria alguma indagação — pelo menos de V.Exa. V.Exa. nunca quis saber a origem, como ele estava viabilizando esses recursos?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Para a Tesouraria Nacional do partido, Deputado Chico Alencar, 50 mil reais não causam estranheza. Eu só sabia desses 50 mil.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Lá no Rio, pelo que me informavam, era difícil conseguir.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu sabia desses 50 mil. Eu não podia levantar dúvidas sobre 50 mil. Se V.Exa. perguntar hoje o que eu acho... Claro que eu acho que hoje é demasiado. Mas na época, não.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. nem considerou que a percepção desses recursos foi uma vantagem indevida. Bom, é claro que não sabia que a origem vinha do esquema Valério, que hoje me parece que está muito evidenciado, pelo menos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpe, Deputado Chico, mas não significa vantagem indevida. Você só tem vantagem indevida quando você compara com alguém. Nós 2 estamos disputando. Eu tenho um aporte de recursos maior do que você. Eu estou levando vantagem. Mas, neste caso, não. Era do diretório nacional para o próprio partido. Então, que vantagem? Não era processo eleitoral. Era para orientar os diretórios municipais.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas era dentro daquele famoso nicho dos recursos não contabilizados, não é?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não sei.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Porque, para receber em dinheiro no banco...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não sei, Deputado Chico. Não sei. Desculpe-me. Eu não coloquei na minha defesa. Mas veja: o PT, hoje, tem um empréstimo no Banco Rural, reconhecido, e que vai honrar, que está na contabilidade do partido, de que foi prestada conta ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse empréstimo foi feito muito próximo da data do meu saque. Então, por que a gente não pode, de repente, ter a dúvida? Será que esses 50 mil não vieram desse empréstimo oficial? Eu não pus, claro, porque eu não tenho a segurança de afirmar que consta na contabilidade do PT, a nota fiscal está no meu nome... Então, eu sei que não fecha. Mas a dúvida, olhando hoje, pode até ser pertinente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, V.Exa. mencionou aí que tomou 2 atitudes de doação para o Fome Zero — que é sempre meritória e generosa —, em relação à tal caneta e à viagem da sua assessora ao Rio. O que significa esse seu gesto? É uma espécie de autocrítica? É uma revisão de que aí houve uma medida desnecessária, que poderia ter a intencionalidade do tráfico de influência por



parte do doador? Isso foi em qual interregno? Em que espaço de tempo isso foi feito? Eu desconhecia. Estou perguntando porque eu desconhecia mesmo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Assim que se iniciou esse processo, evidentemente... É uma composição de fatores. Existe, de fato, um certo acerto de contas, vamos dizer assim; de fato, um rompimento de qualquer relação por conta daquele presente. É mostrar que eu não tenho apego absolutamente nenhum — e nem uso — a canetas *Mont Blanc*. Nunca usei, em que pese eu ter recebido, de forma carinhosa, no meu aniversário. Depois, eu fico pensando: este ano eu recebi outros presentes, de outras pessoas. Será que não era o caso de eu ter devolvido todos, mesmo deixando as pessoas magoadas? Porque, sei lá, uma pessoa que me deu presente hoje... E se, daqui a 3 anos, essa pessoa, por qualquer razão, aparecer no noticiário, no meio de qualquer irregularidade? Aliás, V.Exa. também, ou qualquer Deputado, qualquer pessoa que receba presente de aniversário. Eu, quando estava na Presidência, recebia muitos presentes, em decorrência do cargo. Ficaria desagradável... Um Deputado me leva uma gravata lá, porque foi fazer uma viagem e me trouxe uma gravata. Eu falo: desculpe, não posso receber sua gravata, porque vão interpretar que eu concedi o direito de você viajar em troca da gravata. No meu aniversário, um outro Deputado chega e me dá um quadro. Eu falo: desculpe, eu não posso aceitar o quadro, porque não sei o que vai acontecer daqui a 3 anos. Eu só queria que o Conselho considerasse isso. Agora, eu não uso *Mont Blanc*. A *Mont Blanc* que eu ganhei estava na minha casa, eu nunca tinha usado. Eu falei: “*Eu acho que faço uma coisa melhor entregando-a para o Fome Zero*”. E continuo usando as minhas canetas. Isso não vai significar um relacionamento um pouco mais profundo, em função do presente. Foi essa a intenção.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E no caso das passagens, também, para o Rio de Janeiro?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Também, também. Eu falei com a minha secretária Silvana. Achei que não era prudente manter esse fato como vínculo do relacionamento. Sugeri a ela que a gente devolvesse, e ela fez a devolução.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. não teve mais contatos com o Sr. Marco Valério, depois, quando começou esse processo todo, a partir de meados deste ano?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Agora? Em 2005?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em 2005.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tive, tive. Assim... Um contato, acho.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas já quando o processo foi deflagrado e as denúncias surgiram? Foi já após isso ou não?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi... foi no começo, no começo.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Em que sentido essa conversa?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu só liguei para saber, no começo. Conversei com ele por telefone para saber como estava e tal. Ele falou: *"Olha, têm os empréstimos. São do PT. Eu vou acertar com o Delúbio etc. etc"*. Só isso. Somente isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, V.Exa. disse que, se pudesse voltar no tempo, faria diferente. E esta é uma pergunta que eu sempre faço a todo Representado aqui: a avaliação que tem desse processo dilacerante, difícil, mas que não vem do nada, não é um raio em céu azul. No seu caso, como V.Exa. faria diferente, inclusive nas relações com o Sr. Marcos Valério? Que lições ficam sobre os procedimentos, que valem para todos nós, na vida pública?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - A grande lição é que o cargo, o ofício que a gente exerce exige um cuidado não só redobrado, mas muito mais cuidadoso com tudo. Infelizmente é isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. não considera que o Sr. Marcos Valério e os seus negócios acabaram tisonando a fronteira entre o público e o privado, tentando, através da interferência política, conquistar mais espaços? No caso do Presidente da Câmara, V.Exa. não sentiu agora, vendo fatos, inclusive, que V.Exa. afirma que eram do seu desconhecimento, que ele tinha tentáculos e vontade de montar um esquema poderoso e perene, através da intercessão entre o público e o privado, entre o interesse político e o interesse negocial?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Chico Alencar, pelos outros eu não posso responder, mas, pela Câmara, e durante o exercício da Presidência, eu posso afirmar a V.Exa. que em nenhum momento houve essa mistura de fronteira entre público e privado. Em nenhum momento. Eu atendi o Sr. Marcos Valério num café da manhã na minha casa, como eu atendi muita gente na minha casa. V.Exa. sabe que eu utilizei a residência oficial efetivamente como extensão do trabalho da Câmara. Então, era café da manhã, almoço, jantar. Aliás, vários Deputados aqui estiveram lá, em uma ocasião ou em outra. E eu recebia o Sr. Marcos Valério e qualquer outro empresário que tivesse me procurado para conversar. Eu não tenho problema nenhum. Agora, as minhas conversas são tão transparentes que nunca ele ousou falar qualquer coisa que pudesse atravessar a fronteira do público e do privado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, Sr. Presidente, uma questão que não tinha me ocorrido, mas eu tinha registrado aqui. V.Exa. mencionou um elenco de jornais, a maioria diários, de vários lugares do País, da chamada grande imprensa. Ali eram feitos informes publicitários da Câmara dos Deputados, através da agência do Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Essa relação, claro, como tudo na sua gestão, é pública?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É pública. Foi assim, Deputado Chico Alencar: só listei esses outros jornais porque na minha defesa constam os maiores valores. Se V.Exa. reparar, dos 7 milhões e 300 mil, 2 milhões e 800 são para a Rede Globo. Depois vêm *SBT*, *Record*, *TV Bandeirantes* etc. Depois vêm *Veja*, *ISTOÉ*, *Época* etc. Depois vêm *Folha de S.Paulo*, *Estado*, *Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio Braziliense* etc. Esses jornais — são em torno de 150 jornais regionais — não estão licitados, evidentemente. Então, só para corroborar com o meu raciocínio de que houve uma distribuição de recurso pelo conjunto do País, divulgando a Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E a empresa? Além do contrato geral que tinha, ela tinha comissões nesses anúncios?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Aí eu desconheço, Deputado.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos suspender a reunião por 3 minutos, a pedido do Deputado João Paulo. *(Pausa.)*

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Está reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente; nobre Relator, Deputado Cezar Schirmer; nobre Deputado João Paulo; senhor advogado e nobres colegas: eu creio, Sr. Deputado João Paulo, que o nobre Relator foi exaustivo nas indagações e nos quesitos que formulou, e com muita proficiência e profundidade. Eu creio que vou querer explorar alguns intervalos de questionamentos para a obtenção de alguns esclarecimentos, pelo menos para meu uso pessoal. Mas gostaria de fazer também, preliminarmente, um registro, nesta hora em que a Casa está vivendo um instante de certa inquietação, perplexidade e indignação diante dos fatos que ocorrem neste cenário político e também envolvendo a apreciação de processos na instância judicial.

Eu acho que é importante que os eminentes Ministros da Corte Suprema compreendam bem o papel, a missão e a função deste Conselho. Aqui já se disse repetidamente que nós somos magistrados. Aqui ninguém é advogado de acusação nem de defesa. Aqui ninguém é promotor de justiça. Aqui ninguém está vestindo a camisa de um partido político.

Se alguns eminentes Ministros compreenderam em plenitude a singularidade deste Conselho, alguns outros, no entanto, não a perceberam com nitidez. Mas a matéria está ainda *sub judice*, e eu espero que o eminente Ministro Sepúlveda Pertence, um dos mais ilustres juristas deste País, homem de profunda sensibilidade e sabedoria jurídica e política, tendo em suas mãos a oportunidade de manifestar-se ao final, possa estar bem ciente.

Creio que o pronunciamento do Relator, no Supremo, traz, sem dúvida alguma, em inteireza o sentimento vivo do que representa esta Casa, em particular num processo político de julgamento de um parlamentar.

Aqui não existem testemunhas de acusação. Qualquer Parlamentar membro do Conselho pode indicar o nome de alguém para aqui comparecer para



testemunhar, para contribuir com a investigação da verdade. Não apenas o Relator, não apenas o Representado ou seu advogado podem indicar testemunhas, mas qualquer um de nós pode. E, com a audiência do plenário, poderemos ter a presença de alguém. Não dispomos do poder coercitivo para que alguém aqui compareça. Por isso, não podemos estabelecer ordem seqüencial de testemunha “a”, “b” ou “c”.

Então, é diferente do processo judicial. É muito diferente do processo penal, criminal. O Supremo Tribunal tem de firmar uma decisão que não crie transtorno nas relações institucionais e entre os Poderes da República. Quando, aqui, vamos deliberar sobre temas do interesse do Poder Judiciário, nós nos cercamos de todas as cautelas para evitar qualquer tipo de animosidade nas relações, mesmo com as prerrogativas nossas invioláveis, que temos de preservar. Mas, quando tratamos da reforma do Poder Judiciário, dialogamos intensamente com o Poder Judiciário. E não fizemos nada que pudesse colocar em risco essas relações entre os Poderes da República. Nós temos de esperar que não haja uma decisão que venha trazer qualquer tipo de conflagração nessas relações, porque não ajuda para a democracia nem para o respeito da sociedade aos Poderes constituídos da República.

Não poderia deixar — peço perdão — de fazer este registro, neste ambiente que estamos, distante da refrega político-partidária, que pode naturalmente acontecer no plenário da Casa.

Aqui V.Exa. é de um partido, não importa, porque V.Exa. é um parlamentar que vem cumprir uma missão também. Sua história, que nós conhecemos, seja como Deputado de bancada, como Líder de partido e, mais ainda, como Presidente da Instituição, nela, confesso, na nossa convivência, sem sermos amigos, sem termos essa intimidade, nunca percebi qualquer nota que pudesse suspeitar da sua conduta, da sua honestidade. Mas, aqui, temos de explorar e chegar a um resultado.

Com muita propriedade, o nobre Relator foi incisivo e insistente em querer questionar as relações de V.Exa. com o Sr. Marcos Valério. Essa intensidade da relação. Creio que as pessoas podem ser amigas, mas têm de separar os campos para impedir que qualquer tipo de tráfico de influência, qualquer ação nociva na relação possa contaminar a conduta, o nome e a reputação de qualquer pessoa.



Naquela época, o Sr. Marcos Valério não era essa figura famigerada que se conhece e que a sociedade toda repele. Creio que não havia, naquele momento, qualquer nota desabonadora da sua conduta. Pergunto: V.Exa. conhecia alguma coisa a respeito de algo antiético do Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, eu confesso que não vejo nada de errado em que pudessem ser até amigos. Claro que a sua secretária talvez fosse mais amiga do que V.Exa., ao receber aquele presente. Creio que talvez não fosse adequado que ela aceitasse o presente, mas ela não está em causa.

Nós temos aí a questão dos 50 mil reais. Havia uma versão de 200 mil, mas V.Exa. declara que foram 50, que sua mulher recebeu, sua esposa. V.Exa. diz que esse dinheiro, para o seu conhecimento, a sua convicção, era de uma fonte, que era o seu partido, a despeito do recibo assinado por sua esposa. V.Exa. teve, de imediato, conhecimento do teor do recibo, quando ela recebeu o dinheiro? Ela lhe comunicou?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não. Esse dinheiro, V.Exa. declara e comprova que foi utilizado para pagamento de pesquisas. O recibo, o comprovante do pagamento, ou os comprovantes, estão acostados ao processo?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Na realidade, são 2 tipos de comprovantes, Deputado Jairo Carneiro. Temos o comprovante fiscal, que são as notas fiscais, e tem uma declaração do Instituto, que afirma que foram executadas aquelas pesquisas, as respectivas notas, os respectivos valores e as respectivas datas assinadas por um dos donos do Instituto.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E os originais das notas fiscais estão onde?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - São do poder da empresa prestadora do serviço? Os originais das notas fiscais da prestação de serviços estão onde?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - As notas fiscais foram emitidas contra quem, em nome de quem?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Contra o Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, e V.Exa. não tem as notas fiscais guardadas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não tenho, não tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E não sabe onde estarão essas notas fiscais?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, com certeza. São 2 anos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estariam com o pagador das despesas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Também não, também não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, acha difícil localizar essas notas fiscais?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - As originais?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, Deputado, V.Exa. pode acreditar ou não, mas eu persegui muito, procurei muito, mas não encontramos. Tanto é que...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Como obteve essas cópias?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Através do Instituto, através do Instituto.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Do Instituto?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu creio que é importante um debate que se deve travar aqui neste Conselho — lamento que não tenhamos outras presenças de nobres Conselheiros — sobre esse tipo de recebimento de recursos financeiros, porque, sem dúvida alguma, é uma forma inadequada ou irregular de recebimento de recursos.



Não quero dizer que o fato de o recebimento ser irregular possa, de per si, produzir um efeito, uma conseqüência, para imputar, de imediato, a alguém uma responsabilidade determinada. Vai ser muito importante que construamos... Somos um órgão julgador e temos de construir aqui em função das lacunas, das omissões da lei ou das leituras e interpretações que a lei enseja.

Se o recurso foi recebido de forma irregular... E foi, apesar de V.Exa. ter convicção de que a fonte era legítima, e seria do seu partido. E o uso do dinheiro também é outra ponta que merece investigação e análise de todos nós. V.Exa. disse que foi para pagamento de pesquisas e prova que foi assim. Então, V.Exa. diz: *“Esse dinheiro não foi para me locupletar ilicitamente”*. Não foi um dinheiro com uma vantagem ilícita para o seu enriquecimento pessoal. Prova como foi gasto o dinheiro, prova que o dinheiro foi utilizado não em campanha eleitoral. Acho que esse é um dado relevante também nos estudos que temos de enfrentar, em vários processos.

Tenho uma decisão de um juiz eleitoral da Bahia, de poucos dias atrás, que, em sua sentença, determina a cassação ou o cancelamento da diplomação de um Prefeito eleito, assegurando ao segundo colocado assumir o mandato, porque não contabilizou recursos recebidos na sua prestação de contas de campanha e recursos utilizados na sua campanha, ou financeiros ou em bens materiais: camisetas e outras doações que recebeu e que usou na campanha de Prefeito. Quero despertar a importância do debate entre nós para esses tipos de questões.

Claro que a decisão do juiz está sujeita à revisão, mas está muito bem fundamentada, porque diz que o dinheiro foi usado para a campanha eleitoral, contaminou o equilíbrio e a isonomia da disputa e configura uma forma de abuso do poder econômico, influenciando no resultado do pleito. Por isso, essa sentença, essa condenação.

Esse dinheiro, repito, para mim, é obtido de forma irregular. Mesmo que a fonte seja legítima e o uso não seja ilícito, esse dinheiro foi usado fora de campanha.

Mas também quero admitir, para a minha convicção, sujeita à revisão do debate que estabelecermos... Quero também admitir uma outra situação em que algum dinheiro tenha sido recebido antes da campanha, até 1 ano antes da campanha, mas que tenha sido dinheiro arrecadado para a campanha que vai acontecer 1 ano depois. E também, nessa situação, para mim... entendo que alguém



terá de sofrer uma sanção, porque pode haver uma periodicidade do recebimento, que é a preparação do caixa para sua campanha, 1 ano depois. Ou pode ser uma soma de vulto que, de uma vez só, é bastante para que o cidadão diga: já estou preparado para, no próximo ano, enfrentar minha campanha. Também, se alguém investigar, constatar e comprovar esse tipo de ilícito, essa pessoa terá de sofrer uma punição, mesmo após eleita.

E aqui teremos de investigar, porque, num parecer do eminente baiano e saudoso jurista Senador Josaphaf Marinho, no Senado da República, S.Exa. já defendeu essa tese, que foi aprovada na Comissão de Justiça do Senado: mesmo fatos anteriores ao exercício do mandato podem e devem ser investigados e podem suscitar uma condenação daquele que venha a ser eleito depois, com dinheiro ou com outros atos ilícitos praticados, de corrupção, de envolvimento com máfia, com tráfico etc.

Então, penso que não poderia deixar, nobre Relator, de fazer essas provocações. Está nas mãos de V.Exa. essa responsabilidade, e de todos nós. Mas eu acho que é importante que a gente aprofunde esse debate, porque, para mim, repito, que também para mim é convencimento de todos, cada caso é um caso, cada processo é um processo. Não podemos ter uma decisão única e uniforme para todas as situações, porque elas são diferenciadas e já vimos isso aqui. E já absolvemos ou propusemos absolvição e já propusemos a condenação. A crítica que se repete sobre o relatório que põe tudo num pacote só, da Comissão de Sindicância, de não se manifestar em cada caso de *per si*, fazer um pacote como todos fossem iguais em situações e remeter para a Mesa, propondo a abertura dos processos de perda de mandato de todos, indistintamente. Também considero um erro. E a Mesa deveria também ter as suas cautelas. Mas eu prossigo — mas queria deixar isso aqui como uma singela contribuição para os nossos debates. Eu pergunto se... A questão do dinheiro, V.Exa. já deu as suas explicações. Claro, nós temos de avaliar isso a fundo. A origem que entende que seria do seu partido, que nunca imaginou, nem concebeu, nem teve ciência de que o dinheiro era de outra fonte, e o dinheiro que foi usado para pagamento de pesquisas, numa época não eleitoral, e de um valor que é a expressão de 50 mil reais.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Jairo, me permita V.Exa. que, ao trazer para o debate a experiência ou a decisão do juiz da Bahia sobre uma disputa municipal, eu não queria deixar aqui registrado como se fossem casos análogos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, não. Não é. A referência apenas é para suscitar...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O.k. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... no Conselho o debate sobre situações. Então, se o cidadão candidato recebeu camisetas e não declarou na prestação de contas, se recebeu outros bens materiais, se recebeu algum dinheiro e nada disso constou da prestação de contas da campanha e foi usado na prestação de contas, para mim contamina o resultado do pleito, e ele tem de sofrer aquela condenação. Como se um cidadão ainda não Parlamentar, ou mais ainda se Parlamentar, receber recursos desse modo para utilizar na sua campanha ou de outrem — ou de outrem —, ele terá de pagar um preço por isso. Porque a vantagem aí é indevida e é em favor de si próprio, ou de outrem, na campanha, alterando a relação de equilíbrio da disputa eleitoral, ferindo os preceitos e princípios sagrados da democracia, da disputa democrática e configurando abuso de poder econômico, que tem de ser sancionado pela Justiça Eleitoral. Sobre a licitação, eu pergunto...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. me permite, eminente Deputado? Eu gostaria de fazer uma pequena pergunta ao Deputado João Paulo, que é a seguinte — à luz do que V.Exa. trouxe: os 4 candidatos a Prefeito do PT nas cidades referidas — Osasco, Cotia, Jandira e Carapicuíba — tiveram acesso a essas pesquisas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Primeiramente, Deputado Cezar Schirmer, não havia candidatos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - A pesquisa colocou nomes, óbvio.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Colocou nomes, mas não havia candidatos.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sim, mas eles tiveram acesso à pesquisa?



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tiveram acesso não só eles, como os diretórios municipais, ou várias pessoas de diretórios municipais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. recebeu alguma ajuda, alguma contribuição ou doação do Sr. Marcos Valério ou de suas empresas, para alguma campanha política sua ou de algum correligionário seu?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A licitação, a composição da Comissão, havia uma Comissão permanente ou foi constituída uma Comissão especial?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não sei... Desculpe, Deputado Jairo, a minha ignorância. Eu não sei exatamente como funciona, mas a minha impressão é de que uma parte da Comissão, o Presidente era da Comissão Permanente, e aí foram agregados da Consultoria da Casa técnicos especializados na área de comunicação e mais um responsável pela área, que era o Sr. Márcio Araújo. Então, era uma composição que partia do Presidente da Comissão Parlamentar de Licitação, mas com outras pessoas agregadas que eu não tive nenhum conhecimento.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Agora, como é que entra o Sr. Márcio Araújo na Comissão?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Porque sendo — quer dizer, eu imagino, na minha opinião aqui, não sei — responsável pelo setor, tendo organizado, formulado e consolidado todo o debate havido naquele período e recuperado toda história da comunicação da Câmara, evidentemente que ele precisava participar para poder colaborar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele era o Presidente da Comissão?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas era membro da Comissão?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ele era membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O resultado da licitação foi questionado administrativamente ou judicialmente?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Tenho a impressão de que não. Deputado, tenho a impressão de que não.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O Dr. Sérgio poderia dar um esclarecimento, se for necessário, para o Relator?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não. Eu posso buscar essa informação e ofereço ao Relator.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. Acho que é importante.

Quanto ao valor que o Deputado, o nobre Relator, cogitou, eu tenho uma primeira pergunta: o valor do novo contrato, em relação ao contrato da empresa que antecedeu, foi superior?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, senhor. Foi o mesmo valor. Em 2003, o contrato que remanesceu de 2002 era um contrato de 4,5 milhões semestrais; o contrato de 2004 foi um contrato de 9 milhões ao ano.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, o contrato anterior foram 9 milhões?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Também.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nove milhões.

Agora, não sei se o Relator tem informação ou se V.Exa., qual foi o valor da proposta original da empresa vencedora? SMP&B ou DNA? Tem essa informação, nobre Relator?

Desculpe, V.Exa. poderia...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O valor original?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Da proposta da empresa vencedora.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu tenho aqui. Posso lhe dar daqui a pouco.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Está bem. Seria interessante essa informação.

Depois eles reduziram o valor...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu queria ainda agregar a V.Exa., se V.Exa. me permitir. O Secretário de Comunicação da Câmara,...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Márcio Araújo.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... Márcio Araújo, indicado pelo eminente Presidente, nos votos da Comissão de Licitação, composta por 5



integrantes, a nota mais alta dada à SMP&B foi a do Sr. Márcio Marques de Araújo. O processo licitatório. Tenho, aqui, em mãos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Na parte da nota técnica.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Nota técnica. E como os valores dessa empresa ficou em terceiro lugar, lhe foi oferecida a possibilidade de, compatibilizando o seu preço ao preço...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Da primeira.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ...da outra proposta, da segunda proposta, da primeira, melhor dizendo, eles concordariam em escolher essa aí: SMP&B. Ela aceitou.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Acho que é importante...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Depois foi aditivado o contrato e o valor, não exatamente o mesmo, porque é um percentual. O contrato, depois de aditivado, voltou ao valor original da proposta que, do ponto de vista do preço, havia ficado em terceiro lugar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Acho que é importante a informação sobre se houve questionamento ou impugnação do resultado do processo licitatório. Repito: a importância da informação sobre impugnação ou questionamento do resultado do processo licitatório — isso é muito importante —, seja administrativamente ou judicialmente.

Por informação dada pelo nobre Relator, o aditivo foi de 3 milhões, 800 e alguma coisa. E por informação de V.Exa., Deputado João Paulo, o gasto total com a empresa atingiu 10 milhões e 700.

Peço a atenção de V.Exa., Deputado João Paulo. Por informação, o contrato foi de 9 milhões, mais um aditivo de 3 e 800. Então, seriam 12 e 800 e fração. E, por uma declaração de V.Exa., Deputado João Paulo, o gasto total foi de 10 milhões e 700. Está havendo, então, uma diferença de informação entre a sua e a do nobre Relator. V.Exa. disse que gastou 10 e 700.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deixa eu explicar, Deputado. Primeiro, Deputado Jairo Carneiro, com a permissão, aqui, do Relator, eu sou neófito nesse assunto, mas enfim... Veja bem. Vamos pegar aqui para V.Exa. perceber que é uma questão de sensibilidade e é um fio de navalha.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe. O que eu quero alcançar?
O que eu quero alcançar...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, eu vou explicar a V.Exa.
Não, eu vou chegar, vou chegar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... é se a empresa...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não. Eu vou, eu vou
chegar. Vou chegar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, vamos lá.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O Deputado Cezar Schirmer, ao
se reportar à idéia criativa, que é a parte que conta muito na nota fiscal... Veja bem.
É uma coisa tão sensível, tão fio da navalha que... Veja. O Márcio foi que deu... O
Márcio Marques de Araújo foi a que deu a maior nota. Ele deu...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não. Eu peço desculpas a V.Exa.
Para mim...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... é fundamental saber se houve
questionamento ou impugnação do resultado da licitação.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não. Mas eu queria... Só
para a gente entender...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu não irei discutir esses detalhes...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Eu sei, Deputado. Porque
dá a impressão...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Se houve questionamento, aí, sim, é
que eu me aprofundo. Se não houve questionamento, eu não vou discutir a questão.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não houve questionamento.
Entretanto, só para V.Exa...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. ficou de trazer a informação.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - ... ter a informação. A nota dada
pelo Sr. Márcio foi 27.3; o segundo foi 26.7. Ou seja, é uma margem tão pequena ali
que, nessa questão...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Para mim não é relevante discutir
isso agora, nobre Representado. Perdoe-me. Vamos ganhar tempo.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O fundamental é saber se houve questionamento ou não houve questionamento...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu só quero dizer a V.Exa. que citou...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...quanto à licitude do procedimento, à legalidade do procedimento. Isso é que é fundamental.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Não houve.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É porque eu sou Bacharel em Direito; V.Exa. não é. (*Risos.*) Vamos em frente. Eu quero agora falar sobre o seguinte...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deixe eu só tentar recuperar. Não, não. Eu vou falar sobre o aditamento, que V.Exa. perguntou.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, mas deixe eu completar a idéia para V.Exa. falar. Nove milhões é o contrato; 3 e 800 e alguma coisa é o aditivo: dá 12 e 800 e tanto. V.Exa. declarou aí, em seu depoimento, que gastou 10 e 700. Era importante confirmar que o gasto total foi de 10 e 700. Se foram 10 e 700, eu quero dizer que a sustentação de uma tese de que se procurou favorecer aquela empresa com o aditamento, eu creio que enfraquece a tese. Não sou advogado de defesa de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sei. Entendi.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - No momento em que, com o aditivo, restaura o valor original da proposta da SMP&B, mas no final das contas gastou 10 e 700, ela não recuperou o valor da sua proposta original no liquidado, no realizado, no executado. É este o argumento que eu quero levantar. Por isso que é importante saber se realmente foram gastos 10 e 700.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O contrato para o ano de 2004 correspondia a 9 milhões. A Câmara executou 10 milhões e 700 mil. O aditamento providenciado pela Casa foi de 1 milhão e 700 mil. O segundo aditamento, ainda assinado por este Presidente...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Foi de prazo?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - ... foi um aditamento somente de prazo.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. Está bom. Se for necessário, os dados da Casa poderão estar disponíveis para o Relator...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... e para nós, do gasto efetivado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso. O.k.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Desculpe V.Exa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - À vontade.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Para nosso esclarecimento. Há 3 questões nessas... É o valor do contrato, o valor empenhado e o valor...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Realizado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... gasto e pago, o realizado. Então, o valor... Não é hora, mas eu posso informar a V.Exa. que no contrato da Denison, anterior ao eminente Presidente, o valor era o mesmo do contrato.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - A diferença entre um e outro é no empenho e no realizado. Isso eu vou poder mostrar a V.Exas., se quiserem.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse é um número, um detalhe, mas...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tudo bem. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... está disponível.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É importante.

Eu consulto se a parte do Sr. Luís Costa Pinto se integrava no valor do contrato com a SMP&B?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Se integrava.

Ele exerceu algum cargo de confiança na sua gestão, Luís Costa Pinto?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu estou... Eu tenho a impressão de que não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Porque, veja bem. Ele era titular de uma empresa: Idéias...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É. Exato.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E era subcontratado...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... da SMP&B no pacote do contrato da publicidade?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Não foi, não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então é importante essa informação.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não foi. Não teve. Não teve.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas então V.Exa. poderia trazer a informação.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não. Eu estou afirmando. Não teve.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas é importante trazê-la, até uma declaração dele.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Do quê?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - De que ele não exercia cargo de confiança.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O.k., O.k.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - De livre nomeação e designação.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O.k., O.k.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Porque, senão, para mim comprometeria ele ao mesmo tempo ser um auxiliar da confiança e ao mesmo tempo ele ser um prestador de serviço.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É muito primário.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. sabe declarar se o contrato com a empresa de publicidade permitiria subcontratações? O edital e o contrato permitiam subcontratações? Se não sabe responder, também peço que traga a informação.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Posso responder a V.Exa., se interessa. Isso permitia até um limite, que eu não tenho preciso, parece que 49 vírgula não sei o que, está no contrato.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Está no contrato?



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - E, na verdade, pela informação que se tem, é que foi subcontratado acima do limite estabelecido no contrato. Pela informação que eu tenho, não precisa, 99,9% do contrato foi subcontratado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu estou concluindo para indagar sobre este relatório do TCU, se ele é conhecido de V.Exa. ou do nobre Relator e o que apontaria quanto à sua gestão, mesmo sendo preliminar, e sendo preliminar também é algo sujeito à confirmação. Mas, de qualquer sorte, se é disponível esse relatório, se ele estabelece algum tipo de reparos, de proposta de correções, de aplicação de algum tipo de sanção?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Vou aproveitar a pergunta de V.Exa. e informar que quem solicitou a auditoria do TCU nesse contrato — Relator Cezar Schirmer —, quem solicitou a auditoria do TCU nesse contrato fui eu, foi este Deputado que solicitou, eu mesmo que solicitei. Eu não tive acesso oficialmente a esse contrato ainda. Todas as informações são informações da imprensa. Eu tomei o cuidado de imediatamente à publicação deste contrato de remeter à CPMI porque a imprensa, a matéria dizia o seguinte, que o TCU teria feito isso, isso, documentos vazados da CPI. Aí eu solicitei para a CPI — a CPI não me mandou ainda —, já faz mais de mês. Aliás, 2 meses. A CPI não me mandou se tem ... Aliás, sequer respondeu se tem ou não o contrato. Então, eu não tive acesso oficialmente ao contrato. Como funciona — V.Exa. é Bacharel em Direito, experiente, foi Secretário de Estado, sabe —, como funciona a análise das contas ou de um contrato do TCU? Faz-se uma análise preliminar, notifica as pessoas que porventura eram, porventura não, que eram responsáveis pela aquela área ou por aquele contrato, aguarda o contraditório, aguarda as informações sobre aquilo que está apontado pelo TCU, faz uma nova análise — o órgão técnico, remete-se ao Pleno, antes de ir ao Pleno, o Ministro-Relator ou, no caso do Estado, o Conselheiro-Relator emite a sua opinião, muitas vezes o Conselheiro ou o Ministro têm opinião diferente do órgão técnico — muitas vezes —, vota-se no Pleno. Somente posteriormente à votação no Pleno é que se torna público. Mesmo com o Pleno votando no TCU, ou nos TCEs, mesmo assim, ainda cabe recurso. V.Exa. sabe, V.Exa. sabe. Então, eu não posso ser condenado já por um contrato que sequer tive conhecimento. O.k.?



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O.k. V.Exa. tem conta no Banco Rural?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - *(Risos.)* Não, Deputado. Não. Só tenho conta no Banco do Brasil e uma conta no BANESPA de São Paulo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E recebeu alguma ajuda do Banco Rural para suas campanhas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Permita-me, Sr. Presidente. Só para... Eminente ...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpa, Deputado Jairo Carneiro, fui alertado aqui que tenho uma conta na Caixa Econômica Federal também e que recebi uma contribuição do Banco ABN AMRO Bank. Recebi uma contribuição para minha campanha do ABN.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Deputado Jairo Carneiro, para esclarecer a V.Exa., eu tenho aqui o relatório preliminar do Tribunal de Contas da União, que diz o seguinte, relativamente à...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Relator, só um instantinho. Esse relatório preliminar é do órgão técnico ou do Ministro Relator?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É o relatório preliminar...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Do órgão técnico?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Do órgão técnico, que aliás está na Casa e também que será acostado aos autos: *(Trecho retirado das notas taquigráficas por determinação da Presidência do Conselho.)* Eu não estou querendo manifestar juízo, estou só lendo o que está...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Relator, V.Exa. conseguiu esse relatório em que órgão da Câmara?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Não foi da Câmara.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Então, de onde V.Exa. conseguiu esse relatório?

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Esse aqui está nos autos.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Nos autos?



O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - É. Ou da CPI ou da...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Desculpa, eu tenho a lista dos autos aqui e não consta.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Da CPI.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, nem da CPI.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Ou da Comissão de Sindicância.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Também não consta.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu não posso responder a V.Exa. agora.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Há 60 dias que eu pedi e não tive resposta.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu pediria licença, nobre Relator, nobre Presidente, ainda para uma indagação final. Se não souber, seria importante a Direção da Comissão pedir a informação ao setor da Casa. Quem faz o acompanhamento da execução do contrato? Quem faz o acompanhamento da execução do contrato? Quem atesta as faturas? Quem autoriza o pagamento, nobre Representado? Considero importante trazer informações ao processo. Qual o setor da Casa que faz o acompanhamento da execução do contrato? Quem atesta as faturas? Quem autoriza a subcontratação? E quem autoriza o pagamento?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Sr. Relator me permita e o Sr. Presidente. Percebo que o nobre Deputado João Paulo Cunha não tem os documentos e alega que na documentação à qual ele foi notificado esses documentos não acompanhavam. Então, eu sugiro que seja feita a entrega dessa cópia.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Orlando Fantazzini, permita-me V.Exa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu estou aqui com o acompanhamento do TCU. Isso aqui é de ontem. O processo está lá ainda, salvo engano. Está aqui: 18/11. O Sr. Márcio Marques de Araújo requisita alguma informação lá. Mas está aqui, eu passo às mãos do Relator.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu estou fazendo essa colocação, Deputado João Paulo, até porque obviamente há indagações sobre esse documento e, para garantir a defesa, a defesa tinha que ter conhecimento prévio do documento, e que o Relator peça que seja excluído dos questionamentos toda e qualquer indagação utilizada, fruto desse documento, para que não tenhamos nulidades futuras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Esta Presidência tem o poder de fazê-lo, nobre Deputado. E autoriza, desde já, que das notas taquigráficas não conste como registro o relatório do Tribunal de Contas da União, que foi lido pelo nobre Relator.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eminente Presidente, apenas para registro. Se eventualmente esse documento não estiver incorporado aos autos do processo. Porque, na verdade, esse documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Que fique registrado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - ... ele foi manuseado, digamos, foi discutido na Corregedoria desta Casa, quando os autos para aqui vieram. Mas apenas como registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Que fique registrada a ressalva do nobre Relator.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, eu poderia dar um esclarecimento como contribuição também? Evidentemente que o Relator tem a cópia desse documento e ele foi retirado de algum lugar. Eu acho que ele devia ter a segurança, na minha visão, de dizer de onde saiu esse documento, porque toda documentação da Comissão de Sindicância, da qual eu fui membro, foi encaminhada exatamente ao Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - De qualquer forma, a Presidência constata a sua preocupação em ressaltar o direito do cliente, do Representado. É o hábito. É o hábito.

O SR. ALBERTO ZACHARIAS TORON - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra a Deputada Angela Guadagnin.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado João Paulo, o Relator foi muito detalhista, criterioso nas suas indagações com o intuito de realmente esclarecer todas as dúvidas que possam ter sido levantadas ou por declarações feitas na imprensa ou por declarações feitas nos depoimentos na CPI, na Corregedoria ou em qualquer outra situação.

Algumas das coisas que eu tinha até me preparado para perguntar já foram perguntadas ou pelo Relator, ou pelos outros Deputados, que é a questão da ida da sua esposa ao banco, se tinha sido realmente 2 vezes, ou 1 vez, conforme teve uma discussão aqui, mas depois o senhor declarou, ficou claro que foi 1 vez só.

Também disse na questão da pesquisa de momento eleitoral, que o senhor afirmou que fez a pesquisa para 4 cidades da região de Osasco, mas que o senhor não era candidato e, então, não poderia ser configurado caixa 2. E que nem o senhor estava em campanha e que nem era campanha naquele momento daquelas pessoas, daquelas cidades. No caso seria uma avaliação de liderança, de impacto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Por favor, peço silêncio ao Plenário, aos assistentes. Por favor.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - ... de impacto eleitoral de cada um dos candidatos que estavam naquele momento na pré-disputa ou surgindo, aparecendo nas disputas municipais. Também uma outra pergunta que eu ia fazer é essa questão da data, da questão de não estar em campanha, da campanha das outras pessoas.

Eu tinha também anotado para fazer uma pergunta a respeito da questão dos 200 mil, porque ficou uma dúvida da imprensa, quando colocados 50 mil, 200 mil por várias vezes. Teve esse questionamento. O senhor clareou, afirmou, deixou claro para a gente até por conta das próprias declarações do Sr. Marcos Valério e do Delúbio também. O Marcos Valério afirmou que eram 50 . Corrigiu.

Eu também ia indagar, mas já foi várias vezes repetida pelo senhor, a questão do acesso aos recursos, em que o senhor afirmou que os recursos foram solicitados ao tesoureiro do seu partido e que a informação para ir ao Banco Rural pegar esse recurso solicitado e autorizado foi pelo Sr. Delúbio, tesoureiro do seu partido, e que o senhor não tinha conhecimento da fonte. Então essa é uma afirmação que o senhor reafirma aqui.



Bom, há outra questão que agora surgiu uma polêmica maior, que é a questão do contrato. Eu ia perguntar se o senhor teria a informação do resultado da auditoria e do TCU, que também gerou alguns questionamentos e até agora virou uma grande discussão: de onde veio o documento, se sabia ou não sabia. E o senhor afirmou que inclusive pediu, já solicitou as informações, que não foram ainda remetidas ao senhor e, no entanto, eram do conhecimento do Relator e já foi até tirada das notas taquigráficas do seu depoimento. Eu ia perguntar em relação ao valor do contrato — porque, inclusive assim, quando colocado, apesar de ter sido retirado o relatório inicial do órgão técnico do TCU de que seria 99% gastos em subcontratações —, se o senhor tem conhecimento de que normalmente, ao ser contratada uma empresa, se ela faz todos os passos da cadeia da comunicação desde o momento da solicitação daquele papel, daquele filme, daquele projeto, até o final. Ou se o senhor tem conhecimento de que normalmente uma empresa de comunicação é contratada e subcontrata para fazer um vídeo, para fazer um *folder*, para fazer tanto a parte do imaginário, do que é feito em termos de arte e depois do que é feito em termos de publicação. E também se o senhor sabe ou sabia dessa questão da subcontratação pelas empresas. Quem faz o veículo de comunicação, quem faz a contratação do veículo de comunicação é a Câmara ou é a empresa contratada? Então, eu queria que o senhor esclarecesse um pouquinho isso para a gente.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputada Angela, evidentemente que eu estava, durante a administração da Câmara (*O Presidente faz soar as campainhas.*) Evidentemente que eu estava um tanto distante do cotidiano. Então, têm muitas coisas do dia-a-dia da administração da Casa que eu não tenho pleno conhecimento. Mas permita aqui, com todo respeito ao Relator, colocar um dado para reflexão de nós Deputados e de quem está assistindo isso aqui. Quando se coloca que 99% foi terceirizado, dá-se a impressão de que é 99% de 10 milhões e 700. Eu não queria nem fazer isso aqui, eu não conheço, mas eu estou querendo fazer um exercício com os senhores. Se eu afirmei que 7 milhões e 300 mil dos 10 milhões e 700 foram destinados à veiculação, evidentemente que não é 99% do valor total. Está certo? Se 7 milhões e 300 foram gastos com veiculação, é evidente que não foram 99% dos 10 milhões, porque senão dá a impressão de que é o



seguinte: o cara só ficou administrando o recurso. Do remanescente, você tem 700 mil, que eu acabei de dizer, que nós gastamos na pesquisa. Você tem outros tipos de campanha: Visite a Câmara, Carta Resposta etc etc etc. Então, você vai reduzindo. Vamos ver: 99% do quê? Pois bem. Nós fizemos todos os auditórios novos da *TV Câmara*. A agência precisa ter encanador, a agência tem que ter pedreiro, a agência tem que ter pintor, porque está lá, o estúdio está lá. É natural que a agência contrate isso. É natural que a agência contrate. Então, há uma parte do contrato... Estou falando aqui mais de curioso, fruto da reflexão que nós estamos fazendo. Veja: é evidente que uma parte disso tem que ser elaborada. Vamos supor, se você vai fazer um filme que exige uma gravação de cinema, nós não temos condição aqui. Então, você... É evidente que você contrata isso para você botar uma qualidade — eu nem sei nem se tem ou se não tem, não é isso que estou dizendo, estou dando como exemplo —, para você botar um comercial com qualidade melhor. Então, é natural que tenha. Por isso que eu queria uma certa cautela na análise do que são esses 90 ... Então, eu preciso tomar conhecimento do relatório. O setor da Casa, o Dr. Sérgio Sampaio, Diretor-Geral, o Sr. Márcio Araújo, da época, o atual Secretário de Comunicação vão ter que responder também. Nós vamos responder. Não quero remeter a responsabilidade para eles, eu quero ter responsabilidade, podem colocar sobre as minhas costas, não há nenhum problema, não quero tirar essa responsabilidade minha. Mas eu tenho de saber exatamente o que é, para poder informar V.Exas. o que realmente significa isso.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Outra coisa que eu acho importante... Inclusive agora há pouco o Deputado Orlando Fantazzini e eu fomos solicitados para fazer uma entrevista sobre os depoimentos do Deputado João Paulo. E quando a gente observa que algumas declarações do Deputado são consideradas ainda com dúvida, que não ficaram claras, eu acho importante que a gente as refaça. Porque inclusive agora eu fiz essa afirmação: estamos às 15h13min, nós não sabemos se está chovendo, se está sol, se tem um eclipse do sol e ficou noite. Mas nós calculamos que, por essa hora, normalmente é dia, mesmo que esteja chovendo. Mas as luzes todas estão acesas. Nós não poderíamos concluir que, já que as luzes estão acesas, é de noite, porque nesta Casa nós não temos janelas para o exterior. Então, às vezes, afirmações feitas



levam a esse tipo de ilação. E, por isso, fiz toda essa conversa, para procurar solicitar que o senhor refaça ou reforce as suas informações.

Que dia o senhor tomou café da manhã em sua residência com o Sr. Marcos Valério?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Três do nove.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Três de setembro. Que dia que sua esposa pegou o dinheiro no banco?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Quatro do nove.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor se recorda que dia, em que oportunidade o senhor solicitou ao Sr. Delúbio esses recursos para pesquisa lá na região do ABC?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, mais de uma vez, se... há 2 meses antes, no mínimo, de confirmar o saque.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor se lembra em que data o Delúbio informou isso ao senhor?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, foi próximo do dia 4, eu não sei precisar.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Tá. Não pode precisar se foi no mesmo dia 4 nem na véspera.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - É. Da mesma forma que eu não consigo precisar o dia que eu solicitei para ele, porque foi mais de uma ocasião.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Lógico. Tá. Certo. Essa pergunta eu fiz exatamente para poder deixar claro se tem ou não alguma relação, porque o senhor informou, na sua declaração, que, nesse café da manhã, ele queria lhe dar um abraço, cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, e que o senhor negou que tivesse tratado de qualquer assunto sobre contratos ou sobre concorrência ou sobre recursos do PT ou sobre qualquer outra coisa. O senhor já afirmou aqui. E eu queria fazer essa pergunta, estou refazendo-a exatamente para o senhor deixar muito claro, para não haver possivelmente, no futuro, qualquer ilação sobre essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, a Deputada Ann Pontes sofreu recentemente uma cirurgia e ela, em breve, terá de tomar seus medicamentos, e eu cedo a vez a ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com grande prazer.

Deputada Ann Pontes, por favor.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu teria cedido o lugar. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Não, muito obrigada, Deputado. *(Risos.)* Definitivamente, não.

Vou ser bastante objetiva, vou tentar falar um pouco mais alto para que V.Exa. possa ter pleno conhecimento do que eu gostaria de lhe perguntar. São 5 questionamentos. E solicito a V.Exa. e aos demais integrantes desta Comissão que acompanhem a defesa apresentada a este Conselho, pelo Deputado, à pág. de nº 14, mais especificamente no inciso IV que trata especificamente do tema *Do saque no valor de 50 mil reais*. E na defesa de V.Exa. é colocado de forma peremptória que o que arrastou V.Exa. a estar hoje neste Conselho na condição de Representado é em função do saque.

E no parágrafo seguinte, item 26, informa que V.Exa. teria sido *"(...) procurado pelo coordenador do PT da macro-região de Osasco, por vários diretórios municipais e por pré-candidatos solicitando apoio na preparação do processo eleitoral. (...)"*

Antes de qualquer pergunta, eu faço uma solicitação ao Representado, ao Deputado João Paulo: que, por gentileza, envie-nos o nome do coordenador do PT da macrorregião de Osasco, quais os diretórios municipais que o procuraram e os nomes dos pré-candidatos que solicitaram o apoio na preparação daquela época.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu posso declinar já, Deputada, com permissão.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - O coordenador da macro chama Irineu Casemiro; os diretórios, na ocasião que me procuraram, foram os Diretórios de Osasco, Carapicuíba, Jandira e Cotia; e os candidatos que foram escolhidos no ano seguinte foram: em Osasco, Emídio de Souza, que foi eleito; em Carapicuíba, o



candidato Sérgio Ribeiro, que não ganhou; em Jandira, o Deputado Paulo Henrique Barjud, o Paulinho Bururu, que ganhou; e, em Cotia, o candidato Santos Siqueira, que não ganhou.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Então, vamos à primeira pergunta. A macrorregião de Osasco é área de atuação política de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Segundo questionamento: antes do saque, no valor de 50 mil reais, V.Exa. já havia recebido recursos das agências do Banco Rural ou de qualquer outra agência bancária a mando do Sr. Delúbio Soares?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Foi a primeira vez?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Em função de ter sido um fato inusitado, encaminho o terceiro questionamento: em momento algum, V.Exa. questionou o porquê desse procedimento, ou seja, do tesoureiro do partido de V.Exa. orientar esse tipo de saque já que até então não era uma medida realizada por V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Hoje eu poderia avaliar que, talvez, fosse uma sugestão inusitada. Mas, na ocasião, não. Um ano pré-eleitoral em que você solicita do tesoureiro, ele indica um lugar para ir buscar, e eu vou, evidentemente, atrás desse lugar buscar o recurso disponibilizado.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, nos anos anteriores, o local que ele indicava para pegar o dinheiro era onde, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ele nunca me indicou outro lugar, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Então, foi a primeira vez que V.Exa. pediu?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Foi a primeira vez. Primeira vez.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Quarto questionamento: nas palavras de V.Exa., foi lógico o Deputado João Paulo, enquanto ex-Presidente desta Casa, que muito buscou para vender, passar uma nova imagem de que este Parlamento,



do trabalho que aqui se faz, é uma atitude válida? Nós passamos horas a fio nesta Comissão e não sabem o que fazemos.

Eu pergunto a V.Exa: não teria sido lógico — voltando às palavras de V.Exa — esclarecer, de pronto, não só a questão de que, de fato, houve saque, mas quem autorizou esse saque e para que era esse dinheiro?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Primeiro, Deputada Ann Pontes, eu disse e reafirmo: não falei num primeiro momento porque eu estava seguro de que esse dinheiro, oriundo dos cofres do Partido dos Trabalhadores, não era objeto, não era matéria de investigação. Assim que eu tomei conhecimento, assumi a responsabilidade. Optei pelo silêncio, ou seja, não dei mais nenhuma declaração porque percebi que era inócua qualquer declaração. Esse é o tipo da crise em que você fica absolutamente impotente diante do que falam. Mesmo que você diga que esta é uma caneta azul e que eu estou segurando com os 2 dedos, se quiserem, amanhã, dirão que é uma caneta vermelha e que apareceu em cima da mesa. Você não tem como enfrentar esse tipo de informação. Então, optei pelo silêncio e confesso que, do meu ponto de vista, foi bom.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Ainda, nas palavras de V.Exa., que não houvesse nenhum motivo para negá-los?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Ainda que não tivesse nenhum motivo para negar.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E o último questionamento, Sr. Presidente. Deputado João Paulo, V.Exa. sabe nos precisar se houve registro contábil do valor recebido, os 50 mil reais, pelo partido de V.Exa., pela execução dessas 4 pesquisas realizadas?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - V.Exa. pergunta se houve registro contábil no Diretório Nacional? (*Pausa.*) Das despesas, não. Das despesas, não. As notas fiscais foram emitidas contra pessoa física João Paulo.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - E V.Exa. não repassou ao seu partido?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Na ocasião não fui provocado. Portanto, não passei. Por que eu digo “das despesas”, Deputada Ann Pontes? Porque também na Receita, a rigor, não há um registro de que foram disponibilizados 50 mil reais para o João Paulo. Não há este registro. Entretanto, há



um registro de um empréstimo oficial do Banco Rural para o PT reconhecido, escrito na contabilidade e declarado ao Tribunal Superior Eleitoral e que será honrado pelo PT. Por isso que eu digo: eu não posso e não vou afirmar que esses 50 mil são oriundos desta parte legal de uma operação entre PT e Banco Rural. Não posso dizer isso. Mas consta, na sua contabilidade, o empréstimo do Banco Rural em torno dessa época.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Só para fechar o entendimento. V.Exa. vai até ao banco em função de orientação do tesoureiro do vosso partido...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sim. A esposa de V.Exa. é uma espécie de representante.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Isso.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Vai ao banco, saca os 50 mil a partir de uma orientação do tesoureiro, mas a nota fiscal sai no nome de V.Exa. e essas notas fiscais não são repassadas ou enviadas ao partido de V.Exa. como uma forma de prestação de contas ao tesoureiro que fez essa orientação a V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputada Ann Pontes, eu vou ser muito sincero com V.Exa., e transparente. Esse é o tipo de serviço que se realiza em que você confere a veracidade muito mais pelo produto apresentado do que pelo comprovante fiscal. V.Exa. há de convir comigo. Eu pedi para um funcionário que providenciasse as pesquisas. Ele me mostrou as pesquisas; ele discutiu com os interessados as pesquisas — as pesquisas estavam lá. Eu não dei a devida atenção para o comprovante fiscal na ocasião, porque o produto realizado com aquele recurso era muito mais forte do que o comprovante fiscal. Eu comentei posteriormente com os dirigentes, não somente com o Delúbio Soares, mas com outros dirigentes do PT, que as pesquisas haviam sido realizadas. Mas eu não me preocupei com isso. Só fui me preocupar, evidentemente, agora, com a crise.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - É só mesmo fechando.

O questionamento é exatamente este: não houve a preocupação, por parte de V.Exa., em fazer a sua prestação de contas para com o seu partido, que o orientou para fazer o saque. Somente isso.



O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Eu estou dizendo a V.Exa. que eu prestei conta oralmente, falando das pesquisas realizadas e que, para mim, eram, na ocasião — evidentemente, que hoje não seria isso —, mais fortes do que o comprovante fiscal. Diziam as pesquisas: em Osasco nós vamos ganhar; em tal lugar nós vamos ganhar; em tal lugar está mais difícil, assim, assim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O próximo inscrito é o Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Eu ia começar a comer um pão de queijo ofertado pelo nosso Nelson Trad, mas não poderei...

Deputado João Paulo, Dr. Alberto Toron, ilustre Deputado Cezar Schirmer Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro, gostaria de tecer algumas considerações.

Às vezes, fazemos algumas falas, e as pessoas, porque nos vêem não mais no mesmo partido, achando que as nossas falas são ilações. Ilação é quando eu tento afirmar algo a alguém. Dúvidas são outra coisa. E me vejo, aqui, com muita tranquilidade para dizer o mesmo que eu disse na entrevista: que não estou convencido; tenho dúvidas e vou ter a oportunidade de tirá-las quando for argüir o Deputado João Paulo.

Então, dúvida é uma coisa; ilação é outra muito diferente.

Para que restabeleçamos, pelo menos aqui no Conselho, uma condição de convivência ética entre nós também, para que não comecemos a trocar farpas sobre questões que não são verídicas. Falei à imprensa, e sustento: tenho dúvida. A diferença é que vou ter a oportunidade de tirá-las agora.

Gostaria de saber de V.Exa. se V.Exa poderia falar um pouco da sua trajetória no PT.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Deputado Fantazzini, eu sou fundador do PT e nunca participei de outro partido. Sou metalúrgico de profissão. Fui Vereador em Osasco; posteriormente, fui Deputado Estadual; no primeiro mandato, fui Líder da bancada; depois, Deputado Federal; fui Presidente do Diretório Estadual de São Paulo e estou no meu terceiro mandato. Fui Líder da bancada, na Câmara



Federal, aqui na nossa Casa, e virei Presidente da Câmara. Eu nunca participei de outro partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Além de Presidente do Diretório Estadual, V.Exa. ocupou algum outro cargo em âmbito municipal, estadual ou nacional na direção partidária?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu fui da Executiva Municipal muitos anos; fui da Executiva Estadual, muitos anos, antes de ser Presidente e fui...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor podia declarar os cargos?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu não lembro exatamente, Deputado. Foram vários cargos. E, depois, fui membro da Executiva Nacional por alguns anos também. No ano de 2000, eu coordenei o processo eleitoral municipal do Brasil todo pelo Diretório Nacional. Coordenei o que nós denominamos internamente de GTE — Grupo de Trabalho Eleitoral 2000. E tive outros cargos na Executiva Nacional.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, o senhor é um homem da estrutura da direção partidária?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu sou um homem partidário.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Partidário, mas que sempre teve posições de direção. Portanto, conhecendo todos os trâmites partidários e, obviamente, conhecendo todo o processo que envolve a vida de um partido e a relação do partido com outras esferas.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Eu sou um homem do partido. Sempre estive na direção do partido, mas nunca tive tempo. Exceto quando exerci a presidência regional do PT, nunca participei do núcleo dirigente do partido.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas na direção partidária estadual, é óbvio que o senhor...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Como Presidente, ressalvei isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É nesses termos, que estou dizendo. Para não pairar dúvida: é nesses termos que faço o meu questionamento. V.Exa. já assumiu para V.Exa. toda a responsabilidade, mas a sua esposa, Sra.



Márcia, foi quem fez o recebimento. A Sra. Márcia é filiada ao Partido dos Trabalhadores, Deputado João Paulo Cunha?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não entendi, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A Sra. Márcia, sua esposa, é filiada ao Partido dos Trabalhadores também?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, eu conheci a minha mulher, Márcia, no Diretório Nacional do PT. Ela trabalhava no Diretório Nacional. Era assessora, na ocasião, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E eu passei, em 1989, no Diretório Nacional ajudando a coordenar, de forma modesta, a campanha do Presidente. E, posteriormente, em 1990, nós casamos. E ela era assessora em 90 para 91 da Central Única dos Trabalhadores, na Presidência do Sr. Jair Meneguelli.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas filiada?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, eu não posso afirmar. Estou em dúvida se ela é filiada ou não. Mas, certamente... Não sei. O título dela era de Santo André e há uns 14 anos mais ou menos ela transferiu o título para Osasco. Então, não sei se ela está filiada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - As esposas, às vezes, acabam, mesmo não sendo filiadas, assumindo tarefas de pessoas que muitas vezes filiadas não assumem. Mas era alguém que tinha um conhecimento e uma convivência no Partido dos Trabalhadores, até porque, como V.Exa. mesmo disse, ela trabalhou no PT, e assim por diante.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não posso afirmar isso, Deputado Orlando Fantazzini. Há muitos anos, em particular no exercício do mandato federal e, principalmente já na Presidência, na Liderança, a minha mulher tem acompanhado muito pouco a vida partidária e a minha vida partidária.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - V.Exa. nos trouxe notas com as quais foram pagas as pesquisas. São 3 notas. E a empresa que emitiu, se não me falha a memória, posso estar equivocado, V.Exa. fez menção de que conhecia um dos donos ou um dos sócios.

Quem é esse sócio que o senhor conhece? Poderia declinar o nome?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Chama Tupi.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Tupi? É filiado do partido? O senhor tem conhecimento?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Olha, não posso afirmar, mas acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Bom. Feitas as pesquisas — e vou voltar um pouco, porque é um tema do qual fiquei com dúvida. Portanto, vou insistir para tirar as minhas dúvidas nesse sentido. Feito o saque, os recursos foram levados para a sua residência. V.Exa. solicitou a um assessor que desse os encaminhamentos. E, aí, observo que nas notas 30 mil foram pagos dia 10 de setembro, e mais 30 mil no dia 30 de setembro. Quer dizer, o dinheiro não ficou com o senhor. Ficou com o assessor de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - V.Exa. tem conhecimento se ele depositou esse recurso na conta dele? Porque ficou um tempo longo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado Orlando Fantazzini. Se V.Exa. reparar, uma pesquisa já estava no estágio... já estava no estágio, não, já tinha sido realizada. A outra já tinha terminado. Portanto, assim que os recursos chegaram às mãos desse meu assessor, eles já acertou praticamente 2 pesquisas. E uma outra foi imediatamente, remanescendo somente a última, que ele deixou, que ele deve ter guardado — evidentemente, eu não sabia, perguntei agora — no próprio escritório da minha representação na cidade.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É, porque uma ele pagou 10 de setembro. Depois, a outra ele só foi pagar 20 dias após, dia 30 de setembro. E a outra — outubro, novembro, dezembro —, praticamente 3 meses após. Por isso estou perguntando.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Vinte por cento só dos recursos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É, que é aquela de 10 mil reais, que foi a última que ele pagou. Mas todos esses recursos ficaram em mão do seu assessor.

V.Exa., quando perguntado pela Deputada Ann Pontes, disse que o partido provavelmente não tenha lançado as notas, obviamente, que foram lançadas em seu nome. Emitidas, melhor dizendo. Corrigindo aqui. Obrigado, Deputada Angela.



Emitidas em seu nome. Entretanto, esse dinheiro não entrou numa conta corrente, nem sua nem de seu assessor. Esse dinheiro V.Exa. lançou como uma contribuição que recebeu do partido? V.Exa. não lançou até agora? Como foi contabilizado? Porque para V.Exa., há uma argumentação de que o mais importante é o produto, e não a questão fiscal — e pode até ser na perspectiva político-partidária. Pode até ser na perspectiva político-partidária. Para nós do Conselho e, em especial, para mim, o produto não é tão importante quanto a forma e o processamento como houve a triangulação desse dinheiro. Triangulação no bom sentido. É um dinheiro que chegou, supostamente informado a V.Exa., que era do PT, chegou às suas mãos, não foi para uma conta corrente, foi pago a uma empresa, a Data Vale; esse dinheiro não foi contabilizado no PT, não foi contabilizado na sua conta. V.Exa. saberia informar se os candidatos emitiram, ou o partido, ou Diretório Regional de cada cidade emitiu um recibo dizendo que recebeu a importância de 30 mil reais provenientes da doação do Deputado João Paulo Cunha em caráter de uma pesquisa efetivada?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Primeiro, Deputado Orlando Fantazzini, eu não suponho que o dinheiro tenha vindo do PT. Eu tenho convicção, porque foi o tesoureiro que me disse. Aliás, ele declarou e assinou. A segunda coisa é a seguinte: eu não dei conta — e foi exatamente isso o que respondi para a Deputada Ann Pontes —, na ocasião, dos problemas contábeis, dos problemas da burocracia, que precisavam ter sido observados. Então, evidentemente que eu não levei os comprovantes fiscais para o Diretório Nacional. Não levei.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E nem pediu a nenhum Diretório Municipal que emitisse o recibo da doação dessas campanhas que foram feitas em nome...

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não. Agora, me permita, Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu sou uma pessoa que gosto de corrigir os meus erros. Aliás, não tenho problema em assumir e gosto de corrigi-los. Veja V.Exa: eu fui querer corrigir isso. Não tem como corrigir; não tem como corrigir. Não sei como corrigir. Quero corrigir. O que eu faço? O que eu faço



para corrigir esse problema? Eu não tenho como. Veja que situação: eu admito que há um problema fiscal, contábil. Está bom. Eu quero corrigir. O que eu faço? Não tem como. Então, V.Exa. perceba que mesmo a pessoa que queira acertar o passo em determinados momentos não tem como. Eu gostaria de acertar. Então, V.Exa. está dizendo que eu preciso pegar o comprovante fiscal e levar para o Diretório? Mas como o Diretório lança na contabilidade de 2003? Não lança?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Permita-me. Não estou dizendo nada, estou perguntando.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não. Estou dizendo numa hipótese de corrigir. Não dá para pôr 2003. Dá para pôr 2005, mas não tem fonte de 2005. A fonte é 2003. Então, como você faz? Eu não sei. Eu gostaria até que alguém pudesse sugerir como que eu regularizo isso. Porque o produto, Deputado Orlando Fantazzini, não é uma questão menor, é uma questão importante. É uma questão importante. O produto está aqui, está realizado, está aqui. Como que a gente faz?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Volto a reafirmar, Deputado João Paulo, que o produto é importante, sem dúvida nenhuma, por um aspecto político. Disso, não tenho dúvida. Meu questionamento é: se na oportunidade houve a preocupação de fazer ou não. V.Exa. está dizendo que não fez, nem com o partido, em caráter nacional, porque o Sr. Delúbio, que é o tesoureiro nacional, foi quem lançou — quem lançou, não —, foi quem disponibilizou o recurso, não o fez em nível pessoal, das suas próprias finanças e também não fez em nível dos Diretórios Municipais que foram beneficiados, uma vez que não tinha candidatos. Era uma pesquisa pré. Quer dizer, então, era um interesse do partido a nível municipal, e em nenhuma dessas 3 esferas V.Exa. fez as declarações, ou as contabilizações, ou adquiriu os recibos.

A última pergunta, uma vez que o Deputado Cezar Schirmer não deixou quase nada para que pudéssemos perguntar — e, aí, uma pergunta muito de caráter, não vou dizer de curiosidade, mas de caráter que para mim tem valor. Não sei qual é a importância que a resposta que virá poderá ter para os membros do Conselho, mas sei qual a importância da resposta para mim, na formação do meu juízo de valor. V.Exa. afirma que recebeu a caneta Mont Blanc, em nenhum



momento negou, pelo contrário, afirmou, e que também a sua assessora Silvana recebeu a viagem e que ambos fizeram uma doação ao Fome Zero. Se não tivesse eclodido essa situação, V.Exa. teria tido o mesmo comportamento?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, Deputado Orlando Fantazzini, porque foi um presente de aniversário, de uma pessoa que tinha um certo carinho comigo. Então, evidentemente que não havia razão. Com a eclosão dos acontecimentos, evidentemente que eu me senti melhor fazendo essa operação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado, Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de ouvirmos o último orador, Deputado Mussa Demes, gostaria de ler as informações que o Sr. Márcio Marques de Araújo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicações, encaminhou à Mesa agora. A respeito das indagações, ele está enviando ao Deputado Jairo Carneiro através da Mesa:

“Sr. Deputado Jairo Carneiro,

A respeito das indagações que V.Exa. fez ao ex-Presidente João Paulo, devo dizer, para contribuir no esclarecimento das questões, que o relatório da Assessoria do Tribunal de Contas da União foi distribuído informalmente entre alguns Parlamentares, não tendo sido entregue oficialmente ao Deputado João Paulo nem a mim. Por isso, e por ter tido informações de que o relatório foi elaborado por um auditor, com informações de somente um servidor da Câmara, Sr. Alexis Sales, desafeto meu e do Diretor-Geral, Sérgio Contreiras de Almeida, solicitei, na semana passada, vistas ao processo do Tribunal de Contas da União, já concedidas. Não fui ainda ao Tribunal de Contas da União para conhecer o processo.

As notas que dei no processo licitatório não foram as mais altas atribuídas à SMP&B. As notas foram próximas umas das outras. Não houve discrepância que



justificasse suspeita sobre minha atuação na Comissão de Licitação. Não foi o meu voto que fez a SMP&B tornar-se vencedora na parte técnica sobre o valor, e sim o conjunto das notas técnicas que colocou a proposta da SMP&B como a melhor.

O contrato com a SMP&B foi, sim, passível de aditivos no limite de 25%, conforme a Lei nº 8.666, que regula as licitações. A aditivação que fizemos foi de cerca de 24%, por necessidade técnica.

Márcio Marques de Araújo, ex-Diretor da Secretaria de Comunicações.”

Entrego ao Relator.

Com a palavra, então, o Deputado Cezar Schirmer, Relator da matéria.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Obviamente que não quero contestar nenhuma manifestação de nenhum funcionário da Casa, até porque não foi acusado de nada. Apenas eu fiz uma referência que está sendo contestada. Eu disse que a nota mais alta, a soma das notas individuais, o somatória das notas, a nota mais alta foi a do Sr. Márcio Marques de Araújo. A nota mais alta foi dada à SMP&B. Vou ler as notas: Márcio Marques de Araújo, para a SMP&B, 90,6; Flávio Elias Pinto, 88,1; Marcos Magro Nardon, 87,2; Ronaldo Gomes de Souza, 85,2; Rubens Foizer Filho, 77,5. Eu não conheço nenhuma dessas pessoas. Nunca havia ouvido falar em seus nomes. Eu não as conheço nem pessoalmente e nem por ouvir falar. Estou lendo um relatório, uma planilha de avaliação, assinada por Ronaldo de Souza. Eu não estou contestando o que está dito aqui, estou reafirmando o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra, então, o Deputado Mussa Demes, o último inscrito.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senti-me no dever de vir a este Conselho de Ética — e o faço pela primeira vez — porque entendi que alguns esclarecimentos que eu possa oferecer, membro que fui da Comissão de investigação da Câmara, sejam relevantes para a análise da situação dos representados.



Antes de tudo, Presidente, gostaria de elogiar a atuação de V.Exa., mas elogiar mesmo, do fundo do coração e com toda sinceridade, pelo trabalho que aqui tem sido realizado. E sei disso porque também na nossa Comissão, que era uma Comissão sigilosa, nós trabalhamos bastante ao longo desse período. Ouvi atentamente o desabafo do nobre Deputado Nelson Trad, por quem tenho admiração pessoal profunda, porque é um Deputado extremamente destemido, corajoso, que não tem medo de enfrentar situação nenhuma nesta Casa e a quem já vi inclusive apontar, em determinada ocasião, o dedo para um Presidente desta Casa, cujo nome vou me permitir não declinar, no momento em que esse Presidente tentava constranger a Comissão de Constituição e Justiça a votar pela cassação de um Parlamentar. Então, o Trad, realmente, é uma referência nesta Casa, pela sua simplicidade, pela sua competência profissional e, acima de tudo, pelo seu caráter, e rendo a ele, aqui neste momento, a minha homenagem.

Mas gostaria de relatar aos nossos companheiros aqui como os trabalhos se desenvolveram na Comissão de Sindicância. Ouvimos praticamente todas as pessoas que passaram pelo Conselho de Ética. E digo praticamente, porque apenas aqueles cuja representação já fora feita diretamente para o Conselho, através de partidos, não tiveram oportunidade de serem ouvidos, não de serem ouvidos propriamente, mas de ter a sua situação efetivamente analisada, caso, por exemplo, do Deputado Sandro Mabel, que nós ouvimos. E confesso a todos os membros da Comissão aqui: este também é o resultado da Comissão, que foi unânime a favor do relatório do Deputado Sandro Mabel, teria sido também o resultado alcançado lá, se nós tivéssemos tido oportunidade de votar aquele processo.

Todavia, um fato chamou a atenção no encerramento daqueles trabalhos: houve uma divergência entre os membros da Comissão quanto á forma de apresentação do relatório. O Relator, Deputado Robson Tuma, insistia em fazer um relatório conjunto, que seria encaminhado à Mesa, e, fatalmente, pela forma como foi conduzido esse relatório, ele implicaria no encaminhamento para o Conselho de Ética de todas aquelas pessoas que estavam ali representadas. V.Exa. já conhecia melhor esse processo e sabia, como eu sabia também, que, se nós tivéssemos tido a oportunidade de fatiar o processo, de analisar caso a caso alguns dos companheiros que ainda hoje nesta Casa sofrem a angústia de se ver investigados e



ter sua vida totalmente devassada, já poderiam, por ato da Mesa, até ter sido inocentados.

Consultei, à época, o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Mozart, sobre se poderíamos apresentar destaques para votar em separado a situação de alguns Parlamentares. Isso não era possível. E, por 3 votos a 2, todos os processos foram encaminhados à Mesa e aqui se encontram até agora.

Senti-me no dever, portanto, naquele momento, de apresentar um voto em separado no qual eu relatava tudo isso. E dizia, nesse voto, que mais importante para o homem do que a própria vida é sua honra, porque um homem correto, um homem honesto não pode viver desonrado. E esse tipo de processo de cassação não alcança apenas o representado, mas alcança seus familiares, seus amigos, seus eleitores. É um trauma que nunca mais será retirado da sua personalidade, da sua consciência.

Ouvi atentamente o Relator, Cezar Schirmer, a quem parabeno pelo trabalho, pelo esforço, pela vontade de esclarecer ponto a ponto e passo a passo o que representa nesta Casa hoje o processo do Deputado João Paulo Cunha. Mas me permito, com todo o respeito que tenho pelo nobre Parlamentar, fazer uma observação que julgo pertinente.

Não me parece que devamos nos cingir propriamente apenas ao fato do valor recebido, do contrato feito com a SMP&B, mas também à vida pregressa do Deputado João Paulo. O Deputado João Paulo historiou no início da sua fala sua trajetória política de homem simples, de homem sem recursos e que dedicou toda a sua vida à causa pública. Aqui chegou por méritos próprios e, com o apoio de mais de 90% dos nossos companheiros, à Presidência desta Casa. E, na Presidência desta Casa, revelou-se realmente um democrata acima de tudo. O seu partido, que durante tantos anos foi aqui ilhado, retaliado muitas vezes, porque tinha uma bancada pequena, na gestão de S.Exa. poderia — quem sabe? — fazer exatamente o contrário do que fez. Mas não, João Paulo foi um Presidente que cativou e conquistou a todos nesta Casa pela forma como aqui se comportou como Presidente. Muitas vezes ouvindo agressões e não passando recibo delas, ouvindo impropérios que não são próprios de quem está no plenário da Câmara e sem uma



reação à altura, porque o que S.Exa preservava acima de tudo era o direito de cada Parlamentar se manifestar livremente.

Então, João Paulo mereceu, por isso mesmo, a consideração e o respeito de todos nesta Casa ao longo do tempo em que esteve aqui como Presidente. E isso também deve ser ressaltado no momento em que se vê obrigado a se defender dos fatos que aqui estão hoje lhe sendo imputados.

E que fatos são esses? Basicamente, o recebimento do dinheiro no Banco Rural feito por sua mulher. E aqui me pergunto, como ele mesmo já o fez: será possível que o Presidente da Casa, tão poderoso, como efetivamente é, tão assediado por empresários, por pessoas de toda a sorte, iria realmente mandar sua mulher receber 50 mil reais, se tivesse a convicção de que a fonte daquele pagamento não era legítima?

Essa pergunta me fiz em diversas ocasiões e não vejo outra resposta se não o “não”. E o “não” por quê? Porque S.Exa. sabia, evidentemente, que mais adiante aquilo poderia comprometê-lo se o dinheiro não viesse do seu próprio partido.

É evidente que S.Exa. tinha absoluta convicção, e esse foi o sentimento que deixou transparecer no depoimento que prestou àquela Comissão. Por outro lado, é compreensível que, em sua defesa, como S.Exa. o fez, limite-se ao estrito cumprimento do que diz a Constituição Federal e que inclusive foi informado pelos Relatores da CPMI dos Correios e da Comissão de Sindicância. Será que aqueles 4 pontos que ele elencou traduzem realmente falta de decoro? É evidente que não, porque nenhum daqueles fatos ali narrados ele praticou nesse episódio.

Então, Sr. Presidente, eu não vejo realmente, da parte do Presidente João Paulo... Não vou querer ser repetitivo, não vou querer também acrescentar muita coisa, porque o que ouvi aqui, na sua maior parte, é o que já havíamos ouvido lá, e pouca coisa se acrescentou de novidade em relação a isso. E, em relação a essa pouca coisa que vi ser acrescentada, eu me permito mencionar alguns pontos que anotei aqui.

Em primeiro lugar, as notas em seqüência a que o Relator se referiu é realmente e pode ser objeto de uma certa desconfiança; as 3 notas em seqüência num espaço de 3 meses podem representar algo de diferente do que tenha acontecido. Mas, em primeiro lugar, devo lembrar que isso não significa que a



empresa só trabalhou esses 3 meses, não. Ela pode ter trabalhado para outras empresas e só recebeu esse dinheiro das outras empresas depois desses 3 meses também. Isso não é impossível e não é inusitado nesse tipo de trabalho.

Outra indagação feita é se ele tinha conhecimento se o PT fez a escrituração do valor recebido na sua contabilidade. E faço uma indagação ao Deputado João Paulo, talvez seja a única que deva fazer a ele: V.Exa. é membro da Executiva do PT? Ao tempo em que era Presidente da Casa, era membro da Executiva do PT?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, eu fui membro da Executiva em 2002, em decorrência do cargo de Líder da bancada.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - V.Exa. participava das reuniões ou das decisões da administração do partido nesse período?

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Não, não.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Então, como V.Exa. poderia saber se o partido, se o seu tesoureiro iria escriturar ou não na sua contabilidade aquele valor que V.Exa. recebeu através da sua esposa no Banco Rural? A mim me parece que não havia também condições de dar esse tipo de esclarecimento.

E, por fim, esse contrato do TCU. Aonde vamos chegar com esse contrato do TCU? Em primeiro lugar, esse contrato foi um ato administrativo da Casa que observou e obedeceu a todas as normas de segurança que se fazem nos contratos que aqui são realizados. E o que se observa hoje? Uma investigação exatamente em cima desse contrato, mas uma investigação que está apenas no início e que nem imagino que possa ser objeto de avaliação pelos nossos companheiros, neste momento em que se pergunta apenas o que S.Exa. fez com os 50 mil que recebeu e por que recebeu esse dinheiro.

Vamos imaginar raciocinar por absurdo e raciocinar sobre a hipótese que tenha realmente um erro, que não seja um erro formal, que seja um erro grave. S.Exa. deve ser apenado por isso? Não, porque a investigação evidentemente não é em torno disso. E como S.Exa. diz muito bem, o processo está apenas no começo.

Tenho certa experiência nessa área, porque ao longo desses 19 anos de mandato, vivo pelo Tribunal de Contas acompanhando a situação de Prefeitos a mim ligados, que, de vez em quando, têm processos naquela instância. Esses processos são demorados, têm prazo de defesa, têm inclusive procedimentos próprios com



prazos para recursos, com recursos que vão até à reconsideração. E, ao cabo de tudo isso, ainda lhes resta o recurso à Justiça, se essas pessoas se sentirem prejudicadas. Então, acho que essa indagação quanto ao contrato, neste momento, nesta oportunidade, é perfeitamente dispensável, na minha avaliação e na minha visão.

E quero dizer também que, como V.Exa. mencionou — se alguém tiver aí a cópia de sua defesa —, V.Exa. invocou palavras minhas ao final de seu depoimento. E vou transcrevê-las aqui mais uma vez: *“Deputado João Paulo Cunha, tenho dito sempre, não apenas aqui, na condução de nossos trabalhos, mas também de público, que a honra é mais importante que a vida e que um homem de bem não pode viver desonrado, porque casos como esse não afetam propriamente apenas a pessoa, afetam também seus familiares e seus amigos e”* — V.Exa. colocou muito bem em relação àquela escola de São Paulo — *“destrói por completo essas pessoas. Não há reparação material que possa um dia ainda fazer com que aquela gente possa liberar-se do traumatismo que sofreu, por que passou. E desejo também dizer a V.Exa.”* — e reafirmo isso agora — *“que nesses 19 anos de Casa o Deputado João Paulo foi um dos melhores Presidentes que esta Casa já conheceu, na minha avaliação, no meu juízo”*.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Antes de ouvirmos as considerações finais do Deputado João Paulo, gostaria de lembrar a todos que deveríamos ter uma reunião na segunda-feira, independente da reunião de hoje, que nós vamos fazer para terminar a nota. Nós deveríamos ter uma reunião na segunda-feira...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A que horas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - ... às 15h...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, a de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - ...para ouvirmos as testemunhas Marcos Valério e Delúbio Soares. Infelizmente, eles nos comunicaram que não podem vir.

Como todos estão percebendo, nós não temos o poder de convocar, temos apenas o poder de convidar — e isso é um recado que estamos mandando para o



Supremo Tribunal Federal —, e não vamos poder realizar essa reunião na segunda-feira, às 15h, em que ouviríamos Marcos Valério e Delúbio Soares.

Na terça-feira, teremos as testemunhas: às 10h da manhã, oitiva da testemunha de defesa do Deputado José Mentor, Dom Antônio Celso de Queiroz, e, às 13h30min, oitiva das testemunhas arroladas pelo Deputado Chico Alencar, Relator do Processo nº 18, de 2005, instaurado contra o Deputado Wanderval Santos.

Então, com a palavra... Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, quanto Pa reunião de hoje, minha sugestão — porque vários Deputados estão com passagem marcada — é que, encerrado aqui, nós já a fizéssemos. Quem ficou sem almoço até agora agüenta mais um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Em seguida. Inclusive o rascunho da nossa nota já está pronto, então, vamos conversar sobre isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado João Paulo para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de agradecer a V.Exa.; ao Relator, Deputado Cezar Schirmer, que esgotou as perguntas aqui, de forma educada, e que possibilitou que eu refletisse sobre os acontecimentos e que esta oitiva aqui, esta reunião, sirva, a partir dos debates aqui, inclusive para a gente melhorar a nossa atuação. Então, queria agradecer, de coração, a V.Exa. e ao Relator, e aos Deputados membros do Conselho, às Deputadas, aos Deputados e Deputadas que passaram por aqui para dar um abraço, aos Líderes — Deputado Rodrigo Maia, Deputado Henrique Fontana, Deputado Arlindo Chinaglia, Deputado Dimas Ramalho — que vieram aqui, passaram por aqui, em particular ao Deputado Mussa Demes, que eu tenho dito que é uma pessoa que costuma fazer o que ele fala. E homens assim a gente sempre tem que enaltecer. E é assim, Deputado Mussa Demes, que eu agradeço a presença de V.Exa. e as palavras. Eu queria, Sr. Presidente, pedir a V.Exa. e ao Relator que, na medida do possível, agilizassem o meu processo. Eu vivo um momento de muita angústia e tenho uma certa preferência para agilizar.



Evidentemente, respeitando todas as condições do Conselho e a minha, a gente possa chegar numa combinação rápida de tentar resolver isso com rapidez. E estou dizendo isso publicamente, que essa é minha intenção. O Deputado... Eu não apresentei nenhuma testemunha, o Deputado Cezar Schirmer também não... Ah, não, solicitou 2 depoimentos, que não sei se ele, se o Relator vai manter. Mas, enfim, depois mantendo, vamos tentar agilizar. E, depois, eu gostaria de ser julgado pelo Conselho e julgado pelo Plenário. Em terceiro, eu queira dizer, Sr. Presidente, que eu considero a imprensa do Brasil, a opinião pública, com o máximo respeito. Eu sou uma pessoa que considero muito isso. Mas a opinião pública, em particular pelos meios de comunicação, nem sempre tem razão. Nós já tivemos várias experiências em que, através do açodamento da informação mal apurada, mal avaliada, acabam com a vida de pessoas, de empresas, que jamais conseguem se levantar. Nós poderemos buscar exemplo milenar, exemplo secular e exemplos contemporâneos. Se a gente lembrar o filósofo Sócrates, um marco na Filosofia da humanidade, ele foi condenado à morte pela própria população, e os ensinamentos dele hoje balizam qualquer estudo de Filosofia. E, certamente, as pessoas que o condenaram e que aplicaram a pena de morte a ele dificilmente são lembradas. Mas podia lembrar coisas mais recentes, como a Escola Base, como citou o Deputado Mussa Demes, ou, em 1993, o caso do ex-Presidente Ibsen Pinheiro, em que uma reportagem dizendo que, a partir da movimentação de 7 contas bancárias do Presidente Ibsen Pinheiro, ele teria movimentado 1 milhão de dólares. Posteriormente, foram confirmar, não era 1 milhão, foi mil dólares. Mas o estrago já estava feito. Ele foi cassado e gastou muitos anos para recuperar o seu prestígio — e, graças a Deus, está recuperando. Não digo que eu mereço o mesmo tratamento dessas pessoas que eu citei, mas eu peço que o Conselho reflita, que os companheiros pensem e que possam fazer um julgamento que seja mais próximo da realidade. E nesses momentos, Sr. Presidente — e eu quero encerrar com isso —, você acaba tendo uma... momentos muito... momentos pessoais, particulares, solitários, em que você busca refúgio em algumas coisas, em particular, os livros. E eu fui rever um livro que eu tinha lido há muitos anos sobre a Guerra Civil espanhola, chamado *Por quem os sinos dobram*, e a introdução do livro, numa leitura agora, no meio da crise, foi muito marcante, Sr. Presidente. E eu acho que é



fundamental a reflexão sobre aquela introdução. O livro, ele é muito refeito, mas aquela introdução, de uma pessoa que escreveu em 1624, um padre, que depois abandonou, enfim, escreve que nenhum homem é uma ilha — o que é verdade —, que é um ser inteiro em si mesmo: *“Nenhum homem é uma ilha, um ser inteiro em si mesmo. Todo homem é uma partícula do continente, uma parte de terra. Se um pequeno torrão, carregado pelo mar, deixa a Europa, como se todo um promontório fosse, ou uma herdade de um amigo seu, ou até mesmo a sua própria, também a morte de um único homem me diminui, porque eu pertenço à humanidade. Portanto, nunca procure saber por quem os sinos doam; eles doam por ti”*. Assim eu termino, e o meu agradecimento ao Conselho.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dois minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu peço desculpas, porque tive de me ausentar, mas gostaria de fazer alguns registros. Sei que não me cabe mais formular nenhum tipo de pergunta.

Eu quero dizer, Deputado João Paulo, que tenho o maior apreço por V.Exa. e um profundo respeito pela sua história de vida. Registrar que V.Exa. vive um momento delicado — e V.Exa. mesmo disse que viver é viver em algumas circunstâncias.

Em que pese as circunstâncias em que V.Exa. vive, queria deixar muito claro que votei na primeira vez para Presidente em V.Exa. e não me arrependi de ter votado. V.Exa. sabe que votei pela reeleição de V.Exa., e lamentei o fato de V.Exa. não ter sido reconduzido.

Eu faço essas considerações para deixar muito claro que... Aqui se falou muito de família, e eu acho que, pela sua biografia, seus familiares, particularmente sua filha, têm todos os motivos do mundo para se orgulhar de V.Exa.

Eu tenho a mais absoluta convicção de que essa função que nos cabe, de julgá-lo, é uma função muito pouco prazerosa. Mas o Conselho tem procurado fazê-lo de forma justa. E eu falo aqui de justiça como um conceito, nobre Relator, que o Procurador Ibrahim Nobre procurou passar ao meu pai.

Quando o meu pai ingressava no Ministério Público, o então Procurador Ibrahim Nobre perguntava aos novos promotores qual seria o objeto mais cortante



que todos eles conheciam, e a resposta era de pronto: a navalha. E aí indagava o então Procurador Ibrahim Nobre, o saudoso procurador: pois então tentem cortar as páginas do livro — de um livro que venha com as páginas presas, e vocês verão que a navalha fará um corte tortuoso, e que a navalha fere. Agora, tentem separar essas mesmas páginas com uma espátula, e verão que o corte será retilíneo e que a espátula não fere. Disse tudo isso ele a seus novos promotores, para que eles soubessem que a verdadeira justiça é a justiça da espátula, e não a justiça da navalha.

As explicações que V.Exa. deu no início de sua fala — e eu participei aqui de toda a sua fala — com relação à contratação da empresa DNA para sua campanha, para mim, foram satisfatórias. Quanto à questão da contratação da própria agência SMP&B por V.Exa. enquanto Presidente, também não pairam dúvidas sobre isso e não vejo nenhum envolvimento de V.Exa..

No que tange ao episódio do mensalão, acho que V.Exa. não precisaria nem aqui dar declarações, porque seria hipocrisia de qualquer um de nós dizer que um Deputado como V.Exa., Presidente da Câmara e fundador do PT, recebeu 50 mil reais para votar com o Presidente Lula. Isso é hipocrisia e não concebo isso.

Portanto, só registro que o único fato que a meu ver deve ser o norte da apreciação de todos nós é com relação ao episódio do saque dos 50 mil reais, que V.Exa. explicou e sobre o qual cada um vai fazer o seu juízo de valor.

Eu teria algumas perguntas a fazer, mas não as farei agora porque estou fazendo de forma extemporânea essa minha fala, por deferência do Presidente. Apenas queria deixar esses registros a V.Exa. porque era um dever da minha consciência para com V.Exa. e também para com os meus pares.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO CUNHA - Eu apenas queria, Sr. Presidente, então, colocar-me à disposição do Deputado Carlos Sampaio para esclarecer qualquer dúvida sobre esse episódio do saque. Se S.Exa. quiser remeter por escrito, eu responderei; se quiser conversar, estou à absoluta disposição de S.Exa. para esclarecer esse episódio. Agradeço suas palavras.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, quero agradecer a participação de todos, do Dr. Alberto Toron, do Deputado João Paulo e do nosso Relator.

Está encerrada a reunião.